

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**



**RAFAEL ESTEVAM REIS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE PARALÍMPICO  
BRASILEIRO**



**CURITIBA**

**2014**

**RAFAEL ESTEVAM REIS**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE PARALÍMPICO  
BRASILEIRO**

**Dissertação apresentada como  
requisito parcial para a obtenção do  
Título de Mestre em Educação Física  
do Programa de Pós-Graduação em  
Educação Física, do Setor de  
Ciências Biológicas da Universidade  
Federal do Paraná.**

Orientador: FERNANDO MARINHO MEZZADRI

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

**Reis, Rafael.**

**Políticas públicas para o esporte paralímpico brasileiro. UFPR, Curitiba. / Rafael Reis - Curitiba, 2014.**

**114p. ; il. ; 29cm**

**Inclui bibliografia**

**Orientador: Fernando Marinho Mezzadri.**

**Dissertação (Mestrado em Educação Física)-Setor de Ciências Biológicas. Universidade Federal do Paraná.**

**1. Política pública. 2. Esporte paralímpico . 3. Bolsa atleta. 4. Comitê Paralímpico Brasileiro. I. Título.**

**796.087**

**R375**



Ministério da Educação  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
Setor de Ciências Biológicas  
Programa de Pós-Graduação em Educação Física



# TERMO DE APROVAÇÃO

## RAFAEL ESTEVAM REIS

### “Políticas Públicas para o Esporte Paralímpico Brasileiro”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Física – Área de Concentração Exercício e Esporte, Linha de Pesquisa de Sociologia do Esporte e Lazer, do Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:

Professor Dr. Fernando Marinho Mezzadri  
Presidente/Orientador

Professor Dr. André Mendes Capraro  
Membro Interno

Professor. Dr. Marco Tulio de Mello  
Membro Externo

Curitiba, 31 de Março de 2014.

## DEDICATÓRIA

Dedico aos meus pais, Luis Reis e Roseli Estevam, à minha irmã Laís Reis e minha namorada Rafaela Bonato, que seguraram em minhas mãos, me apoiaram em seus ombros e ergueram meu corpo durante esta caminhada.

## AGRADECIMENTOS

Este momento torna-se especialmente difícil, não pela escassez de pessoas a agradecer, justamente pelo contrario. Devo agradecer quem esteve presente comigo durante esse período, que não limita-se aos dois anos de mestrado, mas sim de algo que vem sendo construído antes disso, e que espero que continue acontecendo.

Primeiramente gostaria de agradecer à minha família, aos meus pais, Luis Carlos Reis e Roseli Conceição Estevam Reis, que nunca mediram esforços para que eu tivesse a melhor educação possível, dentro e fora de casa, e a minha irmã Laís Estevam Reis, que me apoiou e me apoia em tudo o que faço, estando presente mesmo quando eu não estava presente. Sem eles, que são a minha base, não poderia estar redigindo este texto.

Agradeço muito a minha namorada, Rafaela Bonato, que dividiu os momentos bons e ruins durante todo esse período, sempre com muita paciência, abdicou de momentos de diversão e descanso para estar ao meu lado nas inúmeras horas de levantamentos de dados, escritas e leituras. Este momento em minha vida foi pensado para que possamos continuar nossas batalhas para sempre juntos.

Devo admitir que os amigos são peças fundamentais em minha vida. Gostaria de agradecer a minha técnica e amiga Karini Borges, que me incentivou e ajudou antes, durante e depois de concluir o mestrado. E a todos amigos que considero especial em minha vida por entenderem as minhas ausências em momentos que gostaria de estar junto.

Agradecer ao grupo de estudos ao qual fiz parte, que me aconselhou durante esses dois anos e acima de tudo, teve paciência e educação para me ajudar nesse caminho que assim como eu, todos sabem que não é fácil, mas recompensador. Obrigado a todos os professores das disciplinas que eu cursei durante esse período, responsáveis diretos pelo meu crescimento enquanto pesquisador, mas, além disso, pessoas e profissionais excelentes os quais me espelho muito.

Sou muito grato por ter a oportunidade de ter como banca, professores e profissionais de excelente gabarito. Agradeço ao Professor Marco Tulio de Melo por aceitar o convite e de sua forma simples e educada, me auxiliar com questões tão importante referentes ao esporte paralímpico, embasado na sua vasta experiência junto a pessoa com deficiência. E ao professor André Mendes Capraro, que na realidade, deveria ser um dos primeiros a estar nesse agradecimento, pois foi quem, durante um momento crucial de decisões em minha vida, ainda na graduação, me mostrou o caminho da pesquisa, acreditando que um dia, eu poderia também seguir este caminho.

E por fim, ao meu orientador, Fernando Marinho Mezzadri, que me mostrou durante esses dois anos, como uma pessoa deve ser, não estou me referindo somente ao excelente professor, pesquisador e profissional, refiro-me também e principalmente, como me portar como pessoa. Sou eternamente grato pela confiança depositada, pela paciência demonstrada, pela mão estendida, pelo conhecimento dividido, e pelas horas dedicadas. Espero não encerrar aqui, espero poder continuar agradecendo e mais do que isso, dando orgulho ao meu professor. Muito obrigado.

## RESUMO

A presente pesquisa trata fundamentalmente das políticas públicas de responsabilidade do Governo Federal brasileiro, através do Ministério do esporte, que contemplem o esporte paralímpico brasileiro. Três ações em específico foram analisadas, a lei de Incentivo ao esporte (nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006), a lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001, chamada de lei Agnelo/Piva e a lei nº 10.891, conhecida como bolsa atleta. Ao iniciar a pesquisa, identificou-se a ausência de políticas públicas específicas para o esporte paralímpico nacional. Levando esses pontos em consideração, chegamos ao problema de pesquisa: de que maneira as políticas públicas nacionais para o esporte de rendimento balizam o desenvolvimento do esporte paralímpico brasileiro? Para responder tal pergunta, ficou estabelecido que o objetivo desta pesquisa fosse identificar e analisar os programas do Ministério do Esporte para o esporte paralímpico. Dessa forma, buscamos compreender como se deu a origem, o desenvolvimento e a administração atual do esporte paralímpico no Brasil. Conceituando o esporte em questão para facilitar a progressão da pesquisa. Iremos também identificar e analisar como está configurado o esporte paralímpico dentro da política Nacional do Esporte, após a criação do Ministério do Esporte e refletir sobre os conceitos de política pública e como se dá sua relação com o esporte de alto rendimento no Brasil. Para balizar a pesquisa, foram utilizados os conceitos de política pública de diferentes autores nacionais e internacionais. Após a análise dos dados levantados das ações do Ministério do esporte, percebeu-se que o esporte paralímpico, mesmo não tendo nenhuma política pública específica, está sendo contemplado e auxiliado pelas ações atuais do Governo. Mas conclui-se também que, a especificidade do esporte paralímpico, abre espaço para a discussão da criação de uma política pública específica.

Palavras-chave: Política pública; Esporte paralímpico; Bolsa Atleta; Comitê Paralímpico Brasileiro



## ABSTRACT

This research comes primarily from public liability policies of the Brazilian Federal Government, through the Ministry of Sport, contemplating the Brazilian Paralympic sport. Three stocks in particular were analyzed, the Law for Encouragement of Sports (No. 11,438 of December 29, 2006), the law ° 10.264 of July 16, 2001, called Agnelo / Piva Law and Law No. 10,891, known as bag athlete. When starting the research, identified the absence of specific policies for the national paralympic sport. Taking these points into consideration, we came to the research problem: how national policies for sport yield delineate the development of the Brazilian Paralympic sport? To answer this question, it is established that the objective of this research was to identify and analyze the programs of the Ministry of Sports to Paralympic sport. Therefore, we sought to understand how was the origin, development and current administration of Paralympic sport in Brazil. Conceptualizing the sport in question to facilitate the progress of the search. We will also identify and analyze how it is configured the paralympic sport within the National Sports Policy after the creation of the Ministry of Sport and reflect on the concepts of public policy and how its relationship with the high performance sport in Brazil. To delimit the research, the concepts of public policy in different national and international authors were used. After analyzing the data collected from the actions of the Ministry of the sport, it was realized that the paralympic sport, even having no particular public policy is being contemplated, and aided by the current actions of the Government. But it follows also that the specificity of Paralympic sport, open space for discussion of the creation of a specific public policy

Keywords: Public policy; Paralympic sport; Athlete scholarship; Brazilian Paralympic Committee

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - VALORES DESTINADOS AO CPB PROVENIENTES DA LEI AGNELO/PIVA, EM MILHÕES DE REAIS - 2005 - 2012.....	68
Gráfico 2 - GRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO DE BOLSAS ENTRE AS CATEGORIAS 2005-2012.....	88

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - HISTÓRICO DO BRASIL EM JOGOS PARALÍMPICOS.....	45
Tabela 2 - DIFERENÇA DE VALORES REPADSSADOS PELA LEI AGNELO/PIVA ENTRE OS ANOS DE 2005 A 2012.....	69
Tabela 3 - VALORES INVESTIDOS PELO CPB NO ESPORTE ESCOLAR E UNIVERSITÁRIO PROVENIENTES DA LEI AGNELO/PIVA EM MILHÕES DE REAIS - 2005-2012 .....	69
Tabela 4 - NÚMERO DE ESTADOS E ATLETAS PARTICIPANTES NAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES - 2011-2013 .....	71
Tabela 5 - INSTITUIÇÕES CONTEMPLADAS PELO PROJETO CLUBE ESCOLAR PARALÍMPICO - 2012-2013 .....	74
Tabela 6 – QUANTIDADE DE BOLSAS DESTINADAS ENTRE AS MODALIDADES CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA BOLSA ATLETA NO ANO DE 2005.....	77
Tabela 7 - QUANTIDADE DE BOLSAS DESTINADAS ENTRE AS MODALIDADES CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA BOLSA ATLETA NO ANO DE 2006.....	78
Tabela 8 - QUANTIDADE DE BOLSAS DESTINADAS ENTRE AS MODALIDADES CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA BOLSA ATLETA NO ANO DE 2007.....	79
Tabela 9 - QUANTIDADE DE BOLSAS DESTINADAS ENTRE AS MODALIDADES CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA BOLSA ATLETA NO ANO DE 2008.....	80
Tabela 10 - QUANTIDADE DE BOLSAS DESTINADAS ENTRE AS MODALIDADES CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA BOLSA ATLETA NO ANO DE 2009.....	81
Tabela 11 - QUANTIDADE DE BOLSAS DESTINADAS ENTRE AS MODALIDADES CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA BOLSA ATLETA NO ANO DE 2010.....	83
Tabela 12 - QUANTIDADE DE BOLSAS DESTINADAS ENTRE AS MODALIDADES CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA BOLSA ATLETA NO ANO DE 2011.....	84
Tabela 13 - QUANTIDADE DE BOLSAS DESTINADAS ENTRE AS MODALIDADES CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA BOLSA ATLETA NO ANO DE 2012.....	85
Tabela 14 - DIFERENÇA DA QUANTIDADE DE BOLSAS DESTINADAS AO ESPORTE PARALÍMPICO ENTRE OS ANOS DE 2005 A 2012 .....	85
Tabela 15 - PERCENTUAL DE BOLSAS DISTRIBUÍDAS ENTRE AS MODALIDADES PARALÍMPICAS, OLÍMPICAS E NÃO OLÍMPICAS/PARALÍMPICAS 2005-2012 .....	86
Tabela 16 - QUANTIDADE DE BOLSAS DISTRIBUÍDAS ENTRE OS SEXOS E CATEGORIAS DE BOLSA 2005-2012.....	87

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - FEDERAÇÕES GESTORAS DO ESPORTE PARALÍMPICO NACIONAL E INTERNACIONAL (PARTE 1) .....	48
Figura 2 - FEDERAÇÕES GESTORAS DO ESPORTE PARALÍMPICO NACIONAL E INTERNACIONAL (PARTE 2) .....	50
Figura 3 - FEDERAÇÕES GESTORAS DO ESPORTE PARALÍMPICO NACIONAL E INTERNACIONAL (PARTE 3) .....	52
Figura 4 - ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO DAS MODALIDADES PARALÍMPICAS NO BRASIL.....	53
Figura 5 - ESTRUTURA DO ESPORTE OLÍMPICO NO BRASIL .....	54
Figura 6 - ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO DO ESPORTE .....	56
Figura 7 - QUADRO DE CONSULTA DE PROJETOS APROVADOS APTOS À CAPTAÇÃO RETIRADO DO SITE DO MINISTÉRIO DO ESPORTE. ....	64
Figura 8 - QUADRO COM OS DADOS DOS PROJETOS APROVADOS PELO MINISTÉRIO DO ESPORTE .....	64

## LISTA DE SIGLAS

ABDA	Associação Brasileira de Desporto para Amputados
ABDC	Associação Brasileira de Desporto para Cegos
ABDEM	Associação Brasileira de Desportos para Deficientes
ABRADECAR	Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas
ABVP	Associação Brasileira de Voleibol Paralímpico
ACD	Atleta com deficiência
ANDE	Associação Nacional de Desporto para Deficientes
CBBC	Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas
CBC	Confederação Brasileira de Ciclismo
CBDV	Confederação Brasileira de Desportos para Deficientes Visuais
CBH	Confederação Brasileira de Hipismo
CBR	Confederação Brasileira de Remo
CBT	Confederação Brasileira de Tênis
CBTARCO	Confederação Brasileira de Tiro com Arco
CBTM	Confederação Brasileira de Tênis de Mesa
CBVela	Confederação Brasileira de Vela Adaptada
CISS	<i>Comité international dès sports dès sourds</i>
CNPs	Comitês Paralímpicos Internacionais
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COI	Comitê Olímpico Internacional
CPB	Comitê Paralímpico Brasileiro
CPSP	Clube dos Paraplégicos de São Paulo
CPISRA	<i>Cerebral Palsy International Sport and Recreation Association</i>
FIFA	<i>Fédération internationale de Football Association</i>
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBSA	<i>International Blind Sports Federation</i>
ICC	Comitê Coordenador Internacional de Organizações

Esportivas para Deficientes

INAS	<i>International Sports Federations for Athletes with Intellectual Disability</i>
IPC	<i>International Paralympic Comitte</i>
ISMGF	Federação dos Jogos Internacionais de Stoke Mandeville
ISOD	<i>Internacional Sports Organization for the disabled</i>
IWAS	<i>International Wheelchair and Amputee Sports Federation</i>
ME	Ministério do Esporte
PCD	Pessoa com deficiência
PNE	Política Nacional do Esporte
SNEAR	Secretaria Nacional de Esporte de Alto rendimento
SUS	Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	20
<b>2 POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	<b>24</b>
2.1 DEFINIÇÕES DE POLÍTICA PÚBLICA.....	24
2.2 APLICANDO A POLÍTICA PÚBLICA .....	26
2.2.1. Policy cycle .....	29
2.3 POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL .....	32
2.3.1 Política pública para o esporte no Brasil.....	34
<b>3 ESPORTE PARALÍMPICO</b> .....	<b>35</b>
3.1 CONCEITUANDO O ESPORTE PARALÍMPICO: O ESPORTE E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA .....	35
3.2 HISTÓRICO DO ESPORTE PARALÍMPICO NO BRASIL E NO MUNDO .....	39
3.3 ORGANIZAÇÃO DO ESPORTE PARALÍMPICO: ENTENDENDO SUAS ESPECIFICIDADES.....	46
<b>4 A POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO</b> .....	<b>54</b>
4.1 MINISTÉRIO DO ESPORTE.....	55
4.2 POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE .....	57
4.2.1 Esporte de Alto Rendimento .....	59
4.2.2 Esporte Paralímpico.....	61
4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO .	61
4.3.1 Lei de Incentivo ao Esporte .....	61
4.3.2 Lei Agnelo/Piva .....	66
4.3.3 Comitê Paralímpico Brasileiro.....	70
4.3.4 Bolsa Atleta.....	75
<b>5 DISCUSSÃO</b> .....	<b>89</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>102</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>112</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao término de cada Jogos Paralímpicos e graças aos bons resultados obtidos, o esporte paralímpico brasileiro ganha um destaque, mesmo que breve, nas discussões esportivas e políticas. Tal destaque gira em torno da exaltação e mérito aos atletas que com muito esforço e pouco incentivo conquistaram resultados expressivos ao Brasil, superando seus limites e dificuldades já impostas pela vida.

Nos dois últimos Jogos Paralímpicos, realizados em Pequim e Londres respectivamente, o Brasil terminou as competições entre os dez melhores países colocados no quadro geral de medalhas<sup>1</sup>. O crescente número de praticantes no país, as competições nacionais tornando-se cada vez mais bem organizadas e disputadas, além dos bons resultados de atletas brasileiros nas diversas modalidades paralímpicas em competições internacionais trouxeram ao Brasil o status de potência paralímpica. Soma-se isso ao fato da realização dos Jogos Pan e Parapan Americanos no Rio de Janeiro em 2007 e a eleição do Brasil para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos também no Rio de Janeiro em 2016. Trouxeram a discussão sobre o esporte paralímpico à tona e com uma razoável repercussão, ao menos não vista até então.

Dessa forma, o momento de repensar no esporte paralímpico torna-se propício. Entender suas especificidades, suas diferenças em relação ao esporte olímpico, que não se restringe ao fato exclusivo do atleta ser ou não deficiente, estrutura, administração, investimento são alguns dos aspectos que devem ser compreendidos para se pensar em possíveis políticas. Além disso, devemos entender de qual manifestação esportiva estamos tratando, para entrar na discussão, precisamos primeiramente compreender que o esporte é um fenômeno polissêmico e de ampla conceituação. De acordo com a

---

<sup>1</sup> 9º colocado em Pequim, 2009, conquistando 47 medalhas no total, sendo 16 de ouro, 14 de prata e 17 de bronze. 7º colocado em Londres, 2012, 43 medalhas no quadro geral, 21 medalhas de ouro, 14 de prata e 7 de bronze.



legislação atual, o esporte divide-se em três esferas, esporte de lazer, esporte educacional e esporte de rendimento.

O Esporte Paralímpico para WINCKLER (2012) remete-se a um grupo restrito, pois os atletas competem nas vinte e duas modalidades de verão e cinco de inverno que fazem parte do quadro dos Jogos Paralímpicos, e essa restrição torna-se ainda mais evidente através do processo de classificação médica ou funcional que cada atleta é obrigado a passar para poder competir. Através da definição do autor, compreendemos que o esporte paralímpico está localizado dentro da esfera do esporte de rendimento, que para o Ministério do Esporte é:

A prática esportiva que busca a máxima performance do atleta, visando recordes nas modalidades em que é praticado. A maximização do rendimento é alcançada a partir da prática sistemática, própria do processo de formação esportiva, treinamento e aperfeiçoamento técnico de atletas e paraatletas. Esse esporte é regido por normas dos altos organismos esportivos, nacionais e internacionais e pelas regras de cada modalidade, respeitadas e utilizadas pelas respectivas Entidades Nacionais de Administração e de Prática do Esporte (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2005, p.15)

A definição que o Ministério do Esporte trás sobre o esporte de rendimento faz referencia ao esporte paralímpico uma vez que trás a lembrança do “paraatleta” (atleta com deficiência) em seu texto. Assim, podemos compreender o esporte paralímpico como, o esporte de rendimento para as pessoas com deficiência. Ainda nesta definição do ME para o esporte de rendimento, encontramos sendo citadas, as organizações administrativas do esporte de rendimento. E nesse ponto que voltamos a pensar na questão da especificidade do esporte paralímpico.

O esporte paralímpico não segue a mesma lógica do esporte olímpico, principalmente na questão organizacional e estrutural. O esporte olímpico é pautado numa sequencia que se inicia no atleta, que participa das atividades de uma instituição (clubes esportivos), que por sua vez é filiado a uma federação regional e responde a uma confederação nacional e na sequencia a internacional. Para o esporte paralímpico, a dificuldade já se faz presente na hora de encontrar em qual instituição a pessoa com deficiência está praticando o esporte, em alguns casos são em Organizações não governamentais, em

outros casos em escolas especiais ou associações que atendam à pessoa com deficiência, em menor número em clubes esportivos<sup>2</sup>.

Uma vez identificado esse atleta, a próxima e mais complicada etapa refere-se à sua modalidade e a qual entidade a mesma responde. Algumas modalidades paralímpicas não têm federações ou confederações próprias, dessa forma, ou elas respondem a entidade responsável também pela modalidade olímpica, ou respondem a uma entidade que administra as modalidades específicas de uma determinada deficiência<sup>3</sup>.

A questão da especificidade se torna importante quando pensamos na elaboração de políticas públicas para o esporte. As políticas para o esporte de alto rendimento não são as mesmas para o esporte educacional e nem para o esporte de lazer. Na ausência de uma política pública específica, o esporte paralímpico é contemplado junto às políticas públicas para o esporte de rendimento. Fazer uma análise sobre as políticas públicas do esporte no Brasil não é uma missão fácil, pois se trata de uma temática pouco explorada, compreendê-la no âmbito do esporte Paralímpico torna-se ainda mais complexo e intrigante, nessa busca, podemos iniciar com a colaboração de STAREPRAVO (2011, p.17) que afirma que:

Em suma, escrever sobre políticas públicas de esporte e lazer requer mapear o espaço social onde esta é produzida, avançar no entendimento das relações entre os agentes, até finalmente compreender quais as políticas que foram efetivadas, aquelas que foram preteridas, as que obtiveram êxito e aquelas que não passaram de proposta.

Se recorrermos ao amparo legal, podemos observar dentro da Política Nacional do Esporte que “o acesso às atividades esportivas é direito de cada um e dever do Estado” (Ministério do Esporte, 2005, p. 12). Portanto, a pessoa com deficiência tem direito a prática esportiva, seja ela em qualquer dimensão, e o Estado, por obrigatoriedade, deve oferecer a oportunidade para que a mesma possa ter uma vida esportiva ativa.

---

<sup>2</sup> Raramente são encontrados clubes paradesportivos, ou seja, que trabalhem apenas com o paradesporto ou esporte paralímpico.

<sup>3</sup> É o caso, por exemplo, da Associação Nacional de Desporto para Deficientes (ANDE), que é responsável pelas modalidades para pessoas com paralisia cerebral (Futebol de sete e bocha paralímpica).

Para cumprir com o que foi proposto em lei, algumas ações esportivas estão em vigência no cenário esportivo brasileiro, embora nenhuma delas sejam exclusivas do esporte paralímpico, todas, de alguma forma, tentam contribuir para o avanço e a concretização da prática paradesportiva no Brasil. Neste caso, a lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001, também conhecida como Lei Agnelo-Piva, a Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte (Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006) e o bolsa atleta, decorrente da lei nº 10.891/2004, com alterações da lei nº 11.096/2005, surgem com o intuito de responder a demanda do esporte brasileiro.

Ao analisar tais ações, nos deparamos com a entidade máxima do Esporte Paralímpico brasileiro. O CPB (Comitê Paralímpico Brasileiro), fundado em 1995, surge com a função de gerir o esporte paralímpico no país. Devido esta responsabilidade, o CPB sofre influência direta das ações do Ministério do Esporte, principalmente no que se diz respeito ao financiamento, função primordial das três leis acima citadas, como por exemplo, a entrada de recursos oriundos da Lei Agnelo/Piva, por meio da qual existe um repasse da arrecadação da Loteria Federal, para o CPB.

Entendendo que não existem ações voltadas especificamente para o esporte paralímpico por parte do Ministério do Esporte, mas que, o esporte de rendimento engloba a pessoa com e sem deficiência, uma questão surge, de que maneira as políticas públicas nacionais para o esporte de rendimento balizam o desenvolvimento do esporte paralímpico brasileiro?

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é identificar e analisar os programas do Ministério do Esporte para o esporte paralímpico. Para isso iremos compreender como se deu a origem, o desenvolvimento e a administração atual do esporte paralímpico no Brasil. Conceituando o esporte em questão para facilitar a progressão da pesquisa. Iremos também identificar e analisar como está configurado o esporte paralímpico dentro da política Nacional do Esporte, após a criação do Ministério do Esporte e refletir sobre os conceitos de política pública e como se dá sua relação com o esporte de alto rendimento no Brasil.

A escolha desta temática como eixo principal de minha pesquisa perpassa pelo meu envolvimento profissional com área. Antes de concluir a graduação, o contato com o esporte praticado por pessoas com deficiência culminou no meu destino profissional voltado exclusivamente para esse nicho esportivo. A partir de um maior contato com a prática, comecei a compreender melhor o contexto político esportivo existente no movimento paralímpico, acarretando no interesse por me aprofundar nas políticas públicas para o esporte paralímpico brasileiro.

Outro fator motivante foi o fato de, estando em contato contínuo com atletas, alunos e família, pude perceber quão importante a prática esportiva é para a vida dessas pessoas (física, social e psicologicamente). No entanto, no papel de pesquisador, tenho a possibilidade de analisar com mais profundidade a política pública paradesportiva, podendo compreender de que forma a pessoa com deficiência pode desfrutar ao máximo as possibilidades oferecidas pelo Estado.

Por fim, com o intuito de cobrir a lacuna deixada pela pouca produção acadêmica referente ao esporte paralímpico, especificamente as que buscam compreender a relação com a política pública, esta pesquisa busca auxiliar na compreensão da área tentando contribuir com esporte paralímpico no Brasil.

## **1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O estudo deve ser considerado de origem qualitativa, uma vez que “[...] os estudos que empregam uma metodologia qualitativa, pode descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”. (Gil, 1999).

O grupo social em questão são as pessoas com deficiência que buscam no esporte, a prática de uma modalidade paradesportiva de alto rendimento. A seleção deste grupo em específico nos permite concentrar forças para que não nos percamos do foco proposto. O esporte de alto rendimento foi selecionado pois quando tratamos de esporte paralímpico, estamos nos remetendo a pratica paradesportiva de alto rendimento.

Este estudo tem como característica ser uma pesquisa documental. Este tipo de pesquisa baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (Gil, 1999). Ainda segundo SILVA e GRIGOLO, *apud* RAUPP ( 2004, p.89)

A pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise aprofundada. Esse tipo de pesquisa visa, assim, selecionar tratar e interpretar a informação bruta, buscando extrair dela algum sentido e introduzir-lhe algum valor, podendo, desse modo, contribuir com a comunidade científica a fim de que outros possam voltar a desempenhar futuramente o mesmo papel.

E ainda segundo Gil (1999), na tipologia de pesquisa, os documentos podem ser classificados em dois tipos, fontes de primeira mão e de segunda mão. Os de primeira mão são os que não receberam, até então, qualquer tratamento analítico, e os de segunda mão são os que já foram analisados de alguma maneira. São exemplos de documentos de fontes de primeira mão: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações entre outros. E Fontes de segunda mão podem ser: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, etc.

Encontrar material acadêmico de qualidade que trate do esporte paralímpico não é uma tarefa fácil, torna-se mais viável quando sabemos exatamente de qual esporte estamos falando. Ao ir à literatura sabendo do que estamos tratando, conseguimos encontrar material interessante para contribuir com a conceituação do que poderia ser o esporte paralímpico e seus segmentos.

O histórico do esporte paralímpico foi feito através de livros e artigos que trazem com detalhes todo o processo de desenvolvimento do esporte. O que não foi encontrado na literatura foi pesquisado em sites de entidades que trabalham com o esporte paralímpico e faz parte de todo esse processo. Para compreender a administração e disposição das entidades que regem o esporte paralímpico no Brasil e no mundo, seguiu-se a mesma lógica de pesquisa do processo histórico.

No intuito de delimitar um espaço temporal, a análise das políticas públicas será realizada a partir da criação do Ministério do Esporte. Por isso, compreender como se deu essa criação se torna fundamental para prosseguir com as análises. Assim, além da pesquisa em artigos científicos, teses e dissertações, optamos por analisar mais a fundo os aparatos legais encontrados principalmente no site do próprio Ministério do Esporte.

Entende-se por aparatos legais, leis, decretos, resoluções, ações e projetos desenvolvidos através do próprio ME. Um dos, se não for o principal aparato criado pelo ME foi a Política Nacional do Esporte, que nessa pesquisa, será analisada com o objetivo de entender melhor como o esporte paralímpico esta sendo assimilado e tratado pelo ME.

Para dar suporte à nossa análise, utilizaremos o referencial teórico dos pesquisadores das políticas públicas, dando ênfase para os autores que têm no Brasil, referencia de suas pesquisas, seja no âmbito esportivo ou qualquer segmento de pesquisa. Para conceituar a temática, autores como Klaus Frey e Celina Souza serviram de base para as leituras seguintes.

Através desses autores, pudemos compreender alguns conceitos que nos permitiram dar continuidade a pesquisa. E principalmente, poder analisar com mais propriedade as políticas públicas para o esporte de alto rendimento criado após a instituição do ME. Essas políticas públicas, para serem melhor compreendidas, foram analisadas a partir, prioritariamente, das leis e decretos que as regularizaram oficialmente.

Além disso, tentamos buscar no site do Ministério do Esporte e do Comitê Paralímpico Brasileiro, possíveis referências e citações a tais políticas. As análises desses dados servirão como bases para análises qualitativas mais ricas e completas. Como o caso do programa Bolsa Atleta, que além de compreendermos como funciona o projeto, teremos os números de bolsas distribuídas, onde poderemos fazer comparações e balizar nossas análises.

As ações do Ministério do Esporte foram levantadas e analisadas, no caso da lei de Incentivo ao Esporte, buscamos a quantidade de projetos aprovados para captação que se enquadravam no esporte de rendimento, além

de investigar quais entidades trabalhavam exclusivamente com o esporte paralímpico ou também atendiam pessoas sem deficiência. A Lei Agnelo/Piva buscamos levantar alguns dados referentes aos valores investidos no CPB, fazendo algumas comparações com o COB, nos deparamos também com as ações do CPB, através dessas ações analisamos, por exemplo, a quantidade de atletas com deficiência participantes das paralimpíadas escolares e a quantidade de entidades que recebem verba para trabalhar com o esporte paralímpico a nível estudantil através de um programa criado pelo CPB.

O programa Bolsa Atleta, no entanto, é o programa com a maior quantidade de dados encontrados, com 8 anos de realização do programa, mais de 5 mil bolsas foram destinadas aos atletas com deficiência. Em cima desses números, podemos descobrir de que forma o as bolsas são distribuídos, qual sexo recebe maior quantidade de bolsas, bem como qual categoria de bolsas e modalidades são mais ou menos contemplados.

Tendo como base essas informações, esta dissertação será dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo traz o embasamento teórico utilizado no estudo, ou seja, os conceitos e definições de políticas públicas. O segundo capítulo apresenta o esporte paralímpico, focando em suas especificidades que o torna diferente do esporte olímpico. O terceiro capítulo inicia tratando do Ministério do esporte, passando pela política nacional do esporte e finaliza com as políticas públicas para o esporte de rendimento brasileiro. O quarto capítulo discute os principais pontos explorados, tentando relacionar os conceitos de política pública com os dados obtidos após o levantamento dos dados das ações analisadas.

## **2 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Mesmo não tendo conhecimento, a política pública faz parte da vida das pessoas, uma vez que ela é uma das ferramentas mais importantes na construção de uma sociedade. Hoje, a importância de boas políticas públicas para melhorar a vida das pessoas é reconhecida no Brasil e no mundo. Este capítulo tem a intenção de trazer conceitos de políticas públicas, que servirá, posteriormente, como base para as análises das políticas elaboradas para esporte paralímpico no Brasil.

Antes porém, precisamos entender de que forma e em que período a política pública surge. Enquanto área de conhecimento e de pesquisa, a política pública surge nos Estados Unidos, a partir da década de 1950, com a finalidade de auxiliar o diagnóstico e o desenvolvimento dos problemas públicos daquele país (MEZZADRI, 2011). Na Europa, em meados da década de 1970, surge como desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado – o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas (SOUZA, 2006).

Nos Estados Unidos, como já foi dito anteriormente, política pública surge como uma disciplina que vem como uma terceira proposta no que se referem aos estudos da área política. Esta proposta como afirma SOUZA (2006), foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para entender como e porque os governos optam por determinadas ações. Para melhor compreensão do que a autora está se referindo, partiremos para as definições sobre a temática.

### **2.1 DEFININDO POLÍTICA PÚBLICA**

De imediato, é necessário compreender que não existe apenas uma definição para políticas públicas, bem como não encontramos a melhor ou mais completa definição. Dessa forma, recorreremos aos diferentes pesquisadores, que através de suas definições, nos auxiliará na compreensão desse universo complexo das políticas públicas.



Autores de diferentes vertentes trazem diferentes definições sobre política pública<sup>4</sup>, ainda assim, a definição mais conhecida é a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre o conjunto da política que implicam a responder as seguintes questões: “quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”.

Algumas definições mais recentes de política pública como a de DIAS (2012, p.12) Conjunto de princípios, critérios e linhas de ação que garantem e permitem a gestão do estado na solução dos problemas nacionais. Ainda para o mesmo autor:

São as ações empreendidas ou não pelos governos que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social, tendo por objetivo dar condições para que todos possam atingir uma melhoria na qualidade de vida compatível com a dignidade humana. (DIAS, 2012, p.12)

O autor acredita que as políticas públicas deveriam primeiramente, ser pensada em oportunizar as pessoas, a possibilidade de buscar uma condição de vida melhor através dos próprios esforços. Para outros autores como SOUZA (2003):

Pode-se, então, resumir o que seja política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). (Souza, 2003, p.13)

A autora entende que a política pública se dá através da formulação de ações e programas dos Governos para atender os propósitos idealizados, que deverão implicar em resultados e mudanças práticas na sociedade.

Ainda para a autora, se admitirmos que as políticas públicas podem ser consideradas como parte de um campo holístico, ou seja, uma área que abrange diversas áreas em totalidades organizadas, podemos analisar de duas forma diferentes, a primeira é que por ser tão abrangente, diferentes áreas do

---

<sup>4</sup> “é o que os governos decidem ou não fazer” (Dye, 1987, p.1)

“é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou por meio de agentes, e que influenciam a vida dos cidadãos” (Peters, 1993, p.4)

conhecimento, como filosofia, psicologia, sociologia e economia podem trazer definições, teorias e métodos específicos, para contribuir com essa ideia, DIAS (2012, p.11) acredita que:

A expressão “política pública” engloba vários ramos do pensamento humano, sendo interdisciplinar, pois sua descrição e definição abrangem diversas áreas do conhecimento como as Ciências Sociais Aplicadas, a Ciência política, a Economia e a Ciência da Administração Pública, tendo como objetivo o estudo do problema central, ou seja, o processo decisório governamental.

E a outro forma de compreensão é que mesmo tendo toda esta diversidade de áreas, as teorias e metodologias não sofrem alterações pelas suas respectivas perspectivas, mantendo-se a mesma.

É importante compreender que o conceito de políticas públicas inclui tanto temas do governo, como do Estado (DIAS, 2012, p.13). Políticas de Governo são aquelas que, ao mudarem os responsáveis pela gestão, as políticas podem se alterar também. As Políticas de Estado são aquelas que não mudam independente dos agentes responsáveis. Também podem ser consideradas políticas que envolvem os três poderes do estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) (DIAS, 2012).

Por fim, as políticas públicas são o resultado da atividade política, requerem várias ações estratégicas destinadas a implementar os objetivos desejados e, por isso, envolvem mais de uma decisão política. (DIAS, 2012, p.13). Após isso, podemos entender que:

Por último, políticas públicas, após desenhadas e formuladas, se desdobram em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando, então, submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação e à análise dos pesquisadores. (SOUZA, 2003, p.14)

## **2.2 APLICANDO A POLÍTICA PÚBLICA**

O termo “política”, no que se refere ao campo da ciência política, pode-se dividir em três partes que são “policy”, “politics” e “polity”. Esses conceitos

definem as três dimensões da política. Para FREY (2000, p.216), “polity” para denominar as instituições políticas, “politics” para os processos políticos e, por fim, “policy” para os conceitos da política. O mesmo autor segue seu raciocínio explicitando mais detalhadamente cada um dos conceitos, segundo FREY:

- A dimensão institucional “polity” se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo;
- No quadro da dimensão processual “politics” tem-se em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição;
- A dimensão “policy” refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas. (FREY, 2000, p. 216)

Embora haja divisões, e cada uma compreende-se através de uma lógica própria, a articulação entre elas deve existir, pois juntas, constituem os elementos da “policy analysis”. Antes de seguir com a discussão acerca da policy analysis, outras dimensões devem ser discutidas com o intuito de compreender a política pública em toda a sua especificidade. Destacam-se então, policy network, policy arena e policy cycle.

Segundo HECLO (1978) *apud* FREY (2000, p.222) “policy networks” são as “interações das diferentes instituições e grupos tanto do executivo, do legislativo como da sociedade na gênese e na implementação de uma determinada ‘policy’”. Sem dúvida, as “policy networks” são fundamentais para uma análise bem elaborada sobre políticas públicas, e como diz Frey (2000, p.222), sobretudo enquanto fatores dos processos de conflito e de coalizão na vida político-administrativa.

Na policy arena, podemos nos referir aos processos de conflitos e consensos dentro das diversas áreas da política, uma vez que houve em seu contexto, a inserção dos conteúdos, agentes e instituições (MEZADRI, 2000). Podemos, portanto, distinguir essas áreas de acordo com seu caráter distributivo, redistributivo, regulatório ou constitutivo, mais do que isso, elas se caracterizam de acordo com a forma e os efeitos aplicados no processo de

implantação, os conteúdos existentes na política e o modo de resolução dos conflitos políticos (FREY, 2000).

As políticas distributivas são aquelas onde existe, aparentemente, apenas a distribuição de vantagens sem, necessariamente, prejudicar de alguma forma algum tipo específico de grupo, evitando assim, conflitos durante esses processos políticos. Já as políticas redistributivas seguem a lógica oposta, uma vez que essa distribuição de recursos tem como objetivo principal, um grupo ou setor específico, gerando assim, muitos conflitos. (FREY, 2000).

As políticas regulatórias, como sua denominação faz referência, regulariza, através de ordens, proibições, decretos e portarias, as políticas de distribuição, com o intuito de manter de forma igual e equilibrada. Nesta política, também existem conflitos de consenso e coalizão, porém, podem se modificar de acordo com os interesses. Por fim, as políticas constitutivas, também conhecidas como políticas estruturadoras, em suma, são responsáveis por estruturar os processos e conflitos políticos e de negociação das políticas distributivas, redistributivas e regulatórias. (FREY, 2000).

Ainda na compreensão da policy arena, mais alguns elementos como a natureza e a sua abrangência podem ser percebidos como fundamentais na estruturação dessa forma de política. Quando nos referimos à natureza, podemos dividir em “estruturais” e “conjunturais”, para MEZZADRI (2011, p.92):

As políticas públicas “estruturais” buscam definir as ações básicas que sustentam o desenvolvimento da sociedade. Já as políticas públicas “conjunturais” têm como objetivo resolver alguma situação temporária, ações paliativas com períodos e práticas previamente delimitados.

Já em relação a sua abrangência, duas formas de políticas podem ser observadas, as universais e as focalizadas. As políticas públicas universais configuram suas estruturas para toda a sociedade, devendo ser realizadas para todos os segmentos sociais (MEZZADRI, 2000, p.93). O mesmo autor ainda dá como exemplo duas políticas universais existente em dois segmentos da sociedade, o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), da área da

Educação e o SUS (Sistema Único de Saúde) na área da Saúde. Por fim, as políticas públicas focalizadas que surgem com o intuito de suprir uma demanda de um grupo social específico.

### **2.2.1. Policy cycle**

Outro elemento importante para compreensão da “policy analysis” é o “policy cycle”. Seu entendimento se torna fundamental, bem como suas fases, para que as políticas públicas possam ser construídas e implementadas com o objetivo de responder às demandas sociais e melhorar as condições da sociedade. (MEZZADRI, 2011, p.94). Ainda para contribuir com essa ideia, DIAS (2012) exalta que uma das vantagens na análise através da perspectiva de ciclo, é a possibilidade de estar em cada etapa do processo, identificando os desafios e atores envolvidos, uma vez que o processo está sendo analisado em partes.

Na literatura, são encontradas diferentes entendimentos por diferentes autores sobre as fases ou estágios dos ciclos, desde a quantidade até mesmo a nomenclatura. Para este estudo, adotaremos a proposta de Klaus Frey, dessa forma, podemos subdividir o policy cycle então em cinco fases, que são, na sequência: percepção e definição dos problemas; elaboração dos programas; implementação de políticas; avaliação de políticas e correção da ação. Para contribuir com essa ideia, Frey (2000, p.226) diz:

As várias fases correspondem a uma sequência de elementos do processo político-administrativo e podem ser investigadas no que diz respeito às constelações de poder, às redes políticas e sociais e às práticas político-administrativas que se encontram em cada fase.

A primeira fase, a da percepção e definição de problemas, uma situação ou acontecimento, é visto como um problema político que deve ser resolvido, esse problema é percebido por grupos sociais específicos, políticos e a administração pública. Em muitos casos, os responsáveis por trazer a tona tais problemas e dar-lhes algum tipo de significância são os meios de comunicação políticos e sociais. (FREY, 2000)

Podemos considerar um problema político quando, de alguma forma, uma determinada situação causa insatisfação a um grupo específico. A identificação

deste problema político é de extrema importância para o processo de formação de uma política pública. Dias (2012, p.68). O mesmo autor reitera essa ideia:

Nesse sentido, um problema chama a atenção pública porque afeta um interesse ou direito público que: viola compromissos legítimos; enfraquece a condição comum de cidadãos; vai contra os valores comuns que sustentam a comunidade; causa danos aos bens sociais de forma que eles apenas podem ser protegidos através da ação coletiva ou, ainda, vai contra a justiça, a equidade ou interesse em comum.

Podemos citar como exemplo, quando o governo não consegue oferecer uma segurança pública eficiente e a população sente-se insegura, temos assim, uma possibilidade de um problema público. Ainda assim, todo problema público segue uma sequência, segundo DIAS (2012, p.68), primeiro, adquire certo nível de generalidade como problema público; depois, adquire reconhecimento social; e, em terceiro lugar, torna-se susceptível de ser parte da agenda política a ser institucionalizada.

Para que este problema político entre no processo resolução, é necessário que gere interesse em algum ator político, dessa forma, tal problema entrará para uma lista de prioridades de ação, denomina-se essa lista de agenda. Esta agenda pode ter diferentes formatações, desde um simples interesse midiático até mesmo um programa de governo. (DIAS, 2012)

Uma função importante da agenda é determinar o que será ou não incluído, define também os atores que conflitarão no poder político. Toda incorporação de um problema à agenda é resultado de divergências de opinião, normas formais e não formais, interesses, percepções e juízos que percorrem um caminho que passa pela opinião pública. (DIAS, 2012, p.73)

Para finalizar o entendimento sobre a agenda política, é importante saber que a mesma dificuldade e complexidade que um possível problema tem para entrar na agenda, também tem para se tornar um programa. Um motivo para isso é o jogo de interesses que existe entre grupos e atores políticos atuantes na definição de temáticas que serão definidas como problemas. (DIAS, 2012)

A fase seguinte, elaboração de programas, decide-se pela forma mais eficiente de agir, ou segundo DIAS (2012, p.76) permite resolver qual das

diferentes alternativas existentes será mais apropriada para diminuir a tensão entre a situação atual e a situação desejada. Nesta fase, os conflitos entre os “atores” responsáveis por gerir a política e a administração em questão são comuns. Em geral, a instância de decisão responsável decide sobre um “programa de compromisso” negociado já antecipadamente entre os atores políticos mais relevantes. (FREY, 2000. p.228)

Importante ressaltar que nesta fase, o papel de pessoas especializadas e qualificadas é fundamental para uma boa formulação de políticas que serão aplicadas na prática. Os técnicos (analistas de políticas), ao adquirirem relevância nessa fase, podem provocar o surgimento de problemas com os políticos. (DIAS, 2012, p.77)

A fase intitulada de implementação de políticas, pode ser considerada por especialistas, uma fase fundamental, pois é nela, que as ações se tornam concretas uma vez que até então, não passava de propostas escritas e teóricas.

Mas é importante ressaltar que, o interesse da ‘policy analysis’ nesta fase se refere particularmente ao fato de que, muitas vezes, os resultados e impactos reais de certas políticas não correspondem aos impactos projetados na fase de sua formulação. (FREY, 2000, p.228). E também não se pode considerar este problema como principalmente técnico é de uma simplificação ingênua, pois deixa de lado o caráter conflitivo do processo, ou seja, sua dimensão política. (DIAS. 2012, p.79).

Em suma, nem sempre o planejado na teoria, resultará em um bom resultado na prática, pois esse processo envolve outros viés, sociais e políticos, que nem sempre são pensados ou fáceis de prever. Por isso, dizer que erros num processo de implementação de políticas são oriundos apenas de falhas técnica-administrativa, sem considerar todo o processo acima descrito, pode ser um equívoco.

A última fase, chamada de avaliação de políticas, ou como outros autores denominam acompanhamento, monitoramento e avaliação, analisam os impactos efetivos causados pelos programas. Trata-se de indagar os déficits

de impacto e os efeitos colaterais indesejados para poder deduzir consequências para ações e programas futuros. (FREY, 2000, p.228)

Para DIAS (2012, p.84) a avaliação deve ser considerada um elemento fundamental para o sucesso das políticas pública, não deve ser realizada somente ao final do processo, mas em todos os momentos do ciclo de políticas. O mesmo autor ainda defende que:

A avaliação é uma ferramenta importante porque permite à administração realizar uma série de ações em função dos resultados obtidos, entre os quais: gerar informações úteis para as futuras políticas públicas; prestar contas de seus atos; justificar as ações e explicar as decisões; corrigir e prevenir falhas; responder se os recursos, que são escassos, estão produzindo os resultados esperados e da forma mais eficiente possível; identificar as barreiras que impedem o sucesso de um programa; promover o diálogo entre vários atores individuais e coletivos envolvidos; fomentar a coordenação e a cooperação entre esses atores.

Por fim, a avaliação tende a concretizar um ciclo político. Em caso dos objetivos terem sido alcançados, o programa pode ser suspenso ou levado a um novo ciclo, retornando assim, a fase de percepção e definição e à elaboração de um novo programa político. (FREY, 2000).

### **2.3 POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL**

Em decorrência da abertura democrática, na década de 1980, a política pública começa a ser debatida no Brasil, de acordo com MEZZADRI (2000, p.91) após a instalação da democracia no país ocorreram gradativamente progressos nos moldes de gestão pública, controle e participação social e também avanços científicos na área. Ainda, para o mesmo autor:

O termo “política” no Brasil consiste em uma terminologia abrangente, constituído pelas instituições (partidos políticos e órgãos governamentais), pelos agentes (políticos e gestores) e pelo desenvolvimento das ações (programa e projetos), ou seja, engloba todas as dimensões possíveis do ato de governar. (MEZZADRI, 2011, p.91)

Para SOUZA (2003) existem três motivos para o crescimento de pesquisas em políticas públicas no Brasil. O primeiro foi a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. A partir dessas políticas, o desenho, a



execução e a análise de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, assim como a busca de novas formas de gestão, ganharam maior visibilidade. O segundo fator, é que novas concepções sobre o papel dos governos ganharam hegemonia e políticas keynesianas, que guiaram a política pública do pós-guerra, foram substituídas pela ênfase no ajuste fiscal. Este, implicou a adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa e em restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais. (SOUZA, 2003, p.11)

O terceiro fator, mais diretamente relacionado aos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém democratizados, provém do fato de que a maioria desses países, em especial os da América Latina, não conseguiu equacionar, ainda que minimamente, a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população. A emergência, relativamente recente, da pesquisa em políticas públicas no Brasil e a popularização do tema requerem um esforço para tornar mais claras algumas questões a ela relacionadas. Esse esforço é também necessário porque a literatura sobre políticas públicas tem sido pouco traduzida no Brasil, assim como sua aplicação empírica ainda é relativamente escassa, inclusive nos trabalhos acadêmicos (SOUZA, 2003 p.12)

Já no Brasil, estudos sobre políticas públicas foram realizados só recentemente. Nesses estudos, ainda esporádicos, deu-se ênfase ou a análise das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas. (FREY, 2000, p.214)

A concepção da “policy analysis” parece, em princípio, apropriada para a análise de políticas públicas no contexto da realidade brasileira, porém, é imprescindível, no meu entender, uma adaptação da abordagem às particularidades da situação política e institucional do País, além de mostrar as próprias limitações da proposta em questão. (FREY, 2000, p.242)

Os estudos de políticas públicas enfocam basicamente casos empíricos e seus resultados têm, portanto, pelo menos em um primeiro momento, apenas validade situacional. (FREY, 2000, p.243)

Em relação as pesquisas situacionais, especificamente na política municipal brasileira, FREY (2000) aponta três pontos importantes. O primeiro ponto é a limitação do conhecimento técnico em relação ao processo político por parte dos municípios. O que o leva a crer que não existem muitos estudos científicos sobre políticas municipais. O que corrobora com o que o próprio autor acredita:

Todavia, vale mencionar que, à medida que cresce o número de estudos específicos realizados nos vários campos de política, aumenta não apenas o conhecimento referente as políticas específicas,mas também o conhecimento teórico referente às inter-relações entre estruturas e processos do sistema político-administrativo por um lado e os conteúdos da política estatal por outro. (FREY, 2000, p.243)

O segundo ponto é que se faz necessário considerar a autonomia apresentada pelos municípios em relação ao financeiro e administrativo. E por fim, o terceiro ponto levantado pelo autor é a dificuldade da análise das políticas públicas municipais em decorrência das rápidas trocas que acontecem dentro das políticas municipais.

### **2.3.1 Política pública para o esporte no Brasil.**

Pode-se perceber a evolução da discussão sobre políticas públicas no Brasil, no cenário esportivo também não pode ser diferente, ainda mais com a vinda de grandes e importantes eventos esportivos para os próximos anos.

Assiste-se também ao aumento gradativo do numero de disciplinas relativas ao estudo das políticas públicas do esporte em cursos de graduação e pós-graduação strictu-sensu, ao crescimento do numero de linhas de pesquisa nesses últimos, a criação de linhas de financiamento por agencias de fomento governamentais para a pesquisa no campo, como se deu com a Rede CEDES empreendida pelo Ministério do Esporte.

### **3 ESPORTE PARALÍMPICO: A DEFICIÊNCIA EM BUSCA DA EFICIÊNCIA**

Primeiramente, é fundamental compreender exatamente sobre o que estamos falando, entender qual movimento esportivo específico este estudo busca analisar. O esporte, seja ele praticado por pessoas com ou sem deficiência, deve ser compreendido em toda sua complexidade e manifestações, torna-se então, imprescindível uma conceituação prévia deste nicho esportivo tão específico que iremos tratar.

O esporte praticado por pessoas com deficiência, pode ser encontrado na literatura sendo denominada de diferentes formas, nossa intenção é a de aproximar alguns termos para que possamos chegar próximo a uma denominação única, usando termos diferentes para o mesmo propósito, como por exemplo, paradesporto, esporte adaptado e esporte paralímpico.

Após especificarmos sobre qual movimento esportivo estamos lidando, aprofundaremos no histórico da temática com o intuito de, ao explicar sua origem e desenvolvimento, seja no Brasil e no mundo, possamos entender suas atividades atuais, e visualizar as futuras e possíveis ações.

Finalizando o capítulo, analisaremos a estrutura administrativa e esportiva do movimento paralímpico. Essa análise contribui principalmente na compreensão da diferença entre o olímpico e o paralímpico, fundamental na elaboração de políticas públicas, e mais do que isso, nos permite entender a dinâmica do esporte paralímpico atualmente.

#### **3.1 CONCEITUANDO O ESPORTE PARALÍMPICO: O ESPORTE E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Inicialmente, conceituaremos alguns termos que aparecerão com frequência neste estudo, e mais do que isso, compreender que algumas palavras podem dar sentido à mesma ideia. Ao entender de qual esporte estamos tratando, e de que forma o compreendemos, o texto ficará mais claro.

Refletiremos então, sobre qual esporte este estudo pretende tratar, entendendo primeiramente que o esporte pode ser compreendido dentro de um conceito polissêmico, BETTI (1991) entende que o esporte necessita de regras, essas regras permitem que o esporte seja desenvolvido e praticado por

duas ou mais pessoas, ou contra a natureza como o caso dos “esportes radicais”. Embora Betti venha contribuir com sua definição, sabe-se que em sua complexidade, apenas uma definição do que seria esporte, pode estreitar a visão do pesquisador, tornando suas pesquisas limitadas no ponto de vista acadêmico, por isso, análises de diferentes definições podem tornar estudos mais ricos. Observa-se então na fala de

Para Betti (1991), o objetivo final do esporte é o de se encontrar um vencedor ou alcançar um novo recorde, Coakley (2008) acrescenta dizendo que esse objetivo final pode ser motivado por interesses internos ou externos, ou seja, desde a prática do esporte com o intuito de um bem estar físico e mental, como recompensas financeiras. As definições trazidas até o momento por Betti (2000) e Coakley (2008) são bem similares, um ponto em comum é que ambas entendem o esporte como uma ação institucionalizada, ou seja, pensada, criada e gerida por uma instituição, como por exemplo o atletismo, que é administrado por uma confederação nacional. Porém, o esporte não é algo estático, ele se movimento junto com a sociedade e de acordo com os seus interesses. Surge então, a necessidade de pensar no esporte de uma forma mais contemporânea. Marchi Jr (2008, p.15) compreende o Esporte contemporâneo como:

um fenômeno histórico da humanidade construído e determinado a partir de contextos socioculturais, em constante desenvolvimento, e em franco processo de mercantilização, profissionalização e espetacularização.

Antes de avançarmos nas definições e conceitos do esporte paralímpico, devemos tomar cuidado quando nos referirmos à pessoa com deficiência, principalmente academicamente falando, algumas definições devem ser evitadas e outras priorizadas. Algumas terminologias como pessoa com necessidades especiais e pessoas portadoras de deficiência são inadequadas, principalmente a segunda terminologia, pois a ideia de portar algo é quando em um momento você porta e em outro momento não, a deficiência não funciona dessa forma, uma vez deficiente, sempre deficiente.

A denominação legal é pessoa com deficiência, em muitas situações poderá ser encontrado em sua forma abreviada (PCD) e em tratando de

competições esportivas pode ser encontrada a denominação ACD – atleta com deficiência. Acontece muito no caso dos jogos escolares, onde nas etapas regionais, a pessoas com e sem deficiência participam da mesma competição, nos mesmos dias e horários, obviamente, não competem uns contra o outros, apenas utilizam-se da mesma estrutura.

O esporte praticado por pessoas com deficiência têm suas especificidades e peculiaridades que o tornam diferentes dos esportes convencionais (praticados por pessoas sem deficiência). Quando se trata desse esporte em específico, algumas nomenclaturas, bem como suas respectivas definições, devem ser observadas e analisadas. Esporte Adaptado, Paradesporto, Atividade Adaptada, Esporte Paralímpico ou simplesmente esporte para pessoas com deficiência, são algumas, e provavelmente as principais, formas de identificar esse fenômeno esportivo. É primordial compreender que embora parecidas, essas formas não querem dizer a mesma coisa, segue como primeiro exemplo a atividade adaptada, que para ARAÚJO (1997, p.5), significa:

a busca de adequação de meios para se efetivar um resultado desejado, diante da ausência ou da impossibilidade de se usar os meios convencionais que foram estabelecidos como sendo a maneira correta de se executar ou praticar uma tarefa ou atividade.

Esta definição, em nosso entendimento, não está, necessariamente, tratando de uma atividade voltada para especificamente para pessoas com deficiência. Uma vez que, pode surgir à necessidade de adaptar uma atividade, seja ela esportiva ou não, para diferentes características pessoais e estruturais, por exemplo, no momento em que você adapta as regras de um jogo de futebol para que crianças possam compreender e realizar melhor a atividade proposta.

Um termo que aparece com frequência em dispositivos legais e em meios midiáticos, é a terminologia “paradesporto”, mas ao procurar na literatura, nada foi encontrado sobre sua definição. Sendo assim, tentaremos compreender o paradesporto a partir de outras terminologias. Para isso, vamos compreender primeiramente o que seria desporto adaptado, ARAÚJO (1997, p.5), define como sendo a adaptação de um esporte já de conhecimento da

população. Este conhecimento está relacionado às regras estabelecidas e sua prática.

Tomemos como exemplo o futebol. Um percentual grande da população mundial conhece a modalidade futebol, entendendo suas regras, ao menos o básico para poder praticar a modalidade. Mas se pegarmos o futebol para paralisados cerebrais, por exemplo, a modalidade e as regras adaptadas necessárias para que pessoas com deficiência física possam praticá-la são desconhecidas por grande parte da população. Resumindo, a modalidade em questão mantém a sua essência, mas adaptam-se algumas regras para possibilitar a pessoas com deficiência a prática esportiva.

Outros autores também contribuem com suas definições para o Esporte Adaptado. Para WINNICK (1990, p.23):

experiências esportivas modificadas ou especialmente designadas para suprir as necessidades especiais de indivíduos. O âmbito do esporte adaptado inclui a integração de pessoas portadoras de deficiência com pessoas “normais”, e lugares nos quais que se incluem apenas com condições de deficiência.

SHERRYL(2004), também acerca do Esporte Adaptado, diz:

O esporte adaptado é uma terminologia que engloba a prática esportiva realizada pelas pessoas com deficiência visando a inclusão ou a melhora de suas funções motoras, podendo ter um caráter mais generalista ou especialista.

Outra forma similar, mas que difere do Esporte Adaptado seria o Esporte para pessoa com deficiência, ARAUJO (1997, p.5) entende que pode ser aquele que é elaborado para atender exclusivamente esta população. Um exemplo é o Goalball, esporte criado especificamente para deficientes visuais.

Neste caso, modalidades bem desenvolvidas, com regras estabelecidas e praticadas por um número razoavelmente grande de pessoas de diferentes países, como é o caso do próprio Goalball, que ao contrário do esporte adaptado, não surge de uma modalidade já existente, são extremamente raras de ser encontradas.

Todas as formas e definições trazidas até aqui tem como intuito mostrar a dimensão do esporte praticado por pessoas com deficiência. No entanto, este trabalho tem como objetivo principal dialogar com o Esporte Paralímpico.

Para WINCKLER (2012, p.17):

O esporte paralímpico já é um ambiente mais restrito, pois remete à prática de uma das vinte modalidades de verão e cinco de inverno do programa paralímpico. Essa restrição de acesso é ainda marcada pelo processo de classificação esportiva (médica ou funcional), que torna os atletas elegíveis ou inelegíveis para a sua prática.

Podemos considerar assim, que o esporte paralímpico não é acessível a toda a população, uma vez que apenas quem apresenta bons resultados e se enquadram dentro de uma determinada classificação podem participar. Um bom exemplo são as lutas, apenas o judô faz parte do quadro de modalidade dos jogos paralímpicos, uma vez que o judô é praticado apenas por deficientes visuais, alguém com deficiência física pode até praticar a modalidade, mas nunca irá competir por ela, não no movimento paralímpico.

Então, no decorrer do texto, quando estivermos tratando da prática esportiva por parte de pessoas com algum tipo de deficiência, qualquer um dos termos “paradesporto” ou “esporte adaptado” serão aceitos, a partir do momento que focarmos nas modalidades que fazem parte do quadro dos Jogos Paralímpicos e regidas pelo Comitê Paralímpico Brasileiro, estaremos tratando do “Esporte Paralímpico”.

### **3.2 HISTÓRICO DO ESPORTE PARALÍMPICO NO BRASIL E NO MUNDO**

Pode-se dizer que o esporte adaptado, como é conhecido atualmente, teve sua formação como resultado dos esforços dos trabalhos e dos estudos produzidos nos centros de reabilitação, que tinham como foco os trabalhos de recuperação e reabilitação dos soldados decorrentes principalmente da Segunda Guerra Mundial, na década de 40. (ARAÚJO, 1997).

Embora bibliografia existente, nos permita afirmar que existam registros da prática paradesportiva anteriores à Guerra. Como é o caso das pessoas com deficiência auditiva que já praticavam atividades esportivas no século XIX, e as pessoas com deficiência visual, que segundo ARAUJO (1997), foram os

primeiros a registrarem uma competição, neste caso um encontro entre os alunos cegos das escolas *Overbrook* e *Baltimore* no ano de 1907. Mesmo sabendo-se que essas atividades eram pontos isolados e que não conseguiram ter continuidade.

As atividades esportivas oferecidas aos ex-combatentes de guerra, durante o processo de reabilitação, começam a tomar corpo e se tornar parte fundamental no processo de recuperação e adaptação. Neste período, a Segunda Guerra Mundial deixava muitas marcas, e muitos combatentes voltavam com lesões severas, inclusive, um número grande deles morria durante o processo de reabilitação. As práticas desportivas competitivas serviam, assim, como um meio de fuga do ambiente hospitalar, melhorando a qualidade de vida e a condição psicológica, ajudando no processo de reabilitação (WINCKLER E PARSONS, 2012). Como afirma ARAÚJO (1997, p.7), o trabalho de reabilitação buscou no esporte não só o valor terapêutico, mas o poder de restabelecer ou estabelecer novos caminhos, o que resultou em maior possibilidade de interação destas pessoas.

Em 1944, Ludwig Guttman, um neurocirurgião que se especializa em pesquisas sobre o sistema nervos periféricas, vai para Oxford na Inglaterra, fugindo da perseguição nazista aos judeus em seu país de origem, inicia seus trabalhos na Unidade de Lesões Medulares de Stoke Mandeville, em Aylesbury, utilizando-se do esporte como parte do fundamental no processo de reabilitação dos pacientes (ARAÚJO, 1997).

Em decorrência disso, surgiram os primeiros jogos de Stoke Mandeville, coincidindo com a data de abertura dos Jogos Olímpicos de Londres, em 1948, dessa maneira, traçando um paralelo com os Jogos Olímpicos. Ao mesmo tempo, nos Estados Unidos, competições de basquete em cadeiras de rodas entre vários hospitais e associações de veteranos de guerra eram realizadas. (ARAÚJO 1997).

Em 1952, aconteceram os primeiros Jogos Internacionais de Stoke Mandeville, com a participação de apenas dois países, além dos ingleses, uma equipe holandesa esteve presente na competição. Com uma melhor condição e estrutura, em 1958. Em sua 7ª edição, os Jogos foram realizados na cidade de



Bruxelas e a Rainha Elizabeth, foi quem abriu a competição. Já em 1960, com a participação de mais países, e sendo realizada pela primeira vez fora da Inglaterra, a 9ª edição dos Jogos Internacionais de Stoke Mandeville aconteceu em Roma, posteriormente, essa competição viria a ser reconhecida com os primeiros Jogos Paralímpicos. (WINCKLER E PARSONS, 2012).

As origens do nome Paralimpíadas, de acordo com a literatura, provem de duas vertentes distintas. Para WINCKLER E PARSONS (2012), a palavra surge da associação do prefixo grego “para”, que significa paralelo, e “olímpico”. Dessa forma, a união desses prefixos representaria a condição paralela existente entre os Jogos Olímpicos e os Jogos Paralímpicos. E outra definição, que não é reconhecida oficialmente, seria que o prefixo “para” faria representação a palavra “paraplégico”, ou seja, as Olimpíadas para os paraplégicos.

Logo, as competições seguintes começaram a seguir a mesma periodicidade dos Jogos Olímpicos, embora esse modelo tenha ocorrido nos dois primeiros jogos, retornando apenas 34 anos depois, nos Jogos de Seul. Com o passar dos anos, o movimento Paralímpico começou a ganhar força com a criação e o fortalecimento de outras entidades de gerenciamento esportivo internacional, pois até então só existia a Federação dos Jogos Internacionais de Stoke Mandeville – ISMGF.

Um período de avanço para o esporte paralímpico internacional foi a criação da ISOD (*International Sports Organization for the disabled*), agregou um grupo de deficiências que até então não eram contemplados pela ISMGF, como amputados, deficientes visuais e paralisados cerebrais.

Essas organizações, portanto, tinham como objetivo representar um tipo de deficiência, algumas dessas instituições que hoje, fazem parte do IPC são: CPISRA – *Cerebral Palsy International Sport and Recreation Association* – trabalhando com pessoas com paralisia cerebral; IBSA – *International Blind Sports Federation* – Responsáveis por coordenar as modalidades para deficientes visuais; INAS - *International Sports Federations for Athletes with Intellectual Disability* – que organiza o esporte para deficientes intelectuais; IWAS- *International Wheelchair and Amputee Sports Federation* – coordenando

as modalidades para amputados e cadeirantes e CISS – *Comité international des sports des sourds* – regendo o esporte para deficientes auditivos, no entanto, a participação deste grupo em específico nos Jogos Paralímpicos não acontecem por opção da própria CISS, que realizam os Jogos do Silêncio, de forma independente.

Em 1982, é criado o ICC – Comitê Coordenador Internacional de Organizações Esportivas para Deficientes. Essa entidade tinha como objetivo organizar o esporte paralímpico a nível mundial e deveria abranger todas as modalidades de todas as deficiências. Mas no ano de 1989, é criado o IPC – International Paralympic Comittee, e para ARAÚJO (2102, p.13), a mudança de ICC para IPC foi mais do que um nome apenas: era a mudança de uma filosofia, a busca de equiparação com o movimento Olímpico Internacional. A importância dessa mudança refletiu, por exemplo, na continuidade da realização dos Jogos Paralímpicos no mesmo local, e com as mesmas estruturas, da realização dos Jogos Olímpicos, isso, deve-se ao fortalecimento do IPC que buscou uma maior profissionalização, bem como acontecia com o COI – Comitê Olímpico Internacional.

No Brasil, o esporte paralímpico teve seu início em duas importantes cidades brasileiras, no Rio de Janeiro, Robson Sampaio de Almeida, funda em parceria com Aldo Miccolis, no dia 1º de Abril de 1958, o Clube do Otimismo. Em São Paulo, Sérgio Seraphim Del Grande, cria o Clube dos Paraplégicos de São Paulo (CPSP), no dia 28 de Julho do mesmo ano. Ambos foram buscar terapias para a reabilitação de suas lesões medulares nos Estado Unidos e trouxeram ao país a experiência adquirida no exterior.

A modalidade paradesportiva que essas associações trabalhavam com mais ênfase era o basquetebol em cadeira de rodas. O encontro desta modalidade entre as duas equipes brasileiras aconteceu no ano de 1959, no Maracanãzinho<sup>5</sup>, consagrando a equipe paulista com primeira vencedora deste confronto, porém, nos dois anos seguintes, os cariocas foram os vencedores das partidas, esse foi o cenário inicial dos confrontos realizados entre equipes brasileiras.

---

<sup>5</sup> Ginásio Gilberto Cardoso

Neste momento o paradesporto começa a ganhar força no país e, visando a evolução das modalidades paradesportivas, surge a necessidade de buscar experiência fora do Brasil, dessa maneira, no ano de 1959, o CPSP viajou a Buenos Aires para realizar partidas amistosas contra equipes locais, já no ano seguinte, o clube vai a Roma representar o Brasil no 1º Campeonato Mundial. Em 1969, é formada a primeira seleção nacional de basquetebol em cadeira de rodas, com o intuito de participar dos Jogos Parapanamericanos realizados na Argentina. (ARAÚJO 2011).

Após a participação em alguns torneios internacionais, e a estreia do país em Jogos Paralímpicos em Heidelberg, Alemanha, em 1972, o paradesporto nacional teve uma impulsão quando foi obrigado pela ISMGF, a formar um órgão representativo nacional de esporte praticado por pessoas com deficiência. Surgi então, em 18 de Agosto de 1975, a Associação Nacional e Desporto de Excepcionais – ANDE, hoje conhecida como Associação Nacional de Desporto de Deficientes. No início da década de 1980, por sinal, outras entidades nacionais surgiram com o intuito de trabalhar com o esporte paralímpico, a ABDC (Associação Brasileira de Desporto para Cegos), ABRADACAR (Associação Brasileira de Desporto em Cadeira de Rodas).

Mesmo com a criação da ANDE, uma entidade destinada a tentar organizar o esporte paralímpico brasileiro, os maus resultados nas paralimpíadas de 1976, Toronto, Canadá, e 1980, Arnherm, na Holanda, retratavam um cenário de desorganização e desunião entre os praticantes do paradesporto no Brasil, mas as dificuldades não se limitavam a isso, pois como retrata SHEID (2012, p.10):

Para a participação nos Jogos Paralímpicos de 1988, as entidades esportivas de administração do esporte brasileiro impedidas pela legislação de constituir um órgão diretivo único, nos moldes do Comitê Olímpico Brasileiro, encontraram como opção a constituição da “Comissão Paradesportiva Brasileira”.

Essa comissão mostrou-se ineficiente no seu objetivo maior, que era o de organizar e gerir o esporte Paralímpico Brasileiro, isso se mostrou com um resultado ruim no quadro de medalhas nos Jogos paralímpicos de 1992 em Barcelona, pior do que na competição quatro anos antes. Além disso, reflexo dessa má administração, são fundadas no ano de 1990 mais duas entidades

paradesportivas divididas por deficiência. A Associação Brasileira de Desportos de Deficientes Mentais - ABDEM e a Associação Brasileira de Desporto para Amputados – ABDA. Mas ainda faltava ao Brasil, uma entidade máxima que respondesse diretamente ao IPC, assim, no dia 9 de Fevereiro de 1995, na cidade do Rio de Janeiro, foi criado o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

Com planejamento melhor delineado e estruturado, o Brasil repetiu sua melhor posição no quadro de medalhas em 2000, realizado em Sidney, uma 24ª colocação. Nos Jogos de Atenas, 2004, o Brasil saltou para a 14ª posição, conquistando 33 medalhas, fato inédito até então, e nesses jogos, outro fator de extrema relevância foi à cobertura da mídia brasileira que possibilitou a população brasileira conhecer a esporte paralímpico e também o atleta brasileiro. SHEID (2012).

Outro momento importante para o esporte paralímpico brasileiro se deu nos Jogos Parapanamericanos do Rio de Janeiro no ano de 2007. Sua importância se dá não somente pelo fato da 1ª colocação no quadro de medalhas do Brasil, mas também pelo fato de organizar uma competição de extrema importância no país, possibilitando a população que não tinha tido um contato maior com o paradesporto, poder acompanhar de perto as modalidades paralímpicas e seus atletas.

Os bons resultados obtidos no Parapanamericano do Rio e em outras competições refletiu nos Jogos Paralímpicos de Pequim, 2008. Pela primeira vez, o Brasil fica entre os dez melhores colocados no quadro geral de medalhas. E em 2012, nas Paralimpíadas de Londres, o Brasil melhoraria ainda mais a sua marca, terminando a competição entre as 7 maiores potências do esporte paralímpico.

Cidade/país	Ano	Colocação Brasileira	Nº de atletas brasileiros	ouro	prata	bronze	total
Heildeberg, Alemanha	1972	32º	10	0	0	0	0

Toronto, Canadá	1976	32°	23	0	2	0	2
Arnhem, Holanda	1980	42°	15	0	0	0	0
Stoke Mandeville, Inglaterra	1984	24°	31	7	17	4	28
Seul, Coréia do Sul	1988	25°	60	4	10	13	27
Barcelona, Espanha	1992	30°	41	3	0	4	7
Atlanta, EUA	1996	37°	60	2	6	13	21
Sidney, Austrália	2000	24°	64	6	10	6	22
Atenas, Grécia	2004	14°	96	14	12	7	33
Pequim, China	2008	9°	186	16	14	17	47
Londres, Inglaterra	2012	7°	182	21	14	8	43

Tabela 1 - HISTÓRICO DO BRASIL EM JOGOS PARALÍMPICOS

FONTE: O autor (2014)

Um fato interessante aconteceu no ano de 2011, quando houve a mudança na terminologia usada até então para se referir ao movimento. A palavra “paraolimpíadas” foi substituída por “paralimpíadas”. Como enfatiza SCHEID (2012, p.13)

A letra “o” foi suprimida para adequar a terminologia usada em todos os países de língua portuguesa e padronizar mundialmente a escrita, já que nas línguas inglesas, espanholas e outras o “o” da palavra olímpico é substituído pelo prefixo “para”.

O que foi passado até agora, foi apenas com o intuito de mostrar como se deu o surgimento e o desenvolvimento do esporte paralímpico, o próximo subcapítulo fará um desenho de como está estruturado o esporte paralímpico internacional e nacional.

### **3.3 ORGANIZAÇÃO DO ESPORTE PARALÍMPICO: ENTENDENDO SUAS ESPECIFICIDADES.**

O subcapítulo anterior mostrou bem como se deu a origem e o desenvolvimento do esporte paralímpico no Brasil e no resto do mundo, mostrou principalmente que segue uma lógica diferente do esporte olímpico. O objetivo deste subcapítulo é exatamente mostrar as características do esporte paralímpico, sua organização no cenário nacional e internacional, suas aproximações e distanciamentos com o esporte olímpico e principalmente, deixar claro que ao pensar em uma política paradesportiva, muitos detalhes específicos do parolimpismo não podem ficar em segundo plano.

Pensando no esporte paralímpico brasileiro, deve-se fazer uma conexão direta ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), que tem a função de reger e liderar o esporte paralímpico no país, sendo responsável por traçar as diretrizes e o planejamento estratégico de todo o segmento. Além de organizar a delegação brasileira e assumir a interlocução junto ao Comitê Paralímpico Internacional (IPC) para participação nos Jogos Paralímpicos que acontecem a cada quatro anos, logo após a realização dos Jogos Olímpicos.

O CPB também tem a função estratégica de condução do movimento paralímpico no país, além de ser o responsável direto pela gestão de seis modalidades esportivas. Dessa forma a entidade possui uma dupla função no sistema esportivo nacional. São filiadas ou vinculadas ao Comitê Paralímpico Brasileiro as entidades de administração esportiva que possuam responsabilidades sobre as modalidades esportivas que constam no programa oficial dos Jogos Paralímpicos. Essas Associações e Confederações Nacionais ligadas ao CPB são responsáveis pela administração direta de quatorze modalidades esportiva paralímpicas.

O IPC – *International Paralympic Committee* – é hoje, o órgão máximo do esporte paralímpico mundial, responsável por supervisionar a organização e

execução dos Jogos Paralímpicos de Verão e Inverno que acontecem logo após os Jogos Olímpicos de Verão e Inverno. (Scheid, 2012, p.36). Além disso, o IPC também tem outra função no cenário esportivo paralímpico, não só é a entidade máxima do esporte paralímpico, responsável por todas as modalidades paralímpicas de verão e de inverno, mas também age como federação internacional de algumas modalidades, e esse talvez seja um dos principais pontos específicos do movimento paralímpico no que tange a administração do esporte.

Para SCHEID (2012, p.36), podemos compreender da seguinte forma:

- Esportes do IPC: o IPC serve como Federação Internacional para nove esportes, para os quais coordena e supervisiona Campeonatos Mundiais e outras competições;
- Esportes das Organizações Internacionais de Esportes para Deficientes (IOSDs);
- Esportes das Federações Internacionais (IFs)

Isto significa que, existem três formas das modalidades esportivas estarem distribuídas nesse cenário paralímpico. A primeira, como já foi dito, são as modalidades que têm o IPC não só como órgão máximo, mas também como Federação Internacional. Outra maneira são as modalidades que são geridas por Federações Internacionais específicas das modalidades paralímpicas, e por último, modalidades esportivas que respondem as entidades que também trabalham com as modalidades olímpicas. SCHEID (2012) completa:

Ligadas às Entidades Internacionais temos as Federações nacionais de Esporte por Área de Deficiência e os Comitês Paralímpicos Nacionais (CNP's), que hoje estão constituídos em mais de 167 países, presentes nos cinco continentes, que também fazem parte do IPC. O CPB é um desses CPNs que está filiado ao IPC, sendo a entidade máxima do esporte paralímpico no Brasil reconhecida pelo IPC. (SCHEID. 2012, p.37)

As figuras a seguir mostram como se dá a organização do esporte paralímpico em âmbito nacional e internacional. Nelas, podemos identificar as

modalidades paradesportivas e quais são as entidades que as representam, no Brasil e no exterior.

Tipo de esporte	Federação internacional	Federação nacional	Esporte que governa
Esporte de federações internacionais	FITA	CBTARCO	Tiro com arco
	UCI	CBC	Ciclismo
	FEI	CBH	Hipismo
	FISA	CBR	Remo
	IADS	CBVela	Vela
	ITTF	CBTM	Tênis de mesa
	WOVD	ABVP	Voleibol sentado
	IWBF	CBBC	Basquete em cadeira de rodas
	WCF	CBDG	Curling em cadeira de rodas
	IWRF	ABRC	Rugby em cadeira de rodas
ITF	CBT	Tênis em cadeira de rodas	

Figura 1 - FEDERAÇÕES GESTORAS DO ESPORTE PARALÍMPICO NACIONAL E INTERNACIONAL (PARTE 1)



FONTE: IPC (2010) E CPB (2010)

A primeira figura nos trás as modalidades paralímpicas que tem como federações nacionais, entidades que são responsáveis por modalidades específicas. Por sua vez, essas federações nacionais respondem as federações internacionais que também coordenam modalidades específicas. Dentro do CPB, algumas dessas entidades são consideradas filiadas e outras parceiras. Quatro entidades são consideradas parceiras do CPB, é o caso da Confederação Brasileira de Hipismo – CBH, da Confederação Brasileira de Remo – CBR, da Confederação Brasileira de Tiro com Arco – CBTARCO e da Confederação Brasileira de Ciclismo – CBC.

As outras federações são consideradas filiadas ao CPB, a Confederação Brasileira de Tênis de Mesa – CBTM, a Confederação Brasileira de Tênis – CBT, a Confederação Brasileira de Vela Adaptada – CBVA, a Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas – CBBC e a Associação Brasileira de Vôlei Paralímpico – ABVP.

Um ponto que devemos observar são as entidades que foram criadas a partir da modalidade paralímpica, e as entidades que aderiram as modalidades paralímpicas como responsabilidade junto às modalidades olímpicas. Apenas quatro entidades encaixam-se no primeiro caso, a vela adaptada, o voleibol paralímpico, o basquetebol em cadeira de rodas e o rúgbi em cadeira de rodas têm entidades que trabalham apenas com a modalidade Paralímpica.

Já o tiro com arco, o ciclismo, o hipismo, o remo, o tênis de mesa e o tênis em cadeira de rodas são filiados a entidades que são responsáveis também pelas modalidades olímpicas, mas aderiram as modalidades paralímpicas. E essa é uma das características mais importantes do esporte paralímpico, nem toda modalidade paralímpica tem uma entidade responsável exclusivamente para cuidar da mesma.

O interesse em “adotar” a modalidade paralímpica varia de entidade para entidade, mas principalmente de quem está no comando das mesmas, e diferentes fatores podem interferir no interesse de acolher a modalidade paralímpica ou não. Um dos motivos mais fortes, além do político, é o fator

financeiro, pois hoje é destinada uma verba considerável para se trabalhar com as modalidades paralímpicas.

Tipo de esporte	Federação internacional	Federação nacional	Esporte que governa
Organizações internacionais de esportes para deficientes - IOSD	CP-ISRA	ANDE	Bocha e futebol de 7
	IBSA	CBDV	Futebol de 5, judô e goalball
	IWAS	CPB	Esgrima em cadeira de rodas
	INAS	ABDEM	Atletismo e natação (intelectuais)

Figura 2 - FEDERAÇÕES GESTORAS DO ESPORTE PARALÍMPICO NACIONAL E INTERNACIONAL (PARTE 2)

FONTE: IPC (2010) E CPB (2010)

A segunda figura trata de mais uma especificidade do movimento paralímpico, são as modalidades paralímpicas que são regidas por entidades que trabalham com modalidades paralímpicas definidas por deficiências. Existem algumas modalidades, que apenas um grupo específico de deficiência pode praticar, e que no caso, são reconhecidas como modalidades que fazem parte dos Jogos paralímpicos.

A bocha e o futebol de sete, são modalidades que somente pessoas com paralisia cerebral podem praticar e competir, por isso, a ANDE é

responsável por lidar apenas com as pessoas com paralisia cerebral, ficando no comando dessas duas modalidades. A ANDE por sua vez, responde a CP-ISRA, entidade internacional responsável pelas pessoas com paralisia cerebral.

As modalidades praticadas somente por deficientes visuais, caso do goalball, judô e futebol de cinco, fica a cargo da Confederação Brasileira de Desportos para Deficientes Visuais - CBDV coordenar. A CBDV presta contas a IBSA, que rege as modalidades para deficientes visuais a nível internacional.

Outro caso interessante é o da ABDEM, responsável por administrar tudo relacionado às pessoas com deficiência intelectual, porém, no que se refere às modalidades paralímpicas, apenas duas modalidades aceitam o deficiente intelectual, que é o caso da natação e do atletismo, que na realidade são administradas pelo CPB. Resumindo, a função da ABDEM, é apenas dar elegibilidade para as pessoas com deficiência poderem participar dos campeonatos mais importantes organizados pelo CPB, ou seja, o CPB recebe da ABDEM, os laudos dos atletas comprovando que são de fato, deficientes intelectuais.

A ABDEM oferece algumas competições em âmbito nacional, mas suas competições não têm o mesmo peso que as ofertadas pelo CPB. Mas mesmo assim, a ABDEM responde a INAS, no que se refere a resultados internacionais de seus atletas.

A modalidade esgrima em cadeira de rodas, não faz parte de nenhuma federação específica e nem da Entidade que administra a esgrima olímpica, por isso, o CPB faz essa função, respondendo a IWAS, entidade que trabalha especificamente com cadeirantes e amputados, mas que não tem uma entidade sinônima no Brasil.

Tipo de esporte	Federação internacional	Federação nacional	Esporte que governa
Esportes do Comitê Paralímpico Internacional - IPC	IPC	Modalidade ainda não desenvolvidas a nível nacional	Esqui alpina, biatlon, esqui cross country, hóquei sentado
		CPB	Atletismo, tiro esportivo, halterofilismo e natação

Figura 3 - FEDERAÇÕES GESTORAS DO ESPORTE PARALÍMPICO NACIONAL E INTERNACIONAL (PARTE 3)

FONTE: IPC (2010) E CPB (2010)

A figura 3 mostra que o Brasil ainda não dá ênfase às modalidades dos Jogos Paralímpico de Inverno, apenas o curling em cadeira de rodas têm praticantes no Brasil, mas sem expressão no cenário internacional de competições.

E por fim, o caso do CPB, que tem uma dupla função no cenário paralímpico brasileiro, neste caso, a entidade é responsável por administrar diretamente o atletismo, o tiro esportivo, o halterofilismo e a natação. Assim como no cenário internacional, o IPC é quem se responsabiliza por essas modalidades, e assim como o CPB, tem mais de uma função na estrutura do esporte paralímpico internacional.



Figura 4 - ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO DAS MODALIDADES PARALÍMPICAS NO BRASIL

FONTE: CPB (2010)

A ideia deste organograma é facilitar a compreensão de como está disposta as modalidades paralímpicas no Brasil e como o CPB lida com cada uma delas. Como já foi dito, a dupla função do CPB serve para poder administrar modalidades esportivas, que não são contempladas nas federações que regem o esporte Olímpico e também não são lembradas nas Organizações que trabalham modalidades esportivas por deficiência.

As modalidades que são administradas diretamente pelo CPB são, atletismo, natação, halterofilismo, esgrima em cadeira de rodas e tiro esportivo. As que são administradas de forma indireta, pois têm alguma entidade responsáveis por administrá-las são basquetebol em cadeira de rodas, rúgbi em cadeira de rodas, bocha, ciclismo, futebol de cinco, futebol de sete, hipismo, judô, remo, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas, tiro com arco, vela e voleibol sentado.

Ao analisar esses quadros, podemos perceber alguns dados interessantes sobre a organização do parolimpismo brasileiro. Das vinte modalidades de verão: oito respondem a mesma confederação da modalidade olímpica, três fazem parte de confederações específicas, nove pertencem a

entidades que trabalham com mais de uma modalidade paralímpica e das cinco modalidades de inverno apenas uma é trabalhada no Brasil.

Tentando fazer uma ponte com o esporte olímpico, podemos observar a figura 5, que trás a organização do esporte olímpico nacional.



Figura 5 - ESTRUTURA DO ESPORTE OLÍMPICO NO BRASIL

FONTE: O autor (2014)

Os atletas se vinculam a seus respectivos clubes, onde praticam o esporte e realizam treinamentos. Por sua vez, os clubes são filiados às federações estaduais de suas modalidades, as federações respondem a uma confederação nacional, responsável por coordenar a modalidade e por fim, a entidade máxima do esporte Olímpico nacional que é o COB, gerindo e organizando todo o Esporte nacional.

#### **4 A POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO**

O objetivo central deste capítulo é compreender de que forma o esporte paralímpico esta sendo abordado dentro da Política Nacional do Esporte. Para isso, perpassamos pela criação do Ministério do Esporte e consequentemente pela formulação da Política Nacional do Esporte.

Dentro da PNE, procuraremos entender primeiramente, o que o texto nos traz a respeito do esporte de rendimento e subsequente a isso, adentraremos na especificidade do esporte paralímpico para compreender como a PNE “encara” este movimento esportivo. Após a análise e compreensão da inserção do movimento paralímpico na PNE, partiremos para as políticas públicas elaboradas.

#### **4.1 MINISTÉRIO DO ESPORTE**

No ano de 1995, durante o mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso, o Ministério de Estado Extraordinário do Esporte é criado, nomeando Edson Arantes do Nascimento (Pelé), ministro extraordinário do Esporte, cargo situado junto ao Ministério da Educação e Desporto – MED. Neste mesmo ano, A Secretaria de Desportos vinculou-se ao Ministro Extraordinário do Esporte e na sequencia, é criado o INDESP – Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto. (BUENO, 2008)

O INDESP, além de prestar apoio técnico e administrativo ao Ministro Extraordinário dos Esportes, apresentava mais algumas funções. Tais atribuições iam desde planejar, estudar, coordenar e supervisionar o esporte, estar à frente da captação de recursos financeiros para a realização dos projetos e programas esportivos, até supervisionar o cumprimento da legislação esportiva.

A ampla gama de funções e os movimentos institucionais de sua criação sugerem que o INDESP seria o braço executivo do esporte dispondo de autonomia própria das autarquias. Uma das primeiras providências do INDESP foi viabilizar a ampliação da rede e Centros de Excelência Esportiva (CENESP) em Universidades que já despontavam na área de pesquisa esportiva de alto rendimento (BUENO, 2008, p.202)

Em seu segundo mandato, FHC cria, no ano de 1998, o Ministério do Esporte e Turismo, dessa maneira, o INDESP passa a ser vinculado neste Ministério. Em 2000, o INDESP deixa de existir, sendo substituído pela Secretaria Nacional de Esporte. No ano de 2003, sob o mandato de um novo

presidente – Luiz Inácio Lula da Silva, é criado o ministério do Esporte, separando o esporte do turismo, assumido por Agnelo Queiroz (BRASIL, 2012).

No site do ME, estão disponibilizadas informações sobre a entidade. Dados importantes como a missão, registros históricos e um organograma além de situar os profissionais responsáveis por cada segmento dentro do Ministério. Segundo o encontrado no site:

O Ministério do Esporte é responsável por construir uma Política nacional de Esportes. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano. (ME, 2012).

A estrutura organizacional do ME pode ser melhor observada e compreendida na figura 6, com o atual Ministro do Esporte Aldo Rebelo.

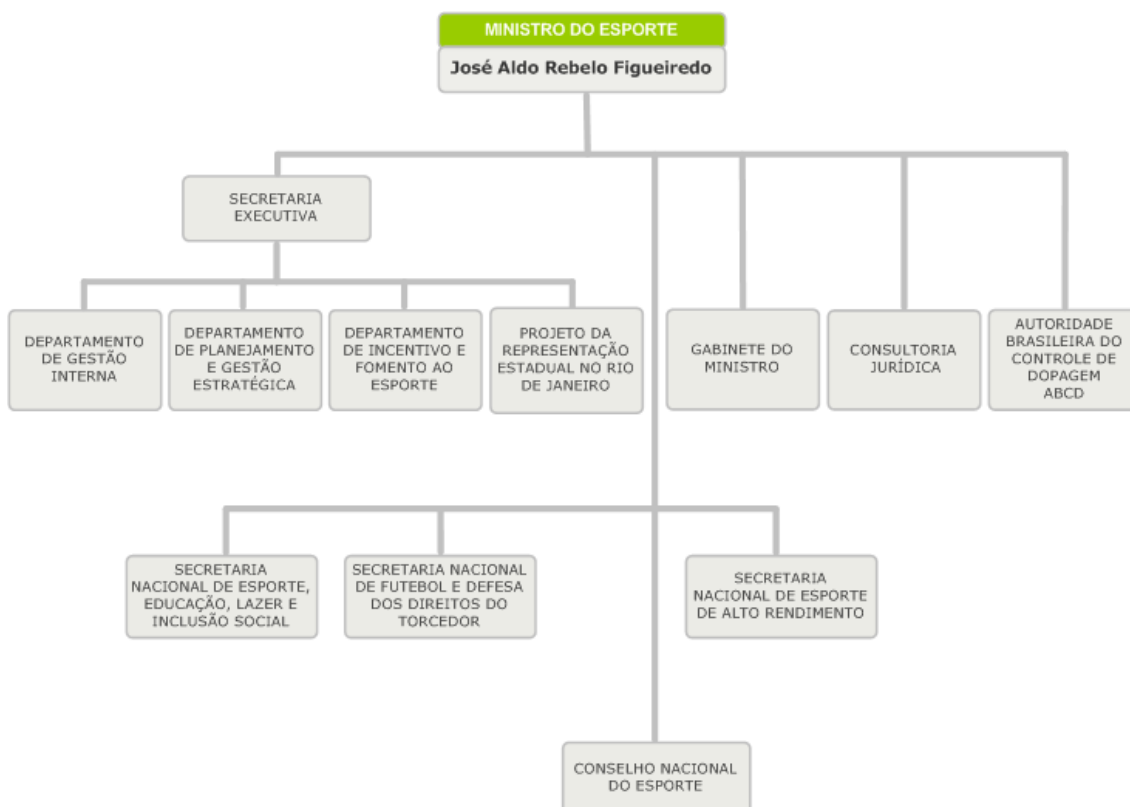


Figura 6 - ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO DO ESPORTE

FONTE: Ministério do Esporte (2013)



Entre os anos de 2004 e 2006, foi realizado pelo Ministério do Esporte a 1ª e 2ª Conferência Nacional do Esporte, reunindo todos que de alguma forma, fazem parte do universo esportivo, como as entidades esportivas, clubes, federações, confederações e comitês, além de atletas, gestores e estudiosos.

A 1ª Conferência teve como objetivo discutir o Esporte, Lazer e o Desenvolvimento Humano e como propósito democratizar a elaboração da Política Nacional de Esporte e Lazer e dos Planos Nacionais subsequentes (BUENO, 2008). A 2ª Conferência tinha como objetivo dar sequência as discussões realizadas na edição anterior e a criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. No ano de 2005, foi realizado o I Fórum do Sistema Nacional de esporte e Lazer, deste evento, é criado e publicado o documento intitulado Política Nacional do Esporte.

#### **4.2 POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE**

A Política Nacional do Esporte foi aprovada em 14 de Junho de 2005, através do Conselho Nacional do Esporte e institucionalizada pela resolução nº5, após a realização de debates durante a I Conferencia Nacional do Esporte (CNE). ROSA (2011). A PNE surge com o intuito de criar e solidificar um Sistema Esportivo Brasileiro, fortalecendo e unindo esforços para alcançar o desenvolvimento do esporte nacional. Para isso, elaboraram-se alguns objetivos:

- Democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população brasileira.
- Promover a construção e o fortalecimento da cidadania assegurando o acesso às práticas esportivas e ao conhecimento científico-tecnológico a elas inerente.
- Descentralizar a gestão das políticas públicas de esporte e de lazer.
- Fomentar a prática do esporte de caráter educativo e participativo, para toda a população, além de fortalecer a identidade cultural esportiva a partir de políticas e ações integradas com outros segmentos.
- Incentivar o desenvolvimento de talentos esportivos em potencial e aprimorar o desempenho de atletas e paraatletas

de alto-rendimento, promovendo a democratização dessa manifestação esportiva. (BRASIL, 2005)

Os objetivos tentam abranger todos os segmentos esportivos, bem como a compreensão do esporte em sua pluralidade. Tais objetivos são importantes para a construção de um Sistema Nacional Esportivo eficiente. Para cumprir com a complexa necessidade exposta, o ME apresenta diretrizes que possam oferecer um caminho para diminuir as dificuldades na concretização dos objetivos em questão.

A PNE nos aponta que esta sendo realizado pelo ME, um investimento na pesquisa de políticas públicas e em sua aplicação, para avançarem na discussão do esporte, em sua compreensão mais ampla e complexa:

Em 2004 foi instituída, como instância deliberativa e consultiva para a formulação de Políticas Públicas de Esporte e de Lazer, a Conferência Nacional do Esporte, que teve como temática central “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”, ampliando o diálogo não só com a comunidade esportiva, mas envolvendo representantes de diversos setores, entre eles os movimentos sociais, as entidades de classe, as universidades, os movimentos estudantis e entidades esportivas brasileiras. (BRASIL, 2005, p.10)

Percebe-se também, a importância da Conferência Nacional de Esporte, principalmente no debate do esporte e na construção da própria Política Nacional de Esporte. Ao fim da primeira edição, algumas decisões importantes foram tomadas, como a indicação das dificuldades e potencialidades do Esporte Nacional, a concretização de uma nova política nacional Esportiva e a criação do Sistema Nacional de Esporte, e por fim, as propostas de ação para os eixos centrais que fazem parte do Documento da Conferência. (BRASIL, 2005)

O texto trás a importância do controle do financiamento realizado no esporte. Para a PNE, a forma do financiamento e o uso do mesmo, devem ser claros e objetivos, isso, no que se refere às três dimensões do esporte (escolar, lazer e alto rendimento). Segundo a PNE, as fontes atuais estão sendo utilizadas, mas, deve-se pensar em outras fontes para dar continuidade e avançar no investimento de políticas de Esporte.

As fontes de recursos atuais são o orçamento da União, recursos específicos para a Formação Esportiva, recursos oriundos da Lei Agnelo - Piva, da Bolsa Atleta e da Loteria Time- Mania. Outras fontes são constituídas por parcerias com empresas na busca de captação de recursos, com incentivo fiscal pelo CONANDA, através do Fundo de Incentivo a Projetos Esportivos Sociais. (BRASIL, 2005, p.11)

Para concluir, DA ROSA (2011), aponta o esforço que é realizado pelos órgãos responsáveis pelo esporte brasileiro ao longo dos anos de, elaborar ações que contribuam com o desenvolvimento do esporte brasileiro, ressaltando a importância de contribuir com o acesso à população brasileira da prática esportiva, seja esse esporte em qualquer dimensão, encerrando esse subcapítulo com a citação de DA ROSA (2011), dizendo que:

De acordo com a PNE mais do que um preceito constitucional, o acesso ao esporte é um direito a ser garantido ao cidadão brasileiro. Embora a tendência histórica da legislação esportiva, das proposições das políticas anteriores e do desenvolvimento de ações efetivas, ao longo dos anos, demarque esforços nesta direção, o esporte está longe de ser um direito de todos. É importante que se possam oferecer condições cada vez melhores aos atletas e paraatletas de alto rendimento, mas é fundamental que se ofereça possibilidade de acesso à prática esportiva a toda população brasileira. (DA ROSA, 2011, p.38).

#### **4.2.1 Esporte de Alto Rendimento**

Na Política Nacional de Esporte, o esporte de rendimento é definido como sendo a prática esportiva que busca a máxima performance do atleta, visando recordes nas modalidades em que é praticado (BRASIL, 2005). O Esporte de alto rendimento é uma das três formas de manifestação esportiva. No Ministério, cabe a Secretaria Nacional de Esportes de Alto Rendimento a implantação de decisões relativas aos programas de desenvolvimento deste segmento, além de fazer proposições sobre assuntos da sua área para compor o Plano Nacional de esportes. (BRASIL, 2012 site) Além disso, compete a SNEAR:

- I. Fazer proposições sobre assuntos da sua área para compor o Plano Nacional de Esporte;

- II. Implantar as decisões relativas ao Plano Nacional do Esporte e aos programas de desenvolvimento do esporte de alto rendimento;
- III. Realizar estudos, planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento do esporte e a execução das ações de promoção de eventos;
- IV. Zelar pelo cumprimento da legislação esportiva, relativa a sua área de atuação;
- V. Prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva a outros órgãos da Administração Pública federal, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e as entidades não-governamentais sem fins lucrativos, em empreendimentos ligados ao esporte de alto rendimento;
- VI. Manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e governos estrangeiros, em prol do desenvolvimento do esporte de alto rendimento;
- VII. Articular-se com os demais segmentos da Administração Pública federal, tendo em vista a execução de ações integradas nas áreas do esporte de alto rendimento;
- VIII. Prestar apoio técnico e administrativo ao CNE;
- IX. Coordenar, formular e implementar a política relativa aos esportes voltados para a competição, desenvolvendo gestões de planejamento, avaliação e controle de programas, projetos e ações. (BRASIL, 2012 s)

Para cumprir com seus objetivos, a SNEAR distribui suas funções em dois departamentos, um que trata exclusivamente do esporte de base e de alto rendimento, responsável por, dentre outras funções, coordenar, implantar e avaliar as ações, programas e projetos esportivos e promove capacitações aos profissionais da área esportiva além de realizar competições, e o outro referente à excelência esportiva e promoção de eventos, que principalmente é responsável por coordenar a rede CENESP<sup>6</sup> e o que estiver relacionado às pesquisas esportivas.

No site do Ministério do Esporte, na página da SNEAR, nos são apresentados oito programas e projetos que, atualmente, são desenvolvidos pela secretaria. São eles: Centro de Iniciação ao Esporte, Plano Brasil Medalhas, Calendário Esportivo Nacional, Rio 2016, Jogos Militares, Jogos Escolares Brasileiros<sup>7</sup>, Atleta na Escola e Bolsa Atleta. Todas essas ações têm como objetivo final incentivar o desenvolvimento de talentos esportivos em potencial e aprimorar o desempenho de atletas e paraatletas de alto-

---

<sup>6</sup> Centros de Excelência Esportiva

<sup>7</sup> Antes nomeado de Olimpíadas Escolares

rendimento, promovendo a democratização dessa manifestação esportiva. (BRASIL, 2005)

#### **4.2.2 Esporte Paralímpico**

Primeiramente, precisamos recordar que compreendemos o esporte paralímpico como sendo o esporte de alto rendimento para pessoas com deficiência. Tendo isso em mente, analisando as ações da SNEAR e a PNE, percebemos a inexistência de algum programa ou projeto destinado especificamente ao esporte paralímpico.

Isso não significa que o movimento paralímpico esteja desamparado pelo Ministério do Esporte. Atentando às mesmas ações já citadas, e analisando outras políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério do Esporte, percebemos que atletas, modalidades e entidades paralímpicas, de alguma forma, são contempladas.

### **4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO**

#### **4.3.1 Lei de Incentivo ao Esporte**

A Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, é conhecida como Lei de Incentivo Fiscal, por permitir deduções fiscais para o investimento no fomento de atividades esportivas, através de patrocínios ou doações. As deduções fiscais poderão ser de até um por cento de pessoas jurídicas e de até seis por cento para pessoas físicas. Esta lei surge com princípios semelhantes à Lei Rouanet (Lei de Incentivo Fiscal à Cultura, nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991) (ALMEIDA, 2010).

Os projetos devem ser enviados ao Ministério do Esporte para que sejam aprovados ou reprovados. Os projetos devem atender ao menos uma das três manifestações esportivas, que segundo o ME são: Esporte Educacional, Esporte Participação e Esporte Rendimento. Além disso, projetos com o intuito de promover a ação social através do esporte, principalmente em áreas de risco social, poderão ser encaminhados para avaliação.

Para avaliar os projetos enviados, uma Comissão Técnica vinculada ao Ministério do Esporte será montada. Nesta Comissão, participam

representantes governamentais e representantes do setor esportivo, designados pelo Ministério do esporte e pelo Conselho Nacional do Esporte respectivamente.

Caso o projeto tenha sido aprovado pela Comissão, o proponente tem permissão para captar o valor estipulado dentro do projeto. Para cada projeto contemplado, o valor captado não poderá ser superior ao aprovado, mesmo na soma entre patrocínio e doação. Para efeitos da lei, considera-se Patrocínio e Doação como:

I - patrocínio:

- a) a transferência gratuita, em caráter definitivo, ao proponente, de numerário para a realização de projetos esportivos, com finalidade promocional e institucional de publicidade;
- b) o pagamento de despesas ou a utilização de bens, móveis ou imóveis, do patrimônio do patrocinador, sem transferência de domínio, para a realização de projetos esportivos pelo proponente;

II - doação:

- a) a transferência gratuita, em caráter definitivo, ao proponente, de numerário, bens ou serviços para a realização de projetos esportivos, desde que não empregados em publicidade, ainda que para divulgação das atividades objeto do respectivo projeto;
- b) a distribuição gratuita de ingressos para eventos de caráter esportivo por pessoa jurídica a empregados e seus dependentes legais ou a integrantes de comunidades de vulnerabilidade social; (BRASIL, 2007)

A principal diferença na forma de captar dinheiro, segundo a lei, está basicamente no uso da imagem do patrocinador, com o intuito de gerar publicidade ao mesmo. Caso o proponente não consiga juntar o valor aprovado pelo ME, não poderá dar continuidade ao projeto.

A partir do momento que a quantia estipulada seja alcançada, pode-se dar início as atividades do projeto. Mas existem alguns critérios para o uso do dinheiro arrecadado, que devem ser respeitados para que não haja punição para nenhuma das partes. O valor obtido através da Lei não poderá ser utilizado para pagamentos de atletas profissionais. Além disso:

## CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. Constituem infração aos dispositivos desta Lei:

- I - o recebimento pelo patrocinador ou doador de qualquer

vantagem financeira ou material em decorrência do patrocínio ou da

doação que com base nela efetuar;

II - agir o patrocinador, o doador ou o proponente com dolo, fraude ou simulação para utilizar incentivo nela previsto;

III - desviar para finalidade diversa da fixada nos respectivos projetos dos recursos, bens, valores ou benefícios com base nela obtidos;

IV - adiar, antecipar ou cancelar, sem justa causa, atividade desportiva beneficiada pelos incentivos nela previstos;

V - o descumprimento de qualquer das suas disposições ou das estabelecidas em sua regulamentação.

Art. 11. As infrações aos dispositivos desta Lei, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sujeitarão:

I - o patrocinador ou o doador ao pagamento do imposto não recolhido, além das penalidades e demais acréscimos previstos na legislação;

II - o infrator ao pagamento de multa correspondente a 2 (duas) vezes o valor da vantagem auferida indevidamente, sem prejuízo do disposto no inciso I do **caput** deste artigo. Parágrafo único. O proponente é solidariamente responsável por inadimplência ou irregularidade verificada quanto ao disposto no inciso I do **caput** deste artigo. (BRASIL, 2007)

Dando continuidade a pesquisa e tendo compreendido o processo pelo qual um projeto é aprovado e liberado para captar recursos, buscamos compreender na prática de que forma se dá tal processo, para isso, fomos à única fonte de visualização pública e de acesso aos projetos e em qual etapa se encontra. No site do Ministério do Esporte, existe um espaço específico referente à Lei de Incentivo ao Esporte, onde encontramos um link que nos leva às informações sobre projetos aprovados aptos à captação de recursos. Nesta página, está disponível um quadro de consulta de projetos, como mostra a figura 7.

## Projetos Aprovados Aptos à Captação

Consulta de Projetos Aprovados Aptos à Captação	
Data de Publicação:	De <input type="text"/> Até <input type="text"/>
UF:	Selecione ▼
Cidade:	Selecione ▼
Número do SLIE:	<input type="text"/>
Proponente:	<input type="text"/>
Nome do Projeto:	<input type="text"/>
Modalidade:	Selecione ▼
Manifestação Desportiva:	Selecione ▼
Número do Processo:	<input type="text"/>

TOTAL DE PROJETOS: 0

Figura 7 - QUADRO DE CONSULTA DE PROJETOS APROVADOS APTOS À CAPTAÇÃO RETIRADO DO SITE DO MINISTÉRIO DO ESPORTE.

FONTE: Ministério do Esporte (2013)

Ao delimitar a consulta da maneira que desejar e selecionar o comando “Consultar”, uma lista de quadros com os dados dos projetos aparecerão. Neste quadro, dados importantes dos projetos estarão disponíveis, bem como o título do projeto, o valor e o prazo aprovados para captação, além de apresentar o valor de quem patrocinou ou doou, assim como a figura 8.

Proponente: Associação pela Cidadania da Pessoa com Deficiência - Acide - 04.910.817/0001-58			
Título do Projeto:	O Esporte ao Alcance de Todos		
Nº SLIE:	1000402-50	UF:	SP
Nº do Processo:	58701.004171/2010-71	Estimativa Público:	2436
Valor Aprovado para Captação (R\$):	1.482.830,11	Prazo para Captação:	11/04/2011 a 28/02/2014
Data de Publicação:	11/04/2011	Situação do Projeto:	Aprovado Comissão Técnica
QUEM PATROCINOU ou DOOU	Data da Captação		Valor Captado (R\$)
Valor captado:			0,00

Figura 8 - QUADRO COM OS DADOS DOS PROJETOS APROVADOS PELO MINISTÉRIO DO ESPORTE



FONTE: Ministério do Esporte (2013)

Para este estudo, delimitamos a consulta nos últimos três anos – 01/01/2011 a 31/12/2013 – e a manifestação esportiva selecionada foi o Rendimento, resultando numa lista com 371 projetos aprovados, destes, vinte e nove trabalhavam, direta ou indiretamente, com modalidades paralímpicas. Observando e analisando apenas os números, percebe-se uma quantidade muito baixa (apenas 7%) de projetos para o esporte paralímpico.

Destes 29 projetos, 19 são provenientes de associações e federações que agem exclusivamente com o esporte paralímpico, como é o caso, por exemplo, da Associação De Esportes Adaptados de Campinas com três projetos aprovados e da Federação Goiana de Basquetebol em Cadeira de Rodas com um projeto aprovado.

Os outros 10 projetos pertencem a entidades que têm o esporte paralímpico, como um dos segmentos a ser trabalhado, como acontece na Confederação Brasileira de Tênis de Mesa e a Academia Brasileira de Canoagem<sup>8</sup>, que como observamos no primeiro capítulo, são as entidades que coordenam as modalidades olímpicas e paralímpicas ao mesmo tempo.

Ao analisar os objetivos de cada projeto, fica evidente as diferenças propostas entre entidades, que vão desde a melhoria de estruturas físicas, participações e realizações de competições nacionais e internacionais e principalmente a ênfase na qualidade e aperfeiçoamento de treinamento para performance.

Todos os 29 projetos têm até o ano de 2014 para conseguirem captar o recurso financeiro desejado, independente se o projeto foi aprovado no ano de 2011 ou no ano de 2013. Mas o ponto mais importante a ser ressaltado, é o fato de que, nenhum projeto conseguiu até o momento, captar o valor estipulado. Algumas entidades conseguiram aproximar o captado do que deve ser captado, outras não arrecadaram nenhum valor.

---

<sup>8</sup> A Academia Brasileira de Canoagem é um segmento da Confederação Brasileira de Canoagem responsável pela pesquisa.

Também é importante ressaltar a falta de projetos enviados pelo Comitê Paralímpico Brasileiro e por aquelas entidades (Federações e Confederações) responsáveis exclusivamente pelas modalidades paralímpicas. O fato de não existir projetos aprovados nos faz concluir duas possibilidades, ou o Ministério do Esporte reprovou os projetos dessas entidades, ou não foi enviado nenhum projeto durante o período desta pesquisa.

Ambas conclusões levantam algumas possibilidades de reflexão, nada positivas, em relação ao caso. Primeiramente, caso o ME não tenha aprovado algum projeto enviado, mostra uma falta de qualidade nos projetos elaborados, uma vez que entidades de menor porte têm seus projetos aprovados. O segundo ponto é ainda mais negativo, pois podemos concluir que se nenhum projeto foi enviado, mostra a ineficiência dos responsáveis em elaborar e encaminhar projetos, entidades como o CPB e as confederações deveriam ter pessoas responsáveis por este tipo de atividade.

O baixo número de projetos aprovados para trabalhar com as modalidades paralímpicas, pelo motivo que for, mostra que o Esporte Paralímpico está deixando de se beneficiar de uma política pública esportiva.

#### **4.3.2 Lei Agnelo/Piva**

A lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001, também conhecida como Lei Agnelo-Piva, trouxe algumas modificações importantes no texto da Lei Pelé, principalmente no que diz respeito ao financiamento do Esporte Olímpico e Paralímpico, garantindo uma fonte de renda permanente ao COB e CPB. A Lei Agnelo-Piva ficou assim conhecida através do nome de dois políticos que tiveram participação direta em sua elaboração e promulgação, o então senador Pedro Piva, que pertencia ao mesmo partido (PSDB) do Presidente da época, Fernando Henrique Cardoso. E o ministro do Esporte Agnelo Queiroz, que assumiu o cargo no ano de 2003, já no período da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva. (ALMEIDA, 2010)

Ao acrescentar incisos e parágrafos a lei nº 9.615 de 1998 (Lei Pelé), mais especificamente no artigo 56, a forma de financiamento do esporte Olímpico e Paralímpico sofre alterações, principalmente em relação ao repasse

da arrecadação das loterias federais ao COB e CPB. Além disso, o texto trás regulamentações a respeito da forma que será realizado esse repasse, para onde vão e os responsáveis por sua fiscalização. (ALMEIDA, 2010) assim, o referente artigo fica definido:

## CAPÍTULO VIII

### DOS RECURSOS PARA O DESPORTO

Art. 56. Os recursos necessários ao fomento das práticas desportivas formais e não-formais a que se refere o art. 217 da Constituição Federal serão assegurados em programas de trabalho específicos constantes dos orçamentos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além dos provenientes de:

- I- Fundos desportivos;
- II- Receitas oriundas de concursos de prognósticos;
- III- Doações, patrocínios e legados;
- IV- Prêmios de concursos de prognósticos da loteria Esportiva Federal não reclamados nos prazos regulamentares;
- V- Incentivos fiscais previstos em lei;
- VI- Dois por cento da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se este valor do montante destinado aos prêmios. (Incluído pela Lei nº 10.264, de 2001)
- VII- Outras fontes. (Renumerado pela Lei nº 10.264, de 2001)
  - § 1º Do total de recursos financeiros resultantes do percentual de que trata o inciso VI do caput, oitenta e cinco por cento serão destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro e quinze por cento ao Comitê Paraolímpico Brasileiro, devendo ser observado, em ambos os casos, o conjunto de normas aplicáveis à celebração de convênios pela União. (Incluído pela Lei nº 10.264, de 2001)
  - § 2º Dos totais de recursos correspondentes aos percentuais referidos no § 1º, dez por cento deverão ser investidos em desporto escolar e cinco por cento em desporto universitário. (Incluído pela Lei nº 10.264, de 2001)
  - § 3º Os recursos a que se refere o inciso VI do caput: (Incluído pela Lei nº 10.264, de 2001)
    - I- Constituem receitas próprias dos beneficiários, que os receberão diretamente da Caixa Econômica Federal, no prazo de dez dias uteis a contar da data de ocorrência da cada sorteio; (Incluído pela Lei nº 10.264, de 2001)
    - II- Serão exclusiva e integralmente aplicados em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, bem como sua participação em eventos desportivos. (Incluído pela Lei nº 10.264, de 2001)

§ 4º Dos programas e projetos referidos no inciso II do § 3º será dada ciência aos Ministérios da Educação e do Esporte e Turismo. (Incluído pela Lei nº 10.264, de 2001)

§ 5º Cabe ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a aplicação dos recursos repassadas ao Comitê Olímpico Brasileiro e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro em decorrência desta lei. (Incluído pela Lei nº 10.264, de 2001) (Brasil, 2001).

Como já foi dito, a alteração de maior destaque provocada pela lei foi o regulamento do repasse de 2% de concursos prognósticos (loterias federais) ao COB e ao CPB. Sendo destinado ao COB 85% do valor total e 15% ao CPB. A figura 9 apresenta os valores destinados ao Comitê Paralímpico Brasileiro do ano de 2005 a 2012, podemos notar o aumento do valor crescendo ano após ano. Esse aumento, como observa Almeida (2010), deve-se pelo aumento na arrecadação das loterias federais, e não uma diferença no repasse as entidades, dessa forma, as variações que houverem no valor repassado ao CPB estará inteiramente ligada à variação de arrecadação das loterias.

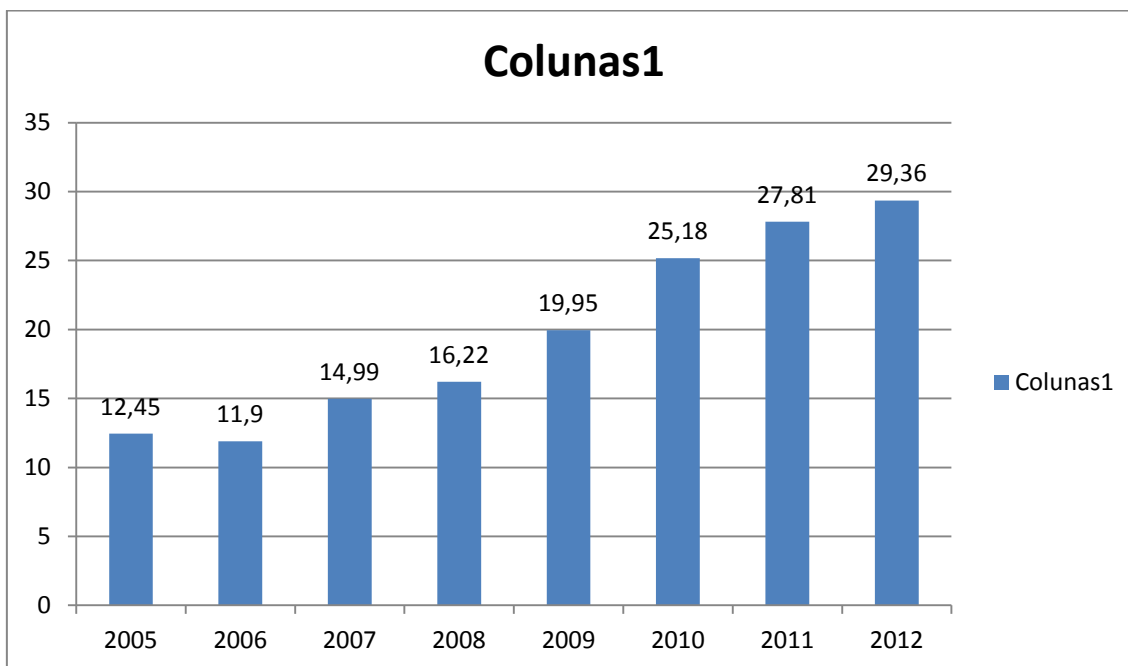


Gráfico 1 - VALORES DESTINADOS AO CPB PROVENIENTES DA LEI AGNELO/PIVA, EM MILHÕES DE REAIS - 2005 – 2012

FONTE: O autor (2014)

Importante ressaltar, que analisando os dados disponíveis no site do CPB, no que se refere às formas de arrecadação financeira, a arrecadação dos valores repassados pela lei é a maior fonte de recursos da entidade. Também

podemos observar a diferença do valor repassado ano a ano ao observar a tabela 2.

<b>ANO</b>	<b>DIFERENÇA Nº DE BOLSAS</b>
2006	-0,549
2007	3,093
2008	1,229
2009	3,732
2010	5,224
2011	2,630
2012	1,554

Tabela 2 - DIFERENÇA DE VALORES REPASSADOS PELA LEI AGNELO/PIVA ENTRE OS ANOS DE 2005 A 2012

FONTE: O autor (2014)

Com exceção ao ano de 2006, que recebeu menos em relação ao ano anterior, tivemos um acréscimo no montante destinado ao CPB até o ano de 2012. Outro ponto de destaque é obrigatoriedade de se investir no esporte escolar e universitário. A Lei obriga um investimento de 10% no esporte escolar e 5% no esporte universitário. Na tabela que segue, podemos observar os valores destinados nos últimos sete anos em cada segmento esportivo.

<b>ANO</b>	<b>ESCOLAR</b>	<b>UNIVERSITÁRIO</b>
2005	1.236.090,69	618.035,16
2006	1.191.490,59	595.745,09
2007	1.488.717,21	744.358,10
2008	1.630.420,55	815.210,49
2009	2.008.100,01	1.011.213,61
2010	2.518.104,34	1.259.052,25
2011	2.763.545,15	1.381.772,31
2012	2.966.406,68	1.483.203,10

Tabela 3 - VALORES INVESTIDOS PELO CPB NO ESPORTE ESCOLAR E UNIVERSITÁRIO PROVENIENTES DA LEI AGNELO/PIVA EM MILHÕES DE REAIS - 2005-2012

FONTE: O autor (2014)

A lei, portanto, é uma das políticas esportivas que tentam contribuir com o crescimento do esporte paralímpico nacional, é uma forma de financiamento direto nas duas principais instituições esportivas nacionais. Mas como VERONEZ (2005, p.310) ressalta:

Outro detalhe que merece ser observado é que se trata de alocação de recursos do fundo público diretamente em entidades privadas e, o que é mais dramático do ponto de vista de sua utilização, com o estabelecimento de critérios genéricos quanto às atividades a serem financiadas e nenhum tipo de controle público sobre estas, a não ser o do Tribunal de Contas da União.

Para o autor, existe a necessidade de se ter um maior controle sobre as ações do CPB e do COB, pois fica a critério dessas entidades investirem e criar ações de acordo com as necessidades que acreditam serem as ideais. Tendo isso em mente, surge a necessidade de analisarmos as ações do CPB, para podermos compreender melhor de que maneira a Lei Agnelo/Piva está contribuindo com o esporte paralímpico.

#### **4.3.3 Comitê Paralímpico Brasileiro**

Ao tratar das políticas públicas para o esporte paralímpico brasileiro, torna-se importante contextualizar as ações da sua principal entidade, o Comitê Paralímpico Brasileiro. Como seu estatuto ressalta:

#### CAPÍTULO I

#### DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, DA NATUREZA E DURAÇÃO

#### SEÇÃO ÚNICA

Art. 2º. O CPB é uma organização civil de interesse público, sem fins lucrativos, com atuação em todo território nacional e com personalidade jurídica, reconhecida pela legislação Desportiva Brasileira como entidade Matriz do Segmento esportivo Paralímpico, no ordenamento do Subsistema Nacional do Desporto, possuindo patrimônio próprio. (CPB, 2011)

Dentro do planejamento estratégico do Comitê Paralímpico Brasileiro traçado para os anos de 2010 até 2016, algumas ações do esporte paralímpico a nível estudantil se destacam:

Para o esporte universitário, existe o Projeto Universitário de Capacitação Paralímpica, que tem como principal objetivo promover e valorizar a formação e capacitação de recursos humanos qualificados e embasados nos mais atuais conhecimentos técnico-científicos voltados para as ações de preparação técnica de estudantes universitários e profissionais que atuem no desenvolvimento esportivo de crianças, jovens e adultos com deficiência.

O Programa Estudantil Paralímpico, que tem suas ações desenvolvidas com os recursos exclusivos da Lei Agnelo/Piva voltadas ao esporte estudantil. O Projeto Escolar Paralímpico tem como objetivo incentivar a integração e a inclusão social através de intercâmbios nacionais e internacionais que

promovam a prática e a experiência esportiva formal voltada para crianças e jovens estudantes com deficiência. Visando o fomento e o desenvolvimento esportivo dos futuros atletas paralímpico do país.

Outra ação voltada ao esporte escolar é o Projeto Paralimpíadas Escolares, esta ação tem como objetivo fomentar e ampliar a participação de estudantes com deficiência em atividades esportivas, objetivando a ampliação do ambiente para o desenvolvimento dos destaques esportivos paraolímpicos. Além de utilizar a prática esportiva como fator de integração e intercâmbio sociocultural e esportivo entre as crianças e jovens com deficiência. Promovendo a inclusão e a transformação social através do esporte paralímpico em todo o país.

Esta competição é realizada anualmente e destinados a estudantes com deficiência que pratiquem esportes regularmente e que estejam matriculados e cursando instituições de ensino fundamental e médio, públicas e privadas reconhecidas pelo Ministério da Educação, são realizadas na abrangência da faixa etária de 12 a 19 anos, respeitadas as especificidades de cada modalidade e participam da Etapa Nacional, as Seleções Estaduais de cada Estado, classificadas nas respectivas Seletivas Estaduais de cada modalidade.

As Paralimpíadas Escolares tornaram-se até bem pouco tempo, a maior competição para pessoas com deficiência a nível estudantil do mundo. Como podemos observar alguns números no quadro abaixo:

<b>ANO</b>	<b>ESTADOS</b>	<b>ATLETAS</b>
<b>2011</b>	24	958
<b>2012</b>	24	1,200
<b>2013</b>	24	1.282

Tabela 4 - NÚMERO DE ESTADOS E ATLETAS PARTICIPANTES NAS PARALIMPÍADAS ESCOLARES - 2011-2013

FONTE: O autor

O Projeto Clube Escolar Paralímpico tem como objetivo valorizar a integração dos Clubes/Associações que desenvolvem atividades esportivas para crianças e jovens com deficiência e as Escolas públicas e privadas de

todo o país reconhecidas pelo Ministério da Educação, também tenta promover a inclusão social através de iniciativas que promovam a prática e a experiência esportiva formal voltada para crianças e jovens estudantes com deficiência. Visando o fomento e o desenvolvimento esportivo dos futuros atletas paralímpico do país.

Este projeto tem como premissa a participação em intercâmbios esportivos paraolímpicos de caráter formativo e participativo promovidos entre Clubes/Associações e Escolas, a especificar. Destinado a estudantes com deficiência que estejam matriculados e cursando instituições de ensino fundamental e médio, públicas e privadas reconhecidas pelo Ministério da Educação.

O investimento é realizado diretamente nos Clubes/Associações voltadas para crianças e jovens com deficiência que estejam matriculados e cursando instituições de ensino fundamental e médio, públicas e privadas reconhecidas pelo Ministério da Educação.

Os Clubes e Associações que desenvolvem atividades esportivas para crianças e jovens com deficiência podem apresentar Projetos dentro das Premissas Técnicas do Projeto Clube Escolar ao Comitê Paralímpico Brasileiro. Os Clubes e Associações devem estar filiados/vinculados a sua respectiva Associação ou Confederação Nacional e terem a chancela da mesma no Projeto. O Comitê Paralímpico Brasileiro emitirá edital específico estabelecendo os prazos e parâmetros para o recebimento, análise e deliberação dos Projetos.



Situação	Instituição	UF	Cidade	Ano
RENOVAÇÃO	ACPD	ES	VITÓRIA	2012
RENOVAÇÃO	ADEFU	MG	UBERABA	2012
RENOVAÇÃO	ADFP	PR	CURITIBA	2012
RENOVAÇÃO	AETERJ	RJ	RIO DE JANEIRO	2012
RENOVAÇÃO	ANDEF	RJ	NITERÓI	2012
RENOVAÇÃO	APP	PR	PARANAGUÁ	2012
RENOVAÇÃO	CEPE	SC	JOINVILLE	2012
RENOVAÇÃO	CETEFE	DF	BRASÍLIA	2012
RENOVAÇÃO	CRAL	SC	FLORIANÓPOLIS	2012
RENOVAÇÃO	CRB	SP	SÃO PAULO	2012
RENOVAÇÃO	IBC	RJ	RIO DE JANEIRO	2012
RENOVAÇÃO	PEAMA	SP	JUNDIAÍ	2012
RENOVAÇÃO	RCP	RO	PORTO VELHO	2012
RENOVAÇÃO	SADEF	RN	NATAL	2012
NOVO	ACESA	SC	FLORIANÓPOLIS	2012
NOVO	ADESEF	PA	BELEM	2012
NOVO	APAE-PATROCÍNIO	MG	PATROCÍNIO	2012
NOVO	APC	SP	CAMPINAS	2012
NOVO	IEACN	PB	CAMPINA GRANDE	2012
NOVO	UMPM	PR	MARINGÁ	2012
RENOVAÇÃO	CEPE	SC	JOINVILLE	2013
RENOVAÇÃO	CETEFE	DF	BRASÍLIA	2013
RENOVAÇÃO	ANDEF	RJ	NITERÓI	2013
RENOVAÇÃO	APAE-PATROCÍNIO	MG	PATROCÍNIO	2013
RENOVAÇÃO	IBC	RJ	RIO DE JANEIRO	2013
RENOVAÇÃO	AETERJ	RJ	RIO DE JANEIRO	2013
RENOVAÇÃO	ASEDEF	PA	BELEM	2013
RENOVAÇÃO	ACPD	ES	VITÓRIA	2013
RENOVAÇÃO	ADEFU	MG	UBERABA	2013
RENOVAÇÃO	SADEF	RN	NATAL	2013
RENOVAÇÃO	RCP	RO	PORTO VELHO	2013
RENOVAÇÃO	UMPM	PR	MARINGÁ	2013
RENOVAÇÃO	APP	PR	PARANAGUÁ	2013
RENOVAÇÃO	TIJUCA TENIS CLUBE	RJ	RIO DE JANEIRO	2013
NOVO	ONG SAÚDE ESPORTE	PR	CURITIBA	2013
NOVO	APADP	RN	PARNAMIRIM	2013
NOVO	ACEA	CE	FORTALEZA	2013
NOVO	ICPAC	PB	JOÃO PESSOA	2013
NOVO	ICEMAT	MT	CUIABÁ	2013
NOVO	AJECE	BA	JEQUIÉ	2013

## Tabela 5 - INSTITUIÇÕES CONTEMPLADAS PELO PROJETO CLUBE ESCOLAR PARALÍMPICO - 2012-2013

FONTE: O autor (2014)

O Comitê Paralímpico Brasileiro dentro das suas atribuições e competências de promover e apoiar ações voltadas para o fomento e desenvolvimento dos esportes paralímpicos, apresenta também, o Programa Renovar Paraolímpico. Com o intuito de balizar, promover e sistematizar processos de busca e formação de novos valores paraolímpicos no país. Destacando projetos e iniciativas que contemplem ações de ampliação do quadro de atletas em todas as modalidades.

Dando prosseguimento na análise do planejamento estratégico do CPB, podemos destacar mais algumas ações para esporte de alto que tinham como foco as Paralimpíadas de Londres, realizada no ano de 2012. Uma das ações era conhecida como “Projeto ouro paraolímpico – Londres 2012” e tinha como objetivo, obviamente, proporcionar ao atleta a melhor condição para que chegasse aos Jogos Paralímpicos atingindo o ápice e conquistando a medalha de ouro.

Era um investimento realizado apenas em modalidades individuais e, importante ressaltar, que este investimento não referia-se a valor financeiro destinado ao atleta, esse investimento era no sentido de preparação ao atleta, oferecendo equipes multidisciplinares, calendário específico, intercâmbio de treinamento e competições, entre outras.

Já o programa Medalha Londres 2012, tinha um foco semelhante ao Projeto Ouro Paralímpico, porém, escolheria alguns poucos atletas de cada modalidade, coletiva ou individual, e propiciaria os mesmos benefícios do projeto anteriormente citado.

O Programa Futuro Rio 2016 foi pensado em sistematizar processos de busca e formação de jovens valores paralímpicos no país com potencial de resultados em 2016. Proporcionar aos jovens praticantes e/ou jovens atletas que sejam destaques nos seus esportes individuais e/ou coletivos paralímpicos o diferencial complementar para atingirem a excelência nos Jogos Paralímpicos Rio 2016. O Programa Futuro Rio 2016 será composto somente por crianças e jovens selecionados, a análise objetiva e seleção dos destaques esportivos entre jovens atletas com deficiência.

#### 4.3.4 Bolsa Atleta

O programa Bolsa Atleta foi instituído no ano de 2004, decorrente da promulgação da Lei nº 10.891, com o intuito de auxiliar financeiramente os atletas de alto rendimento brasileiros. O auxílio tem validade de 12 meses após a assinatura do contrato e o beneficiário recebe o valor mensalmente. Inicialmente o programa contemplava 4 categorias de bolsas, como observamos no Art. 2:

Art. 2º São beneficiários da Bolsa-Atleta:

I - na categoria atleta estudantil, o atleta que tenha participado dos jogos estudantis organizados direta ou indiretamente pelo Ministério do Esporte, no ano anterior ao do pleito, e tenha obtido o primeiro, segundo ou terceiro lugar nas modalidades individuais ou tenha sido selecionado entre os vinte e quatro melhores atletas nas modalidades coletivas;

II - na categoria atleta nacional, o atleta que tenha conquistado na competição máxima da temporada nacional, no ano anterior ao do pleito, o primeiro, segundo ou terceiro lugar ou esteja em primeira, segunda ou terceira colocação no ranking nacional de sua modalidade;

III - na categoria atleta internacional, o atleta que tenha integrado a seleção nacional de sua modalidade, no ano anterior ao do pleito, representando o Brasil em campeonatos sul-americanos, pan-americanos, parapan-americanos ou mundiais e obtido a primeira, segunda ou terceira colocação; e

IV - na categoria atleta olímpico e paraolímpico, o atleta que tenha integrado as delegações brasileiras nos jogos olímpicos ou paraolímpicos imediatamente anteriores ao pleito. (BRASIL, 2004)

Os valores de cada categoria de bolsas são: I – Estudantil: R\$ 370,00; II – Nacional: R\$ 925,00; III – Internacional: 1.850,00; IV – Olímpico e Paralímpico: 3.100,00. Posteriormente, a Lei nº 7.802, de 13 de setembro de 2012 altera a lei nº 10.891 de 9 de Julho de 2004 acrescentando mais duas categorias de bolsas, “Base” e “Pódio”. O valor da bolsa destinada a categoria Base é o mesmo ao da categoria estudantil, e segundo o art. 2 do decreto nº 7.802, de 13 de setembro de 2012:

“Art. 2º\_Podem ser beneficiários da Bolsa-Atleta:

I - na categoria Atleta de Base, o atleta de catorze a dezenove anos de idade que:

a) tenha participado com destaque das categorias iniciantes, em competições organizadas no ano anterior ao do pleito direta ou indiretamente por entidade nacional de administração do esporte, reconhecidas pelo Ministério do Esporte;

b) tenha obtido o primeiro, segundo ou terceiro lugar em modalidade individual ou tenha sido considerado um dos dez melhores atletas, por sexo, em modalidade coletiva; e

c) continue treinando para competições nacionais oficiais; (BRASIL, 2004)

A categoria Bolsa Pódio faz parte do programa Brasil Medalha, um projeto criado pelo Ministério do esporte que busca investir nos esporte olímpico e Paralímpico Brasileiro para, como o nome diz, trazer mais medalhas para o Brasil nos jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro em 2016. O valor da Bolsa pode ser de até R\$ 15.000,00.

Com o intuito de analisar o impacto do programa Bolsa Atleta no esporte Paralímpico Brasileiro, foi feito um levantamento das bolsas desde o ano de 2005, ano em que se iniciou a distribuição das bolsas até o ano de 2012. O motivo do levantamento de dados ter se encerrado no ano de 2012 deve-se ao fato do ME liberar, a partir do ano de 2009. A listagem dos contemplados sempre no ano seguinte ao ano em que o beneficiário participou das competições. Assim, a lista dos contemplados do ano de 2013 estará disponível apenas no ano de 2014.

Apenas as modalidades que fazem parte do quadro dos jogos Paralímpicos foram contabilizadas. Modalidades como futebol para amputados, Futsal, Basquetebol, Ginástica Rítmica e Artística, todas para deficientes intelectuais, não foram contabilizadas para a pesquisa.

Foram geradas tabelas ano a ano, as quais mostram as modalidades contempladas bem como a quantidade de bolsas para cada uma delas, na sequência, foram geradas duas tabelas com o objetivo de mostrar uma

“evolução” do número de bolsas distribuídas e outra tabela especificando a distribuição entre sexo e modalidade de bolsa.

No ano de 2005, um total de 975 bolsas foi distribuído entre modalidades olímpicas e paralímpicas e não olímpicas e não paralímpicas. Destas, 260 foram direcionadas aos atletas de modalidades paralímpicas, o quadro a seguir mostra quais foram as modalidades contempladas bem como a quantidade de bolsa para cada uma delas.

<b>Modalidade 2005</b>	<b>Quantidade de Bolsas</b>
<b>Atletismo</b>	73
<b>Basquetebol em cadeira de rodas</b>	15
<b>Bocha</b>	10
<b>Futebol de 5</b>	10
<b>Futebol de 7</b>	6
<b>Goalball</b>	5
<b>Halterofilismo</b>	15
<b>Judô</b>	16
<b>Natação</b>	78
<b>Tiro esportivo</b>	2
<b>Tenis de mesa</b>	28
<b>Voleibol sentado</b>	1

Tabela 6 – QUANTIDADE DE BOLSAS DESTINADAS ENTRE AS MODALIDADES CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA BOLSA ATLETA NO ANO DE 2005

FONTE: O autor (2014)

Neste ano, das 20 modalidades que faziam parte do quadro dos Jogos Paralímpicos, 12 foram contempladas. As modalidades esgrima, tênis em cadeira de rodas, rúgbi em cadeira de rodas, tiro com arco, hipismo, remo, vela e ciclismo não receberam nenhuma bolsa.

Como apresenta a tabela, o maior número de bolsas foi para a modalidade natação, seguida da modalidade atletismo. Ambas modalidades, como será apresentado nas tabelas seguintes, continuam sendo as modalidades que recebem o maior quantidade de bolsa.

Das 12 modalidades, 6 eram esportes individuais e 6 coletivo<sup>9</sup>. Percebe-se que os esportes individuais foram os mais contemplados em relação ao número de bolsas, além da natação e atletismo já citados, judô e tênis de mesa também tiveram uma quantidade significativa de bolsas comparada ao restante das modalidades. Os esportes coletivos tiveram uma menor parcela de distribuição de bolsa, interessante destacar que a quantidade de bolsas destinadas ao futebol de 7 não consegue nem ao menos contemplar uma equipe inteira de praticantes, e a situação se acentua no caso do voleibol sentado, onde apenas um atleta foi contemplado.

Em 2006, a quantidade de contemplados foi o menor ao ano anterior, com isso, as bolsas destinadas ao esporte paralímpico também diminuiu, mas as proporções continuaram basicamente da mesma forma.

<b>Modalidade 2006</b>	<b>Quantidade de Bolsas</b>
<b>Atletismo</b>	55
<b>Basquetebol em cadeira de rodas</b>	16
<b>Bocha</b>	6
<b>Futebol de 5</b>	10
<b>Futebol de 7</b>	12
<b>Goalball</b>	6
<b>Halterofilismo</b>	11
<b>Judô</b>	19
<b>Natação</b>	53
<b>Tiro esportivo</b>	3
<b>Tenis de mesa</b>	32
<b>Voleibol sentado</b>	5

Tabela 7 - QUANTIDADE DE BOLSAS DESTINADAS ENTRE AS MODALIDADES CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA BOLSA ATLETA NO ANO DE 2006

FONTE: O autor (2014)

<sup>9</sup> A modalidade Bocha é considerada, pelo programa Bolsa Atleta, uma modalidade coletiva, embora também possa ser realizada em competições, de forma individual, além das duplas e grupos.

Atletismo e natação continuaram sendo os maiores beneficiados, seguidos novamente pelas modalidades judô e tênis de mesa, novamente os esportes individuais receberam a maior parte das bolsas destinadas ao paralímpico. Embora o basquetebol em cadeira de rodas não tenha sido contemplado, outras modalidades coletivas tiveram um acréscimo de bolsas comparado ao ano anterior, caso de futebol de 7 e voleibol sentado.

O ano de 2007 foi de um aumento considerável de bolsas, foi um total de 2.171 bolsas, das quais 499 destinadas ao esporte paralímpico. Além de uma quantidade ainda maior de bolsas, mais três modalidades paralímpicas foram contempladas, ainda que com um número reduzido de bolsas, esgrima, ciclismo e tiro com arco apareceram no quadro de bolsas pela primeira vez, em contrapartida, o Voleibol Sentado não foi contemplado, ficando de fora pela primeira vez.

<b>Modalidade 2007</b>	<b>Quantidade de Bolsas</b>
<b>Atletismo</b>	151
<b>Basquetebol em cadeira de rodas</b>	41
<b>Bocha</b>	12
<b>Esgrima</b>	3
<b>Ciclismo</b>	9
<b>Futebol de 5</b>	17
<b>Futebol de 7</b>	8
<b>Goalball</b>	14
<b>Halterofilismo</b>	29
<b>Judô</b>	41
<b>Natação</b>	128
<b>Tiro com arco</b>	1
<b>Tiro esportivo</b>	4
<b>Tenis de mesa</b>	40
<b>Voleibol sentado</b>	x

Tabela 8 - QUANTIDADE DE BOLSAS DESTINADAS ENTRE AS MODALIDADES CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA BOLSA ATLETA NO ANO DE 2007

FONTE: O autor (2014)

O primeiro ponto que vale ressaltar é o que o basquetebol em cadeira de rodas voltou a ser contemplado, recebendo um número expressivo de bolsas. Ainda assim, os esportes individuais continuaram prevalecendo, muito devido o grande numero de bolsas para Atletismo e natação, bem como tênis de mesa e judô.

Ainda numa crescente, no ano de 2008, o ME contemplou 3.313 atletas, destes, 691 era atletas paralímpicos.a modalidade atletismo, natação e tênis de mesa continuaram tendo o número de contemplados aumentado, o voleibol sentado retornou ao quadro recebendo uma bolsa e três modalidades saíram do quadro. Esgrima e tiro com arco que apareceram pela primeira vez no ano anterior, não foram contempladas com nenhuma bolsa, e pela primeira vez o tiro esportivo ficou ausente do quadro de modalidades.

<b>Modalidade 2008</b>	<b>Quantidade de Bolsas</b>
<b>Atletismo</b>	225
<b>Basquetebol em cadeira de rodas</b>	51
<b>Bocha</b>	8
<b>Esgrima</b>	X
<b>Ciclismo</b>	2
<b>Futebol de 5</b>	36
<b>Futebol de 7</b>	28
<b>Goalball</b>	24
<b>Halterofilismo</b>	33
<b>Judô</b>	41
<b>Natação</b>	177
<b>Tiro com arco</b>	X
<b>Tiro esportivo</b>	x
<b>Tenis de mesa</b>	64
<b>Voleibol sentado</b>	1

Tabela 9 - QUANTIDADE DE BOLSAS DESTINADAS ENTRE AS MODALIDADES CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA BOLSA ATLETA NO ANO DE 2008

FONTE: O autor (2014)



No ano de 2009, 2958 bolsas entregues no total, sendo 521 destinadas ao esporte paralímpico. Este também foi um ano de declínio na quantidade de bolsa, refletindo nas modalidades paralímpicas. As modalidades que mais recebem bolsas como natação atletismo e tênis de mesa, tiveram uma redução considerável comparada ao ano anterior.

<b>Modalidade 2009</b>	<b>Quantidade de Bolsas</b>
<b>Atletismo</b>	153
<b>Basquetebol em cadeira de rodas</b>	44
<b>Bocha</b>	6
<b>Esgrima</b>	9
<b>Ciclismo</b>	3
<b>Futebol de 5</b>	16
<b>Futebol de 7</b>	25
<b>Goalball</b>	14
<b>Halterofilismo</b>	12
<b>Hipismo</b>	5
<b>Judô</b>	27
<b>Natação</b>	125
<b>Remo</b>	7
<b>Tiro com arco</b>	X
<b>Tiro esportivo</b>	11
<b>Tenis em cadeira de rodas</b>	1
<b>Tenis de mesa</b>	39
<b>Vela</b>	4
<b>Voleibol sentado</b>	20

Tabela 10 - QUANTIDADE DE BOLSAS DESTINADAS ENTRE AS MODALIDADES CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA BOLSA ATLETA NO ANO DE 2009

FONTE: O autor (2014)

Em contrapartida, os atletas de esgrima e tiro esportivo voltaram a receber as bolsas e mais quatro modalidades que nunca tinham sido contempladas foram lembradas pela primeira vez, é o caso do hipismo, remo, tênis em cadeira de rodas e vela. O tiro com arco continuou sem receber bolsa.

Em 2009, em sua 5ª edição, o programa Bolsa Atleta contemplou 18 modalidades paralímpicas, faltando apenas o Rugby em cadeira de rodas, e o Tiro com arco que já havia sido contemplado.

No ano de 2010, das 3.469 bolsas, 926 foram concedidas aos atletas paralímpicos. Um ano que voltou a apresentar um acréscimo no número de atletas contemplados. Duas modalidades foram contempladas pela primeira vez, a canoagem com um atleta e o Rugby em cadeira de rodas com 22 bolsas, uma quantidade expressiva para uma modalidade que até então, não era contemplada.

<b>Modalidade 2010</b>	<b>Quantidade de Bolsas</b>
<b>Atletismo</b>	304
<b>Basquetebol em cadeira de rodas</b>	52
<b>Bocha</b>	39
<b>Esgrima</b>	X
<b>Canoagem</b>	1
<b>Ciclismo</b>	1
<b>Futebol de 5</b>	41
<b>Futebol de 7</b>	30
<b>Goalball</b>	33
<b>Halterofilismo</b>	35
<b>Hipismo</b>	5
<b>Judô</b>	35
<b>Natação</b>	223
<b>Remo</b>	5
<b>Rugbi em cadeira de rodas</b>	22
<b>Tiro com arco</b>	8
<b>Tiro esportivo</b>	X
<b>Tenis em cadeira de rodas</b>	2

<b>Tenis de mesa</b>	38
<b>Vela</b>	X
<b>Voleibol sentado</b>	52

Tabela 11 - QUANTIDADE DE BOLSAS DESTINADAS ENTRE AS MODALIDADES CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA BOLSA ATLETA NO ANO DE 2010

FONTE: O autor (2014)

Neste mesmo ano, as modalidades Canoagem e Triátlon foram anunciadas pelo Comitê Paralímpico Internacional como integrantes do quadro de modalidades dos Jogos paralímpicos de Verão, e fariam suas estreias nos Jogos do Rio de Janeiro em 2016. A partir deste momento, não eram mais vinte, e sim vinte e duas modalidades paralímpicas de verão.

Em 2011, 21 modalidades paralímpicas foram contempladas. Do total de 4.389 bolsas, 1.049 foram destinadas ao esporte paralímpico. Todas as modalidades aumentaram a quantidade de bolsas ou no mínimo mantiveram a mesma quantidade do ano anterior. Novamente as modalidades natação e atletismo tiveram destaque na quantidade de bolsas comparado as outras.

<b>Modalidade 2011</b>	<b>Quantidade de Bolsas</b>
<b>Atletismo</b>	312
<b>Basquetebol em cadeira de rodas</b>	62
<b>Bocha</b>	44
<b>Esgrima</b>	3
<b>Canoagem</b>	2
<b>Ciclismo</b>	3
<b>Futebol de 5</b>	36
<b>Futebol de 7</b>	37
<b>Goalball</b>	39
<b>Halterofilismo</b>	38
<b>Hipismo</b>	5
<b>Judô</b>	53
<b>Natação</b>	199

<b>Remo</b>	5
<b>Rúgbi em cadeira de rodas</b>	19
<b>Tiro com arco</b>	10
<b>Tiro esportivo</b>	3
<b>Tênis em cadeira de rodas</b>	5
<b>Tênis de mesa</b>	46
<b>Vela</b>	6
<b>Voleibol sentado</b>	65

Tabela 12 - QUANTIDADE DE BOLSAS DESTINADAS ENTRE AS MODALIDADES CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA BOLSA ATLETA NO ANO DE 2011

FONTE: O autor (2014)

No ano de 2012 o investimento foi ainda maior, resultando num total de 4,992 bolsas. Desse total, 1.142 bolsas foram destinadas ao esporte paralímpico, maior destinação para este público até o momento. Os atletas do Triatlon receberam bolsa pela primeira vez, dessa forma, todas as vinte e duas modalidades que fazem parte do quadro dos Jogos Paralímpicos foram contempladas.

<b>Modalidade 2012</b>	<b>Quantidade de Bolsas</b>
<b>Atletismo</b>	332
<b>Basquetebol em cadeira de rodas</b>	85
<b>Bocha</b>	46
<b>Esgrima</b>	5
<b>Canoagem</b>	3
<b>Ciclismo</b>	7
<b>Futebol de 5</b>	36
<b>Futebol de 7</b>	34
<b>Goalball</b>	40
<b>Halterofilismo</b>	33
<b>Hipismo</b>	5
<b>Judô</b>	51
<b>Natação</b>	287
<b>Remo</b>	5

<b>Rúgbi em cadeira de rodas</b>	22
<b>Tiro com arco</b>	9
<b>Tiro esportivo</b>	5
<b>Tenis em cadeira de rodas</b>	8
<b>Tenis de mesa</b>	52
<b>Triatlon</b>	8
<b>Vela</b>	8
<b>Voleibol sentado</b>	61

Tabela 13 - QUANTIDADE DE BOLSAS DESTINADAS ENTRE AS MODALIDADES CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA BOLSA ATLETA NO ANO DE 2012

FONTE: O autor (2014)

Um dos dados mais importante que as tabelas das modalidades nos trazem é que, ao longo dos anos, a quantidade de modalidade contemplada foi aumentando. Em sua primeira edição, no ano de 2005 tínhamos 12 modalidades, em 2012, todas as 22 modalidades de verão do quadro dos Jogos Paralímpicos foram contempladas. Isto implica na preocupação do Ministério do Esporte junto ao CPB em atender todas as modalidades paralímpicas.

<b>Ano</b>	<b>Bolsas paralímpicas</b>	<b>Diferença ano a ano</b>
<b>2005</b>	260	-
<b>2006</b>	230	-30
<b>2007</b>	499	+269
<b>2008</b>	691	+192
<b>2009</b>	521	-170
<b>2010</b>	926	+397
<b>2011</b>	1.049	+123
<b>2012</b>	1.142	+93
<b>Total</b>	5.318	-

Tabela 14 - DIFERENÇA DA QUANTIDADE DE BOLSAS DESTINADAS AO ESPORTE PARALÍMPICO ENTRE OS ANOS DE 2005 A 2012

FONTE: O autor (2014)

Como mostra a tabela, em oito edições, o Programa Bolsa Atleta distribuiu 5.318 Bolsas, em apenas duas edições, em 2006 e 2009, a quantidade de atletas paralímpicos contemplados foi menor comparado ao ano anterior. Para uma melhor compreensão das distribuições das bolsas, dividiremos as bolsas em três classes, a classe paralímpica, olímpica e não olímpica/paralímpica.

<b>Ano</b>	<b>Total de bolsas</b>	<b>Percentual paralímpico</b>	<b>Percentual Olímpico</b>	<b>Não olímpico/paralímpico</b>
<b>2005</b>	975	260 (26,6%)	493 (50,5%)	222 (22,9%)
<b>2006</b>	870	230 (25%)	379 (44,3%)	261 (30,7%)
<b>2007</b>	2.171	499 (22,9%)	948 (43,6%)	724 (33,5)
<b>2008</b>	3.313	691 (20,8%)	1.374 (41,4%)	1.248 (37,8%)
<b>2009</b>	2.958	521(17,6%)	724 (24,4%)	1.713 (58%)
<b>2010</b>	3.469	926 (26,69%)	2.067 (59,58%)	430 (10,73%)
<b>2011</b>	4.998	1.225 (24,50%)	3.164 (63,30%)	609 (12,20%)
<b>2012</b>	4.852	1.142 (23,53%)	2.960 (61%)	750 (15,47%)

Tabela 15 - PERCENTUAL DE BOLSAS DISTRIBUÍDAS ENTRE AS MODALIDADES PARALÍMPICAS, OLÍMPICAS E NÃO OLÍMPICAS/PARALÍMPICAS 2005-2012

FONTE: O autor (2014)

A tabela 15, trás o percentual de Bolsas distribuídas ano a ano entre o esporte paralímpico, olímpico e as modalidades não olímpicas e não paralímpicas. O ano em que o esporte paralímpico teve um maior percentual de bolsas foi em 2010, embora não tenha sido a maior quantidade de bolsas distribuídas, e o percentual mais baixo foi no ano de 2009.

Até o ano de 2008, a distribuição de bolsas entre as três classes podia ser considerada estável, ou seja, mantinha-se um percentual maior ao esporte olímpico, e uma média próxima entre o esporte paralímpico e os esportes não olímpicos/paralímpicos. Em 2009, as modalidades não olímpicas/paralímpicas obtiveram um percentual maior do que as outras duas classes. A partir de 2010, essa classe apresentou uma queda considerável no percentual de bolsas

contempladas, em contrapartida, a classe esporte olímpico aumentou exponencialmente seus números, em quanto o esporte paralímpico continuou com a mesma média desde a primeira edição, não passando dos 30% do total de bolsas.

<b>Ano</b>	<b>Masculino</b>	<b>Femino</b>	<b>Paralímpico</b>	<b>Internacional</b>	<b>Nacional</b>	<b>Estudantil</b>	<b>Base</b>
<b>2005</b>	199	72	69	15	176	-	X
<b>2006</b>	126	104	76	85	69	-	X
<b>2007</b>	338	162	65	19	414	1	X
<b>2008</b>	473	218	76	93	519	3	X
<b>2009</b>	352	169	161	32	327	1	X
<b>2010</b>	654	272	113	68	647	87	X
<b>2011</b>	658	312	145	85	619	88	-
<b>2012</b>	742	344	138	140	675	59	-
<b>Total</b>	<b>3,542</b>	<b>1.653</b>	<b>737</b>	<b>538</b>	<b>3.446</b>	<b>239</b>	<b>0</b>

Tabela 16 - QUANTIDADE DE BOLSAS DISTRIBUÍDAS ENTRE OS SEXOS E CATEGORIAS DE BOLSA 2005-2012

FONTE: O autor (2014)

A Tabela apresenta dados da distribuição ano a ano, entre as variáveis sexo e categoria de bolsa. Com relação ao sexo, a quantidade de bolsas destinadas ao sexo masculino é maior, em todos os anos, do que as destinadas ao sexo feminino. Um ponto importante para se ponderar nessa análise, é o fato de que existem duas modalidades paralímpicas, futebol de 5 e futebol de 7, que são exclusivamente praticadas por atletas do sexo masculino, o que corrobora com um maior percentual de bolsas para os homens.

A categoria estudantil existe desde a criação do programa Bolsa Atleta. Nos dois primeiros anos, 2005 e 2006, os atletas paralímpicos a nível estudantil não foram contemplados com nenhuma bolsa, apenas recentemente, uma quantidade maior de bolsas foram destinadas a essa categoria. No ano de 2011, destinou-se uma quantia de bolsas para uma nova categoria, chamada de Base, a qual, nenhum atleta paralímpico foi contemplado, o mesmo se repetiu no ano seguinte.

As outras três categorias de bolsa foram aumentando em quantidade ao longo dos anos. A categoria Nacional distribui uma maior quantidade comparada às outras, esta bolsa contempla atletas que não apresentaram nenhum resultado importante a nível internacional, mas com bons resultados no Brasil.

As categorias Paralímpica e Internacional, para atletas com resultados em competições internacionais, são bolsa com um retorno financeiro maior aos seus contemplados, são distribuídas em menor número, em 2012, houve um equilíbrio na seleção de contempladas entre essas duas categorias.

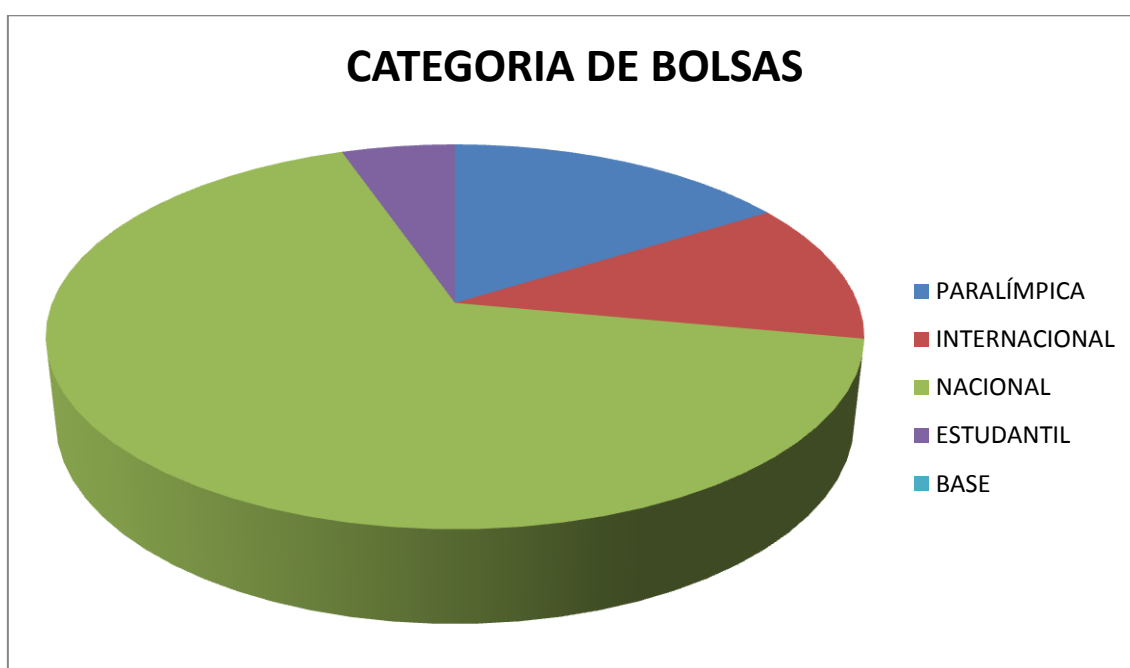


Gráfico 2 - GRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO DE BOLSAS ENTRE AS CATEGORIAS 2005-2012

FONTE: O autor (2014)

Observa-se a predominância da Bolsa Nacional ao longo dos anos, seguidas da Categoria Paralímpica e da Internacional, a categoria de bolsa estudantil tem o menor número de bolsas concedidas e como já foi dito, a categoria bolsa base não contemplo nenhum atleta paralímpico.



## 5 DISCUSSÃO

Ao longo dos anos tornou-se constante ouvir, principalmente do senso comum, que o esporte paralímpico é esquecido pelo Governo, que o investimento é desigual entre COB e CPB, que as pessoas com deficiência que praticam esportes merecem mais respeito e atenção. É justamente a partir deste senso comum, que o problema deste estudo foi elaborado. Para tentar entender de que forma, o Governo Brasileiro, através de suas ações, estão contribuindo para o desenvolvimento do esporte paralímpico no Brasil.

Para que pudéssemos responder tal pergunta, analisamos três políticas públicas esportivas brasileiras. Destas três ações, o programa Bolsa Atleta é a única ação exclusiva do esporte de alto rendimento, sendo de responsabilidade da SNEAR. A lei Agnelo/Piva e a Lei de incentivo ao esporte são ações que contemplam as três manifestações esportivas (educacional, rendimento e lazer), porém a pesquisa se limitou a analisar somente o que se referia ao esporte de alto rendimento.

Para balizar nossa discussão, compreendemos o que são políticas públicas, sua importância, seus conceitos e definições, como se dá a partir da teoria e como é posta em prática. De forma resumida, podemos dizer que políticas públicas partem da gestão dos problemas e das demandas coletivas através da utilização de metodologias que identificam as prioridades, racionalizando a aplicação de investimentos e utilizando o planejamento como forma de se atingir os objetivos e metas predefinidos. (DIAS, 2012)

Uma vez compreendido a política pública, buscamos analisar quem põem essas ações em prática, nos deparamos então com o Ministério do Esporte, entidade responsável pelo esporte brasileiro. Ainda assim, o objeto principal desta pesquisa, o esporte paralímpico brasileiro, precisava ser analisado e compreendido, pois é a partir e para ele, que foi realizada esta pesquisa. Analisamos a estrutura do esporte paralímpico, que nos mostrou peculiaridades e especificidades importantes para o desenvolvimento deste estudo.

A análise conjunta e a intersecção entre as três políticas públicas pode ajudar a responder nossa pergunta, mas antes, vamos analisar e discutir cada

uma destas ações, a partir dos dados levantados no capítulo anterior. Esses dados tendem a confrontar o que as políticas públicas pretendiam fazer e o que de fato, elas estão fazendo, mostram se as ideias planejadas conseguem cumprir seu papel na prática, pois uma das premissas básicas de uma política pública de qualidade é que as ações pensadas tragam mudanças práticas na sociedade.

Iniciaremos pela Lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001, ou Lei Agnelo/Piva, a lei que distribui um percentual do arrecadado das loterias federais para as entidades máximas do esporte Olímpico e Paralímpico brasileiro. Desse percentual, 85% destina-se ao COB e 15% destina-se ao CPB. E ambas as entidades devem destinar um percentual para trabalhar com o esporte a nível escolar e universitário.

A primeira análise a ser feita, e que de primeiro momento chama mais atenção, é o fato do percentual ser tão grande em favor do Esporte Olímpico, sem uma análise mais profunda, esse número parece no mínimo injusto, ainda mais com os bons resultados que o esporte paralímpico vem conseguindo em competições internacionais. Mas dois pontos podem justificar essa desproporção.

O primeiro ponto é em relação às modalidades que fazem parte do quadro dos Jogos Paralímpicos serem menor do que a dos Jogos Olímpicos tem-se um total de 22 modalidades paralímpicas contra 38 modalidades olímpicas. Logo, se o COB tem uma quantidade maior de modalidades, surge à necessidade de receber um percentual maior.

O segundo ponto, é o fato de termos uma quantidade de pessoas com deficiência praticando esporte no Brasil muito menor comparado a pessoas sem nenhum tipo de deficiência. Não se encontra nenhum dado que nos mostre a quantidade de deficientes praticando esporte no Brasil<sup>10</sup>, o que significa a necessidade de estudos futuros com esse olhar. Ainda assim, precisamos de dados que possam balizar nossa análise, por isso, buscamos no

---

<sup>10</sup> Uma pesquisa de Winkle (2012) fez um levantamento dos participantes do Circuito Loterias caixa de Halterofilismo, atletismo e natação. Com o objetivo saber a distribuição geográfica desses atletas, bem como quantidade, idade e sexo.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a quantidade de pessoas com deficiência no Brasil, e no último Censo realizado, no na ode 2010, a resposta foi de 23,9% da população Brasileira apresenta algum tipo de deficiência.

Tendo esse percentual em mente, podemos deduzir que um número ainda menor do que o apresentado pelo IBGE refere-se à quantidade de pessoas com deficiência praticando esportes no Brasil. Assim, se temos uma quantidade maior de pessoas sem deficiência praticando esportes, parece lógico que uma percentagem maior da verba da Lei Agnelo Piva destine-se ao esporte Olímpico.

Partindo para a próxima política pública, aquela que permiti deduções fiscais para o investimento no fomento de atividades esportivas, através de patrocínios ou doações, conhecida como Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, ou Lei de Incentivo ao Esporte. Essas deduções fiscais poderão ser de até um por cento de pessoas jurídicas e de até seis por cento para pessoas físicas. O principal ponto positivo desta ação é que ela permite que qualquer entidade (Associação, clube, Federação, Confederação e Comitê) se organize para poder receber uma verba para trabalhar com o esporte paralímpico.

Consideramos como ponto positivo, pois, a verba proveniente desta lei, permite que o esporte paralímpico seja disseminado em locais que antes não eram, e se afirme em locais os quais já trabalham com atletas paralímpicos. Quando nos referimos a locais, podemos dar como exemplos essas entidades, principalmente esportivas, que muitas vezes não tinha condição de acrescentar uma modalidade paralímpica em seu quadro de atividades, ou as entidades que tenham foco exclusivo ao esporte paralímpico poderem contratar melhores profissionais, investir em espaço físico e até mesmo buscar trabalhar com novas modalidades paralímpicas. Assim como vimos após o levantamento de entidades esportivas que tiveram seus projetos aprovados para captar dinheiro, algumas entidades trabalhavam unicamente com o esporte paralímpico, mas outras entidades acrescentaram modalidades paralímpicas às suas atividades.

O ponto negativo está justamente na dificuldade encontrada pelas entidades em conseguir captar o recurso aprovado pelo Ministério do Esporte.

A doação ou destinação da verba por parte das empresas têm como contrapartida a utilização da imagem, ou seja, a divulgação da marca, o esporte paralímpico ainda é menos difundido, dessa maneira, existe a dificuldade e a possibilidade de conseguir menos patrocínio ou doação.

Após analisar os dados levantados da lei de Incentivo, notou-se uma quantidade pequena de projetos aprovados pelo Ministério do Esporte para captação de dinheiro, isso nos leva a duas possíveis conclusões, ou as entidades não estão enviando projetos para o ME, ou estão enviando mas os projetos não estão sendo aprovados, ambas são ruins pois, o esporte paralímpico está deixando de ser beneficiado por uma política pública que tem o objetivo de contribuir com o desenvolvimento do esporte brasileiro, seja ele paralímpico ou olímpico.

Se formos analisar o objetivo desta lei, podemos concluir que ela é bem sucedida no que propõem, pois ela, de fato, permite que as entidades com bons projetos captem dinheiro para cumprir com seus objetivos. Acredito que a crítica deva ser feita justamente na elaboração do objetivo desta política pública. Simplesmente “permitir” que as entidades possam captar um valor específico, e não buscar auxiliar nos processos seguintes pode ser considerado uma forma de isenção de responsabilidade do Governo.

A terceira e última ação analisada é o programa Bolsa Atleta, que tem como objetivo auxiliar financeiramente os atletas de alto rendimento do Brasil. Essa foi a ação que encontramos mais dados para serem levantados, catalogados e analisados, e nos permitiu uma margem maior de análise e conclusões. Pois ao levantar dados de oito anos de programa, descobrimos com uma quantidade de 5.318 bolsas.

Vamos iniciar a discussão desta política pública justamente com a questão da proporção entre bolsas destinadas ao esporte Paralímpico, Olímpico e não olímpico e não paralímpico. Desde a primeira edição do programa Bolsa Atleta, a quantidade de Bolsas destinadas ao esporte Olímpico foi maior do que o percentual de bolsas destinado ao Esporte Paralímpico. Essa diferença apenas foi aumentando ao longo dos anos. Mas novamente,

deve-se tomar cuidado ao dizer que os atletas paralímpicos foram injustiçados ou desamparados pelo ME.

Se considerarmos, assim como fizemos na análise da Lei Agnelo Piva, a possível quantidade de pessoas com deficiência praticantes de esporte no Brasil, podemos concluir que a proporção de bolsas destinadas ao esporte paralímpico condiz aproximadamente com o público em questão. Podemos ainda fazer outras ponderações. Novamente a questão de ter menos modalidades paralímpicas do que olímpicas, ainda nessa questão, é importante ressaltar que todas as vinte e duas modalidades paralímpicas que fazem parte do quadro dos Jogos Paralímpicos de verão foram contempladas na última edição analisada no ano de 2012.

Pode-se dizer então, que esta é uma ação que busca o desenvolvimento do esporte paralímpico uma vez que abraça, mesmo que em proporções diferentes, todas as modalidades paralímpicas existentes. Ainda nesse raciocínio, as modalidades que mais recebem bolsas são natação e atletismo, com uma diferença grande perante as outras, a primeira análise a ser feita é que, essas duas modalidades são as que trazem melhores resultados para o Brasil nos Jogos Paralímpicos, a segunda análise é que essas duas modalidades são geridas pelo CPB, para lembrar o que foi pesquisado anteriormente, o CPB tem duas funções no sistema esportivo paralímpico brasileiro, além de ser a entidade máxima, também tem a função de servir como uma Confederação por algumas modalidades específicas, caso do atletismo e natação.

Podemos concluir que existe a possibilidade do CPB ter influência na distribuição de bolsas uma vez que ele é a entidade máxima que organiza todo o esporte paralímpico, podendo ser interessante aos objetivos do CPB que essas duas modalidades sejam mais beneficiadas. Outra conclusão é que as bolsas são distribuídas pela questão da meritocracia, ou seja, resultados melhores, maior quantidade de bolsas. Se o CPB estiver pensando apenas em resultados, ou seja, quantidade de medalhas ao fim de cada edição de Jogos Paralímpicos, este investimento desproporcional pode ser plausível, porém,

uma vez que se pensa no desenvolvimento completo do esporte no país, deveria-se pensar em uma distribuição mais equiparada de bolsas.

Mas não seria justo não mencionar que o basquetebol em cadeira de rodas e o voleibol sentado, foram duas modalidades coletivas que receberam uma quantidade grande de bolsas, e não foram bem na última edição dos jogos paralímpicos em Londres, 2012, o basquetebol masculino inclusive, nem participou desta edição.

Na questão do sexo e da idade, também podemos fazer algumas análises. Primeiramente a diferença de bolsas distribuídas para homens é muito maior do que destinada as mulheres, um dado que pesa a favor dessa diferença de distribuição é o fato de que, duas modalidades paralímpicas (Futebol de 5 e futebol de 7) serem praticados exclusivamente por homens, e o rúgbi em cadeira de rodas que é uma modalidade que pode ser jogado homens e mulheres juntos mas é dominada pelo sexo masculino.

Outra análise é em relação à idade, não existe por exemplo, a categoria bolsa base para o esporte paralímpico, essa categoria foi implantada no ano de 2011 e nenhum atleta com deficiência foi pleiteado desde então. Duas possibilidades foram levantadas, 1- é quase uma duplicação da bolsa categoria estudantil, assim não temos uma quantidade tão grande de atletas deficientes para dividir entre essas duas categorias, 2- é o desconhecimento de como se dá a base do esporte paralímpico. Seria uma bolsa interessante ao esporte paralímpico porque serviria de diagnóstico para encontrar esses jovens (14 a 19 anos) nos clubes que trabalham com esporte paralímpico, pois a bolsa estudantil não exige a filiação do atleta em uma associação ou clube esportivo.

Se formos analisar o objetivo do programa Bolsa atleta, assim como a lei de incentivo ao esporte, podemos dizer que ela cumpre com seu papel, uma vez que ela se propõe a auxiliar o atleta brasileiro, este auxílio não exclui que o atleta tenha um salário ou outros patrocínios. Quando pensamos em salário, em remunerar um atleta por suas atividades, pensamos nas entidades, mais especificamente nos clubes que tem esses atletas como funcionários. Além disso, os atletas têm total liberdade para ir atrás de patrocínios privados para que possam contribuir com suas carreiras.

Uma vez que discutimos cada uma das ações, tentaremos agora, trabalhar na intersecção entre as três políticas públicas. Dessa forma, veremos como elas se completam ou se sobrepõe, dessa forma, poderemos pensar em possibilidades de melhorias e até mesmo em novas políticas públicas para o esporte paralímpico.

Pensando no caso do paraatleta, e mais especificamente em sua remuneração, entendemos que a lei Agnelo Piva não permite pagar salários aos atletas profissionais, em contrapartida, o Programa Bolsa Atleta surge justamente como uma política de financiamento direto ao atleta, repetimos que não se trata de um salário, mas ainda assim, é um valor em dinheiro que vai diretamente ao paraatleta. Voltando a discussão de quem seria o responsável por remunera o atleta, recaímos novamente nos clubes, neste caso, sabendo da dificuldade que é para os clubes conseguirem dinheiro para essa função, poderia ser pensada uma política pública de auxílio aos clubes, similar a lei de incentivo, que pudesse contribuir especificamente para a função de remuneração.

No que se refere justamente ao investimento feito nas entidades, a Lei Agnelo Piva repassa um valor para o CPB, que, a partir de sua compreensão sobre as necessidades do esporte paralímpico, faz sua distribuição entre as entidades da maneira que acredita ser a melhor, em contrapartida, a Lei de Incentivo, mesmo com os pontos negativos analisados, permite que qualquer entidade, de qualquer modalidade, e com qualquer público, possa receber verba para cumprir com seus objetivos.

Em relação a idade, as três ações analisadas, de algum forma, contemplam crianças, jovens e adolescentes, que estejam estudando ou não, mas com sempre com ênfase na obrigação de estar estudando. O programa Bolsa Atleta mesmo não apresentando nenhuma bolsa para a categoria Base vem aumentando o numero de bolsas destinadas ao nível escolar<sup>11</sup>. A Lei de incentivo não especifica com qual idade deve-se trabalhar, portanto, cabe ao

---

<sup>11</sup> Bolsa Estudantil: de 14 a 19 anos, atletas que devem ter participado de competições escolares, logo, deve estar matriculado em alguma escola.

projeto elaborado pela entidade ter como objetivo focar o trabalho em uma faixa etária específica ou abranger a todas as idades.

A lei Agnelo Piva tem, por obrigatoriedade, investir no esporte escolar e universitário, uma vez que dos 100% que ele recebe 15% deve se destinar ao escolar e 5% ao universitário. O esporte paralímpico universitário é um problema para o CPB, pois a quantidade de pessoas com deficiência que praticam esportes e que ingressam no ensino superior é muito pequeno, novamente não existe uma pesquisa que comprove estes dados, fazendo-se necessárias novas pesquisas em relação a isso<sup>12</sup>. Já as ações voltadas para o esporte a nível estudantil são maiores e mais destacadas.

Duas ações em especial, o Clube Escolar Paralímpico e as Paralimpíadas Escolares, movimentam um numero grande de estudantes que praticam esportes. Essas duas ações do CPB são voltadas para o âmbito escolar, mas com essência do alto rendimento, resumindo, são ações do esporte de alto rendimento a nível escolar. As Paralimpíadas Escolares por exemplo, segue a mesma estrutura das Olimpíadas Escolares, paratletas de todo o Brasil passam por suas etapas regionais para se classificarem para as Paralimpíadas, que no caso, é a fase nacional. É dessa competição que sai os atletas contemplados com a Bolsa Estudantil do Programa Bolsa Atleta.

O Projeto Clube Escolar Paralímpico seleciona alguns projetos de entidades que trabalham com o esporte paralímpico, e destina uma verba para que essas entidades, durante o período de um ano, desenvolvam atividades esportivas com crianças e jovens com deficiência, que estejam estudando, sem esquecer o foco da competição.

---

<sup>12</sup> Ainda assim, o CPB tem uma ação conhecida como Projeto de Capacitação Universitário Paralímpico, descrito no capítulo 2.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo, adentramos nos conceitos de política pública, fundamental para conduzir cientificamente nossa pesquisa, e dar o respaldo teórico necessário. Tentamos compreender a política pública no Brasil e mais do que isso, a política pública para o esporte brasileiro.

No segundo capítulo, analisamos a organização do esporte paralímpico no Brasil, as especificidades que tornam este movimento diferente do esporte olímpico. Pesquisamos as federações, confederações e chegamos ao CPB. Entendemos que a administração do esporte paralímpico se dá de uma forma diferente ao olímpico, e que a compreensão desse sistema nos auxiliou a compreender melhor as políticas elaboradas ao esporte paralímpico brasileiro.

Neste capítulo, compreendemos que existem três formas de administração do esporte paralímpico. Cada forma de administrar apresenta pontos positivos e negativos. Uma das formas de administração é quando a modalidade paralímpica responde é administrada por uma Confederação responsável também pela modalidade olímpica. O ponto positivo desta forma de administrar deve-se ao fato de tentar realizar uma aproximação entre o esporte olímpico e paralímpico, no sentido de realizar uma inclusão, de troca de conhecimento, como por exemplo a realização de um campeonato onde, entre uma prova e outra, os atletas com e sem deficiência possam estar observando e trocando experiências, o que torna o esporte mais forte.

Porem, essa forma de administrar pode apresentar alguns pontos negativos, por exemplo, não existir profissionais que tenham qualificação para trabalhar com pessoas com deficiência. Ou o favoritismo ao esporte olímpico enquanto o esporte paralímpico fica em segundo plano, nesse caso, o esporte paralímpico pode, na realidade, regredir e não progredir.

A segunda forma de administrar é quando uma modalidade paralímpica é gerida por uma confederação exclusiva para o esporte paralímpico, como é o caso da ABVP, criada especificamente para administrar o Voleibol Paralímpico. Neste caso, a modalidade paralímpica é o foco, planejamento, dinheiro, campeonatos, viagens, categoria de bases enfim, contratação de profissionais

especializados, tudo se concentra em uma única modalidade. Mas entendemos que, uma entidade paralímpica, trabalhando com apenas uma modalidade, pode não ter a mesma força que entidades olímpicas, podendo, por exemplo, perder patrocínios e assim, não conseguir desenvolver plenamente a modalidade em questão.

A terceira e última forma de administrar, é a que torna o movimento paralímpico bem específico. Algumas modalidades são administradas por entidades que são responsáveis por algumas deficiências exclusivas, caso da CBDV para as modalidades dos deficientes visuais (Judô, Futebol de 5 e Goalball), da ANDE para paralisados cerebrais<sup>13</sup>(Futebol de 7 e Bocha paralímpica) e a ABDEM que cuida das modalidades para deficientes intelectuais. Além do CPB, que tem a dupla função do esporte paralímpico brasileiro, sendo, além da entidade máxima, também responsável por administrar diretamente algumas modalidades.

Essa forma de administrar pode fortalecer as modalidades, pois, trabalhasse com um grupo específico de deficiência, ou seja, permite aprofundar exclusivamente em grupo específico de pessoas, facilitando no momento de decisões sobre o que pode ou não ser o melhor a ser feito. Um exemplo disso é quando os atletas deficientes visuais estão viajando em competição, a entidade responsável por esses atletas conhecem e sabem exatamente como proceder para poder contribuir para uma melhor viagem podendo resultar em uma melhor competição, pois o atleta estará bem respaldado.

Porém, ao concentrar a administração de mais de uma modalidade, nas mãos de uma única entidade, corre-se alguns riscos, um deles é o fato de que, se uma administração é ruim, pode prejudicar mais de uma modalidade paralímpica ao mesmo tempo. Também podem existir preferências por parte de quem está administrando, por exemplo, uma entidade dar preferência para a modalidade “X”, e preterir a modalidade “Y”, isso pode ser muito prejudicial para as modalidades paralímpicas.

---

<sup>13</sup> Paralisia Cerebral é uma deficiência física que pode acarretar em alguns comprometimentos cognitivos.

Essa análise é importante porque, entendendo que existem formas diferentes de administrar o esporte paralímpico, e que essas administrações podem apresentar pontos positivos e negativos, nos ajuda a concluir que, podem existir diferentes formas de se elaborar políticas públicas para o esporte paralímpico. Podemos entender que, políticas públicas para o esporte de alto rendimento, que contemplem o esporte olímpico e paralímpico, podem apresentar bons resultados, bem como apresentar alguns pontos falhos. Ao mesmo tempo em que, elaborar políticas públicas específicas e exclusivas ao esporte paralímpico, possa não ser tão benéfico quanto podemos imaginar.

No terceiro capítulo, buscamos compreender e analisar a entidade que financia o esporte brasileiro, e de que forma ela compreende e aplica isso. Neste momento analisamos o Ministério do esporte, entendendo como se deu sua fundação e criação, analisamos o documento redigido pelo ME, onde estão os objetivos e entendimento sobre o esporte nacional, a política nacional de esportes. Entendemos que o esporte paralímpico pode ser definido como esporte de alto rendimento para pessoas com deficiência, dessa forma, fomos analisar dentro deste documento, as definições e objetivos para o esporte de alto rendimento. Dentro do ministério analisamos as ações e objetivos da SNEAR, responsável pelo esporte de alto rendimento no Brasil. E por fim, analisamos o esporte paralímpico neste mesmo documento.

Com a contribuição deste capítulo, podemos concluir que o esporte paralímpico, ao menos no papel, não está desamparado pelo ME, ou seja, na Política Nacional de Esporte, o esporte paralímpico ou os atletas paraatletas estavam sempre citados junto ao esporte olímpico ou junto aos atletas. Como já foi dito, embora não exista nenhuma ação específica ao esporte paralímpico, o ME, através de sua política, compreende que, quando trata-se do esporte de alto rendimento, atletas com e sem deficiência devem ser contemplados.

Mas podemos concluir que, as atuais políticas públicas para o esporte de alto rendimento no Brasil, estão contribuindo para o desenvolvimento do esporte paralímpico brasileiro, uma vez que suas ações abrangem todas as idades, sexo e tipos de deficiência. Essas políticas públicas não financiam apenas entidades, mas também auxiliam diretamente alguns atletas. Embora o esporte

olímpico, em questão de número, pareça ser mais beneficiado, não podemos desconsiderar a questão de proporção entre pessoas com e sem deficiência praticando esporte no Brasil.

Mas, não seria errado afirmar, que poderíamos pensar numa política pública específica ao esporte paralímpico, ações específicas pensadas exclusivamente no movimento paralímpico, uma vez que compreendemos suas especificidades. Quando analisamos o policy cycle, entendemos que a segunda fase, denominada de elaboração de programas, é fase que necessita dos especialistas. Por isso, torna-se imprescindível, no momento de formulação de novas políticas públicas do esporte paralímpico, a participação do especialista na área, pois ele conhecerá as especificidades pertinentes do esporte paralímpico nacional.

Como exercício de reflexão, e na função de pesquisador, pensamos em algumas possibilidades de ações específicas que poderiam vir a contribuir com o esporte paralímpico. São pensamentos que surgiram após a compreensão das especificidades deste esporte, e das necessidades que se destacaram após conhecer melhor as políticas públicas atuais.

Uma das conclusões que podemos chegar ao analisar as três ações presentes neste estudo, é que, se faz cada vez mais importante, a preparação e formação de novos e bons profissionais que busquem o interesse em trabalhar com a pessoa com deficiência. Para o bom desenvolvimento do esporte paralímpico, devemos pensar em bons professores, que trabalharam ainda na fase escolar com a pessoa com deficiência, despertando na mesma, a vontade em praticar algum tipo de esporte. Investir em bons técnicos, oferecendo curso de capacitação e principalmente que tenham uma maior carga horária destinada ao esporte paralímpico dentro das universidades, o que acontece mais comumente dentro das universidades é sobrecarregar um profissional que trabalhará com todas as modalidades paralímpicas e paradesportivas em apenas um ou dois semestres, em uma única disciplina, uma vez que existe a necessidade de se ter uma disciplina para cada modalidade Olímpica ou convencional, como por exemplo futebol, natação, entre outras.

Não só a formação de professores e técnicos, mas também a formação de gestores que tenham a competência em trabalhar com o esporte paralímpico, como percebemos em alguns casos, a simples falta de preparação de um projeto para arrecadar dinheiro pode dificultar e atrapalhar todo um trabalho planejado. E a falta desses profissionais dentro das federações e confederações, atualmente, sobrecarrega o Comitê Paralímpico Brasileiro que se vê responsável por algumas modalidades específicas.

Outro fator importante seria pensar em alguma ação para a base do esporte paralímpico, na identificação desse possível atleta ainda em sua juventude. Sabemos que o CPB faz ações para a base, e que o recurso usado para essas ações é proveniente de uma política pública, mas ainda assim, é uma função que repito, pode sobrecarregar o CPB, uma entidade que já é exigida em suas ações, continua acumulando funções nos sistemas paradesportivo brasileiro. Dessa forma, uma política pública específica para a base, para o nível estudantil, torna-se importante.

Seguindo esse raciocínio, acreditamos que seria interessante para o desenvolvimento maior do esporte paralímpico no país, uma Política Nacional de Esportes para pessoas com deficiência, assim como existem em outras áreas.<sup>14</sup> Mas entendendo que a própria política nacional de Esportes é falha, não existindo um Sistema de Esportes Brasileiro bem definido, pensar nessa possibilidade ainda está distante.

---

<sup>14</sup> Política Nacional da Saúde para a pessoa com deficiência e a Política nacional de Educação para pessoas com deficiência.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Bárbara Schaustek de. O financiamento do Esporte Olímpico e suas relações com a Política no Brasil. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

ARAÚJO, Paulo Ferreira de. Desporto Adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidade. 1997. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

\_\_\_\_\_. Desporto adaptado no Brasil / Paulo Ferreira de Araújo. – São Paulo: Phorte, 2011. 216p.

BETTI, Mauro. Educação física e sociedade. São Paulo: Melhoramentos, 1991.

Bueno, Luciano. Políticas Públicas do Esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento. 2008. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. Novo Estatuto 2011. Rio de Janeiro: CPB, 2011.

Congresso Brasileiro de Esportes para Todos, 3, 1986, Campo Grande. Anais do Congresso Brasileiro de esportes para Todos. Campo Grande: MEC/SEED, 1986.

DA ROSA, Ricardo Lemes. A Política nacional de Esporte e sua Relação entre o Global e o Local. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

DUARTE, Edison; MAGNO E SILVA, Marília Passos. Pessoas com Deficiência: Aspectos epidemiológicos. In: WINCKLER, Ciro; MELLO, Marco Túlio de. Esporte Paralímpico. São Paulo, SP. Editora Atheneu, 2012.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas nº21 – Junho de 2000.

\_\_\_\_\_. Análise de Políticas Públicas: Algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira. PPGSP/UFSC. Cadernos de Pesquisa, nº18, 1999. São Paulo.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIMARÃES, Alexandre Sidnei. A Bolsa-Atleta eleva o nível de seus beneficiários? Análise do período 2005-2008. Texto para Discussão 50. Brasília. Senado Federal, 2009.

LINHALES, Meily Assbú. A trajetória política do Esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos. 1996. 242 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MARCHI JR., W. “Sacando” o voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000). Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

\_\_\_\_\_. A Educação Física e o campo científico: repensando as possibilidades de pesquisa sobre o esporte e o lazer. In: MEZZADRI, Fernando Marinho; CAVICHIOILLI, Fernando Renato; SOUZA, Doralice Lange de. Esporte

e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006.

Mazzei, Leandro Carlos. Gestão do esporte no Brasil: desafios e perspectivas/Leandro Carlos Mazzei, Flavia da Cunha Bastos [Orgs.]; coordenação editorial: Alexandre F. Machado. – 1ª Ed. – São Paulo: Ícone, 2012.

MEZZADRI, Fernando Marinho. A Estrutura do Esporte Paranaense: da formação dos clubes a atual situação. 2000. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

\_\_\_\_\_. Pesquisas em Políticas Públicas de Esporte e Lazer: uma história recente. In: Anais do 9º Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física: História e Ciências Sociais, Fontes e Métodos. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2004. (424 p.).

\_\_\_\_\_. Políticas públicas para o esporte e o lazer nas cidades do Estado do Paraná. In: MEZZADRI, Fernando Marinho; CAVICHIOILLI, Fernando Renato; SOUZA, Doralice Lange de. Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas. Jundiaí, SP: Fontoura, 2006.

\_\_\_\_\_. Políticas Públicas para o esporte e lazer: teorias e conceitos. In: MOTTA, Alexandre; TERRA, Rodrigo. Esporte, Lazer e Políticas Públicas na Região dos Lagos. Rio de Janeiro, RJ: Iventura, 2011.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. IN: BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 2ª ed. rev. São Paulo: Atlas, 2004.



RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. e ampl. 8 reimpr. São Paulo: Atlas, 2008

SCHEID, Luciana; ROCHA, Edilson Alves da. Organização Administrativa do Desporto Paralímpico. In: WINCKLER, Ciro; MELLO, Marco Túlio de. Esporte Paralímpico. São Paulo, SP. Editora Atheneu, 2012.

SHERRILL, C. Adapted physical activity, recreation, and Sport: crossdisciplinary and lifespan. 6 ed. Boston: Mc Graw-Hill, c2004. 783p.

SOUZA, C. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

\_\_\_\_\_. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologia, Porto Alegre, ano 8, nº16, jul/dez 2006, p. 20-45.

STAREPRAVO, Fernando Augusto. Políticas de Esporte e Lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre o subcampos políticos/burocrático e científico/acadêmico. 2011. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

\_\_\_\_\_. Políticas Públicas para o Esporte e Lazer: conselhos municipais de esporte e lazer e outras formas de participação direta. In Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte {e} II Congresso Internacional de Ciências do Esporte/ Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Recife: CBCE, 2007.

STAREPRAVO, F.A; NUNES, R.S; MARCHI JUNIOR, W. Agenda de Pesquisas em Políticas Públicas de Esporte e Lazer: uma leitura a partir do

GTT de políticas públicas no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Salvador: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 2009.

VERONEZ , Luiz Fernando Camargo. Quando o Estado joga a favor do privado: As políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988. 2005. 386 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

VLASTUIN, J; ALMEIDA, B.S; MARCHI JR, M. O Marketing Esportivo na Gestão do Voleibol Brasileiro: Fragmentos teóricos referentes ao processo de espetacularização da modalidade. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 29, n. 3, p. 9-24, maio 2008.

WINCKLER, C. Esporte e a Pessoa com Deficiência – Contexto Histórico. In: WINCKLER, Ciro; MELLO, Marco Túlio de. Esporte Paralímpico. São Paulo, SP. Editora Atheneu, 2012.

WINCKLER, C; COSTA, A.M. A Educação Física e o esporte Paralímpico. In: WINCKLER, Ciro; MELLO, Marco Túlio de. Esporte Paralímpico. São Paulo, SP. Editora Atheneu, 2012.

Winnick, P.J. Adapted Physical and Sport. Champaign: Human Kinetics, 1990.

## **DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E OUTRAS FONTES**

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal: Brasília, 2006. Disponível em:

[http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988.pdf](http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988.pdf)  
df Acesso em: 23 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto Lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001. Acrescenta inciso e parágrafos ao artigo 56 da lei 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília DF, 17 jul. 2001<sup>a</sup>. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=233173>>. Acesso em 23 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.180, DE 03 DE Agosto de 2007. Regulamenta a Lei no 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que trata dos incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=233173>>. Acesso em 23 mar. 2013.

\_\_\_\_\_.Decreto nº 7.802, de 13 de setembro de 2012. Altera decreto nº 5.342, de 14 de janeiro de 2005, que regulamenta a lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato20112014/2012/decreto/D7802.htm#art1>>.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998. Institui normas sobre desporto e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília DF, 25 mar. 1998. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9615Compilada.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.891 de 9 de julho de 2004. Institui a Bolsa-Atleta. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília DF, 9 jul. 2004b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_ato2004-2006/2004/lei/10.891.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/lei/10.891.htm)>. Acesso em: 23 mar. 2013.

\_\_\_\_\_. Lei nº12.395 de 16 de março de 2011. Dispões sobre a alteração das leis nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva; revoga a Lei nº6.354, de 2 de setembro de 1976; e da outras providencias. Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2011-2014/2011/Lei/L12395.htm#art3>>.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 151, de 04 de agosto de 2010. Dispões sobre os critérios objetivos para concessão da Bolsa-Atleta e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/snear/bolsaAtleta/portaria15104082010.pdf>>.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 164, de 06 de outubro de 2011. Dispões sobre as fases do pleito, procedimentos para inscrição, sobre os critérios para indicação de eventos esportivos, critérios para concessão da Bolsa e dá outras providencias. Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snear/bolsaAtleta/portariaN164061020112.pdf>>.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 153, de 22 de junho de 2012. Dispões sobre o cancelamento da concessão da Bolsa-Atleta ao ano em exercício, 2011. Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/snear/bolsaAtleta/portariaN153154.pdf>>.

ABDEM. Associação Brasileira de Desportos de Deficientes Mentais. Disponível em: <<http://www.abdem.com.br>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

ABRC. Associação Brasileira de Rugby em Cadeira de rodas. Disponível em: <<http://rugbiabrc.org.br>>. Acesso em 17 dez. 2013.

ABVP. Associação Brasileira de Voleibol Paralímpico. Disponível em: <<http://www.abvp.com.br>>. Acesso em: 17 dez. 2013

ANDE. Associação Nacional de Desporto para Deficientes. Disponível em: <<http://www.ande.org.br>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

CBBC. Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeiras de rodas. Disponível em: <<http://www.cbbs.org.br>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

CBC. Confederação Brasileira de Ciclismo. Disponível em: <<http://www.cbc.esp.br>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

CBDG. Confederação Brasileira de Desportos no Gelo. Disponível em: <<http://www.cbdg.org.br>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

CBDV. Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais. Disponível em: <<http://www.cbdv.org.br>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

CBH. Confederação Brasileira de Hipismo. Disponível em: <<http://www.cbh.org.br>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

CBR. Confederação Brasileira de Remo. Disponível em: <<http://www.remobrasil.com>>. Acesso em 12 dez. 2013.

CBT. Confederação Brasileira de Tênis. Disponível em: <<http://www.cbtenis.com.br>>. Acesso em: 14 dez. 2013.

CBTARCO. Confederação Brasileira de Tiro com Arco. Disponível em: <<http://www.cbtarco.org.br>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

CBTM: Confederação Brasileira de Tênis de Mesa. Disponível em: <<http://www.cbtm.org.br>>. Acesso em: 12 dez. 2013

CBVela: Confederação Brasileira de Vela. Disponível em: <<http://www.cbvela.org.br>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO. Demonstração do investimento realizado no ano de 2005. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/gestao-de-recursos/tabelas/?ano=2005>>. Acesso em 30 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Demonstração do investimento realizado no ano de 2006. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/gestao-de-recursos/tabelas/?ano=2006>>. Acesso em 30 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Demonstração do investimento realizado no ano de 2007. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/gestao-de-recursos/tabelas/?ano=2007>>. Acesso em 30 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Demonstração do investimento realizado no ano de 2008. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/gestao-de-recursos/tabelas/?ano=2008>>. Acesso em 30 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Demonstração do investimento realizado no ano de 2009. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/gestao-de-recursos/tabelas/?ano=2009>>. Acesso em 30 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Demonstração do investimento realizado no ano de 2010. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/gestao-de-recursos/tabelas/?ano=2010>>. Acesso em 30 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Demonstração do investimento realizado no ano de 2011. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/gestao-de-recursos/tabelas/?ano=2011>>. Acesso em 30 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Demonstração do investimento realizado no ano de 2012. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/gestao-de-recursos/tabelas/?ano=2012>>. Acesso em 30 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Notícias sobre as paralimpíadas escolares 2013. Disponível em: <<http://www.cpb.org.br/sao-paulo-e-o-estado-com-mais-representantes-nas-paralimpiadas-escolares-2013/>>. Acesso em 25 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Notícias sobre as paralimpíadas escolares 2012. Disponível em: <  
<http://www.cpb.org.br/paralimpiadas-escolares-quantidade-com-qualidade/>>  
Acesso em 25 nov. 2013.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE. Disponível em:  
<<http://www.paralympic.org>>. Acesso em: 14 jun 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Características  
gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro. RJ.  
2010.

**ANEXOS****ANEXO 1 – RESUMOS DE RECEITAS DO COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO DE 2005 A 2012.****Resumo de Receita de 2005**

<b>Ítems de vinculação</b>					
<b>Identificação</b>	<b>Lei</b>		<b>Outros recursos</b>		<b>Total</b>
	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>	
	10.474.196,59	0,0	1.262.347,09	0,0	11.736.543,68
<b>Total</b>	<b>10.474.196,59</b>	<b>0,0</b>	<b>1.262.347,09</b>	<b>0,0</b>	<b>11.736.543,68</b>

<b>Grupos de despesa</b>					
<b>Identificação</b>	<b>Lei</b>		<b>Outros recursos</b>		<b>Total</b>
	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>	
Adiantamentos	2.343.628,82	0,0	195.656,86	0,0	2.147.971,96
Alimentação	158.183,67	0,0	19.755,86	0,0	177.939,53
Aquisição de Materiais Esportivos	178.101,01	0,0	1.222,50	0,0	179.323,51
Contas de Consumo	222.437,49	0,0	150,00	0,0	222.587,49
Custeio de Comissão Técnica e Atletas	519.375,87	0,0	6.000,00	0,0	525.375,87
Diárias	96.717,97	0,0	1.390,00	0,0	98.107,97
Equipamento de Informática, Softwares e Telecomunicações	42.600,86	0,0	0,00	0,0	42.600,86
Eventos Esportivos Inclusive Taxas de Inscrição	91.579,32	0,0	2.478,52	0,0	94.057,84
Gastos com premiações.	539.360,02	0,0	375.500,00	0,0	914.860,02
Hospedagem	549.948,68	0,0	5.796,53	0,0	555.745,21
Locação de Imóveis	108.954,17	0,0	0,00	0,0	108.954,17
Locação de Veículos Automotores	185.686,38	0,0	228,38	0,0	185.914,76
Manutenção de Instalações Desportivas	78.271,00	0,0	0,00	0,0	78.271,00
Passagens Nacionais e Internacionais	1.718.724,27	0,0	7.639,15	0,0	1.726.363,42
Pessoal	1.363.183,24	0,0	948.775,46	0,0	2.311.958,70



Grupos de despesa					
Identificação	Lei		Outros recursos		Total
	Valor	%	Valor	%	
Reformas e Obras de Manutenção e Recuperação	10.915,00	0,0	0,00	0,0	10.915,00
Seguros e, no caso específico de atleta, seguros pessoais	1.953,05	0,0	0,00	0,0	1.953,05
Serviços de Terceiros, Pessoas Físicas e Jurídicas	2.070.010,41	0,0	50.064,13	0,0	2.120.074,54
Taxas	194.565,36	0,0	39.003,42	0,0	233.568,78
<b>Total</b>	<b>10.474.196,59</b>	<b>0,0</b>	<b>1.262.347,09</b>	<b>0,0</b>	<b>11.736.543,68</b>

### Resumo de Receita de 2006

Ítems de vinculação					
Identificação	Lei		Outros recursos		Total
	Valor	%	Valor	%	
	12.349.234,19	0,0	2.317.847,52	0,0	14.667.081,71
<b>Total</b>	<b>12.349.234,19</b>	<b>0,0</b>	<b>2.317.847,52</b>	<b>0,0</b>	<b>14.667.081,71</b>

Grupos de despesa					
Identificação	Lei		Outros recursos		Total
	Valor	%	Valor	%	
Adiantamentos	4.085.756,62	0,0	234.389,79	0,0	4.320.146,41
Alimentação	206.906,40	0,0	0,00	0,0	206.906,40
Aquisição de Materiais Esportivos	188.440,25	0,0	29.750,50	0,0	218.190,75
Contas de Consumo	195.687,83	0,0	1.079,73	0,0	196.767,56
Custeio de Comissão Técnica e Atletas	831.697,31	0,0	19.440,00	0,0	851.137,31
Diárias	251.846,37	0,0	24.137,00	0,0	275.983,37
Equipamento de Informática, Softwares e Telecomunicações	85.168,64	0,0	0,00	0,0	85.168,64
Eventos Esportivos Inclusive Taxas de Inscrição	234.706,60	0,0	0,00	0,0	234.706,60
Gastos com premiações.	612.943,16	0,0	3.393,00	0,0	616.336,16

Grupos de despesa					
Identificação	Lei		Outros recursos		Total
	Valor	%	Valor	%	
Hospedagem	375.814,01	0,0	64.843,78	0,0	440.657,79
Locação de Imóveis	7.950,90	0,0	0,00	0,0	7.950,90
Locação de Veículos Automotores	141.350,26	0,0	51.022,59	0,0	192.372,85
Passagens Nacionais e Internacionais	1.837.963,41	0,0	249.385,62	0,0	2.087.349,03
Pessoal	1.231.277,71	0,0	1.270.918,28	0,0	2.502.195,99
Seguros e, no caso específico de atleta, seguros pessoais	1.746,49	0,0	0,00	0,0	1.746,49
Serviços de Terceiros, Pessoas Físicas e Jurídicas	1.719.810,98	0,0	267.141,03	0,0	1.986.952,01
Taxas	340.167,25	0,0	102.346,20	0,0	442.513,45
<b>Total</b>	<b>12.349.234,19</b>	<b>0,0</b>	<b>2.317.847,52</b>	<b>0,0</b>	<b>14.667.081,71</b>

## Resumo de Receita de 2007

Ítems de vinculação					
Identificação	Lei		Outros recursos		Total
	Valor	%	Valor	%	
	13.711.739,89	0,0	4.411.535,77	0,0	18.123.275,66
<b>Total</b>	<b>13.711.739,89</b>	<b>0,0</b>	<b>4.411.535,77</b>	<b>0,0</b>	<b>18.123.275,66</b>

Grupos de despesa					
Identificação	Lei		Outros recursos		Total
	Valor	%	Valor	%	
Adiantamentos	3.219.208,54	0,0	764.605,70	0,0	3.983.814,24
Alimentação	193.876,67	0,0	10.053,53	0,0	203.930,20
Aquisição de Materiais Esportivos	158.885,09	0,0	45.478,30	0,0	204.363,39
Contas de Consumo	273.547,04	0,0	1.648,00	0,0	275.195,04
Custeio de Comissão Técnica e Atletas	1.167.749,25	0,0	0,00	0,0	1.167.749,25
Diárias	230.234,17	0,0	25.333,68	0,0	255.567,85

Grupos de despesa					
Identificação	Lei		Outros recursos		Total
	Valor	%	Valor	%	
Equipamento de Informática, Softwares e Telecomunicações	87.121,36	0,0	0,00	0,0	87.121,36
Eventos Esportivos Inclusive Taxas de Inscrição	181.430,98	0,0	0,00	0,0	181.430,98
Gastos com premiações.	360.877,60	0,0	0,00	0,0	360.877,60
Hospedagem	1.133.191,24	0,0	648.534,54	0,0	1.781.725,78
Locação de Imóveis	53.125,68	0,0	0,00	0,0	53.125,68
Locação de Veículos Automotores	294.292,95	0,0	49.968,04	0,0	344.260,99
Passagens Nacionais e Internacionais	1.430.414,50	0,0	342.697,32	0,0	1.773.111,82
Pessoal	1.470.272,81	0,0	1.870.093,73	0,0	3.340.366,54
Reformas e Obras de Manutenção e Recuperação	3.927,74	0,0	0,00	0,0	3.927,74
Seguros e, no caso específico de atleta, seguros pessoais	1.674,00	0,0	0,00	0,0	1.674,00
Serviços de Terceiros, Pessoas Físicas e Jurídicas	3.237.957,89	0,0	609.036,86	0,0	3.846.994,75
Taxas	213.477,38	0,0	44.086,07	0,0	257.563,45
Treinamento e Capacitação	475,00	0,0	0,00	0,0	475,00
<b>Total</b>	<b>13.711.739,89</b>	<b>0,0</b>	<b>4.411.535,77</b>	<b>0,0</b>	<b>18.123.275,66</b>

### Resumo de Receita de 2008

Ítems de vinculação					
Identificação	Lei		Outros recursos		Total
	Valor	%	Valor	%	
	10.782.368,60	0,0	2.382.530,67	0,0	13.164.899,27
<b>Total</b>	<b>10.782.368,60</b>	<b>0,0</b>	<b>2.382.530,67</b>	<b>0,0</b>	<b>13.164.899,27</b>

Grupos de despesa					
Identificação	Lei		Outros recursos		Total
	Valor	%	Valor	%	

Grupos de despesa					
Identificação	Lei		Outros recursos		Total
	Valor	%	Valor	%	
Adiantamentos	1.909.249,64	0,0	68.957,03	0,0	1.978.206,67
Alimentação	17.696,77	0,0	0,00	0,0	17.696,77
Aquisição de Materiais Esportivos	145.455,00	0,0	6.488,00	0,0	151.943,00
Contas de Consumo	222.693,08	0,0	121,65	0,0	222.814,73
Custeio de Comissão Técnica e Atletas	895.220,93	0,0	16.785,00	0,0	912.005,93
Diárias	281.624,45	0,0	247,50	0,0	281.871,95
Equipamento de Informática, Softwares e Telecomunicações	48.392,66	0,0	0,00	0,0	48.392,66
Eventos Esportivos Inclusive Taxas de Inscrição	345.669,62	0,0	511,01	0,0	346.180,63
Gastos com premiações.	306.124,20	0,0	0,00	0,0	306.124,20
Hospedagem	865.193,58	0,0	50.140,39	0,0	915.333,97
Locação de Imóveis	15.836,00	0,0	0,00	0,0	15.836,00
Locação de Veículos Automotores	351.712,04	0,0	23.792,08	0,0	375.504,12
Manutenção de Instalações Desportivas	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00
Passagens Nacionais e Internacionais	1.197.816,55	0,0	113.952,95	0,0	1.311.769,50
Pessoal	1.355.856,36	0,0	1.850.582,30	0,0	3.206.438,66
Reformas e Obras de Manutenção e Recuperação	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00
Seguros e, no caso específico de atleta, seguros pessoais	1.657,33	0,0	0,00	0,0	1.657,33
Serviços de Terceiros, Pessoas Físicas e Jurídicas	2.663.854,65	0,0	235.859,65	0,0	2.899.714,30
Taxas	158.315,74	0,0	15.093,11	0,0	173.408,85
<b>Total</b>	<b>10.782.368,60</b>	<b>0,0</b>	<b>2.382.530,67</b>	<b>0,0</b>	<b>13.164.899,27</b>

## Resumo de Receita de 2009

Ítems de vinculação					
Identificação	Lei		Outros recursos		Total
	Valor	%	Valor	%	
	13.164.988,32	0,0	5.758.231,78	0,0	18.923.220,10
<b>Total</b>	<b>13.164.988,32</b>	<b>0,0</b>	<b>5.758.231,78</b>	<b>0,0</b>	<b>18.923.220,10</b>

Grupos de despesa					
Identificação	Lei		Outros recursos		Total
	Valor	%	Valor	%	
Adiantamentos	1.998.792,35	0,0	524.739,72	0,0	2.523.532,07
Alimentação	894.502,74	0,0	299.929,78	0,0	1.194.432,52
Aquisição de Materiais Esportivos	234.562,34	0,0	238.728,47	0,0	473.290,81
Contas de Consumo	293.422,37	0,0	0,00	0,0	293.422,37
Custeio de Comissão Técnica e Atletas	922.236,01	0,0	134.584,00	0,0	1.056.820,01
Diárias	183.361,72	0,0	24.863,43	0,0	208.225,15
Equipamento de Informática, Softwares e Telecomunicações	56.026,74	0,0	0,00	0,0	56.026,74
Eventos Esportivos Inclusive Taxas de Inscrição	262.823,70	0,0	0,00	0,0	262.823,70
Gastos com premiações.	301.709,75	0,0	13.626,00	0,0	315.335,75
Hospedagem	1.935.473,82	0,0	874.899,36	0,0	2.810.373,18
Locação de Imóveis	42.619,45	0,0	26.237,62	0,0	68.857,07
Locação de Veículos Automotores	421.923,34	0,0	194.417,56	0,0	616.340,90
Passagens Nacionais e Internacionais	1.331.639,21	0,0	271.242,33	0,0	1.602.881,54
Pessoal	1.466.733,16	0,0	2.646.405,92	0,0	4.113.139,08
Seguros e, no caso específico de atleta, seguros pessoais	4.811,27	0,0	6.023,42	0,0	10.834,69
Serviços de Terceiros, Pessoas Físicas e Jurídicas	2.468.672,84	0,0	456.511,13	0,0	2.925.183,97
Taxas	342.752,51	0,0	46.023,04	0,0	388.775,55
Treinamento e Capacitação	2.925,00	0,0	0,00	0,0	2.925,00

Grupos de despesa					
Identificação	Lei		Outros recursos		Total
	Valor	%	Valor	%	
<b>Total</b>	<b>13.164.988,32</b>	<b>0,0</b>	<b>5.758.231,78</b>	<b>0,0</b>	<b>18.923.220,10</b>

## Resumo de Receita de 2010

Ítems de vinculação					
Identificação	Lei		Outros recursos		Total
	Valor	%	Valor	%	
	18.833.601,74	0,0	6.837.364,20	0,0	25.670.965,94
<b>Total</b>	<b>18.833.601,74</b>	<b>0,0</b>	<b>6.837.364,20</b>	<b>0,0</b>	<b>25.670.965,94</b>

Grupos de despesa					
Identificação	Lei		Outros recursos		Total
	Valor	%	Valor	%	
Adiantamentos	2.708.638,03	0,0	-24.753,77	0,0	2.683.884,26
Alimentação	451.254,23	0,0	523.411,68	0,0	974.665,91
Aquisição de Materiais Esportivos	427.434,05	0,0	244.645,76	0,0	672.079,81
Contas de Consumo	293.690,28	0,0	4.851,54	0,0	298.541,82
Custeio de Comissão Técnica e Atletas	1.175.836,89	0,0	41.586,06	0,0	1.217.422,95
Diárias	232.957,63	0,0	28.335,77	0,0	261.293,40
Equipamento de Informática, Softwares e Telecomunicações	189.000,89	0,0	0,00	0,0	189.000,89
Eventos Esportivos Inclusive Taxas de Inscrição	282.248,14	0,0	15.739,83	0,0	297.987,97
Gastos com premiações.	480.188,90	0,0	42.819,50	0,0	523.008,40
Hospedagem	1.801.741,11	0,0	553.521,22	0,0	2.355.262,33
Locação de Imóveis	264.422,31	0,0	0,00	0,0	264.422,31
Locação de Veículos Automotores	609.225,99	0,0	73.532,17	0,0	682.758,16
Manutenção de Instalações Desportivas	64.711,33	0,0	0,00	0,0	64.711,33
Passagens Nacionais e Internacionais	2.185.097,75	0,0	186.739,34	0,0	2.371.837,09

Grupos de despesa					
Identificação	Lei		Outros recursos		Total
	Valor	%	Valor	%	
Pessoal	1.352.856,01	0,0	3.167.896,63	0,0	4.520.752,64
Seguros e, no caso específico de atleta, seguros pessoais	7.380,63	0,0	0,00	0,0	7.380,63
Serviços de Terceiros, Pessoas Físicas e Jurídicas	4.224.100,06	0,0	1.623.474,46	0,0	5.847.574,52
Taxas	1.897.817,51	0,0	355.564,01	0,0	2.253.381,52
Treinamento e Capacitação	185.000,00	0,0	0,00	0,0	185.000,00
<b>Total</b>	<b>18.833.601,74</b>	<b>0,0</b>	<b>6.837.364,20</b>	<b>0,0</b>	<b>25.670.965,94</b>

### Resumo de Receita de 2011

Ítems de vinculação					
Identificação	Lei		Outros recursos		Total
	Valor	%	Valor	%	
	21.161.507,78	0,0	6.224.723,28	0,0	27.386.231,06
<b>Total</b>	<b>21.161.507,78</b>	<b>0,0</b>	<b>6.224.723,28</b>	<b>0,0</b>	<b>27.386.231,06</b>

Grupos de despesa					
Identificação	Lei		Outros recursos		Total
	Valor	%	Valor	%	
Adiantamentos	3.765.059,36	0,0	-116.155,00	0,0	3.648.904,36
Alimentação	948.876,91	0,0	886.263,35	0,0	1.835.140,26
Aquisição de Materiais Esportivos	143.121,14	0,0	354.801,56	0,0	497.922,70
Contas de Consumo	323.228,84	0,0	56.556,34	0,0	379.785,18
Custeio de Comissão Técnica e Atletas	1.399.454,48	0,0	36.993,05	0,0	1.436.447,53
Diárias	205.411,65	0,0	38.039,58	0,0	243.451,23
Equipamento de Informática, Softwares e Telecomunicações	322.951,59	0,0	0,00	0,0	322.951,59
Eventos Esportivos Inclusive Taxas de Inscrição	126.970,58	0,0	0,00	0,0	126.970,58
Gastos com premiações.	452.631,76	0,0	16.018,00	0,0	468.649,76

Grupos de despesa					
Identificação	Lei		Outros recursos		Total
	Valor	%	Valor	%	
Hospedagem	1.993.412,49	0,0	359.287,95	0,0	2.352.700,44
Locação de Imóveis	671.297,56	0,0	28.010,86	0,0	699.308,42
Locação de Veículos Automotores	501.349,51	0,0	246.176,04	0,0	747.525,55
Passagens Nacionais e Internacionais	2.156.834,57	0,0	192.333,60	0,0	2.349.168,17
Pessoal	2.112.744,54	0,0	2.557.636,75	0,0	4.670.381,29
Reformas e Obras de Manutenção e Recuperação	0,00	0,0	3.232,58	0,0	3.232,58
Seguros e, no caso específico de atleta, seguros pessoais	40.178,68	0,0	2.626,94	0,0	42.805,62
Serviços de Terceiros, Pessoas Físicas e Jurídicas	5.085.436,93	0,0	1.268.137,85	0,0	6.353.574,78
Taxas	775.095,72	0,0	68.436,98	0,0	843.532,70
Treinamento e Capacitação	137.451,47	0,0	226.326,85	0,0	363.778,32
<b>Total</b>	<b>21.161.507,78</b>	<b>0,0</b>	<b>6.224.723,28</b>	<b>0,0</b>	<b>27.386.231,06</b>

## Resumo de Receita de 2012

Ítems de vinculação					
Identificação	Lei		Outros recursos		Total
	Valor	%	Valor	%	
	15.483.894,50	0,0	7.201.061,85	0,0	22.684.956,35
<b>Total</b>	<b>15.483.894,50</b>	<b>0,0</b>	<b>7.201.061,85</b>	<b>0,0</b>	<b>22.684.956,35</b>

Grupos de despesa					
Identificação	Lei		Outros recursos		Total
	Valor	%	Valor	%	
Adiantamentos	2.991.315,71	0,0	1.132.524,31	0,0	1.858.791,40
Alimentação	354.827,89	0,0	87.254,30	0,0	442.082,19
Aquisição de Materiais Esportivos	341.662,85	0,0	228.670,59	0,0	570.333,44
Contas de Consumo	169.570,85	0,0	0,00	0,0	169.570,85



Grupos de despesa					
Identificação	Lei		Outros recursos		Total
	Valor	%	Valor	%	
Custeio de Comissão Técnica e Atletas	1.383.678,19	0,0	175.641,53	0,0	1.559.319,72
Diárias	436.043,63	0,0	57.315,93	0,0	493.359,56
Equipamento de Informática, Softwares e Telecomunicações	104.308,87	0,0	0,00	0,0	104.308,87
Eventos Esportivos Inclusive Taxas de Inscrição	132.328,03	0,0	0,00	0,0	132.328,03
Gastos com premiações.	773.856,20	0,0	0,00	0,0	773.856,20
Hospedagem	1.409.656,67	0,0	13.378,95	0,0	1.423.035,62
Locação de Imóveis	440.553,10	0,0	16.200,00	0,0	456.753,10
Locação de Veículos Automotores	398.646,33	0,0	60.675,18	0,0	459.321,51
Passagens Nacionais e Internacionais	292.193,95	0,0	43.437,11	0,0	335.631,06
Pessoal	1.367.637,80	0,0	2.710.264,35	0,0	4.077.902,15
Reformas e Obras de Manutenção e Recuperação	1.672,00	0,0	0,00	0,0	1.672,00
Seguros e, no caso específico de atleta, seguros pessoais	909,11	0,0	0,00	0,0	909,11
Serviços de Terceiros, Pessoas Físicas e Jurídicas	3.972.011,46	0,0	4.853.257,16	0,0	8.825.268,62
Taxas	900.071,46	0,0	35.977,00	0,0	936.048,46
Treinamento e Capacitação	12.950,40	0,0	51.514,06	0,0	64.464,46
<b>Total</b>	<b>15.483.894,50</b>	<b>0,0</b>	<b>7.201.061,85</b>	<b>0,0</b>	<b>22.684.956,35</b>